

MESTRADO INTEGRADO
ARQUITECTURA

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna no concelho de Montalegre - Modos de habitar a ruralidade

Ana das Mercês Oliveira

M
2018



Ana das Mercês Oliveira. Colónias Agrícolas da Junta de
Colonização Interna no concelho de Montalegre - Modos de
habitar a ruralidade



M.FAUP 2018

Colónias Agrícolas da Junta de Colonização
Interna no concelho de Montalegre - Modos de
habitar a ruralidade

Ana das Mercês Oliveira

FACULDADE DE ARQUITETURA



Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna no concelho de Montalegre

Modos de habitar a ruralidade

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Ana das Mercês Fernandes de Oliveira
Sob a orientação do Professor Doutor Eliseu Vieira Gonçalves

Abril de 2018

Nota prévia: Neste documento não se adoptam as alterações introduzidas no último Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



UNIVERSIDADE
DO PORTO
FACULDADE
DE ARQUITECTURA

CENTRO
DE ESTUDOS
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO
CEAU

MAPA
DA HABITAÇÃO
PTDC/CPC-HAT/1688/2014
MdH



Co-financiado por:



Agradecimentos

Ao Professor Doutor Eliseu Gonçalves, pela orientação cuidada e entusiasta. Pela disponibilidade e amabilidade na partilha de conhecimento e pelo desafio de ir sempre um pouco mais além, o meu sincero obrigada.

À Professora Doutora Filipa Castro Guerreiro pela generosidade da partilha de informações tão relevantes.

Aos meus pais e à minha irmã, pela força contra todas as adversidades.

Aos amigos de uma vida, a N., os “da Soares”, o Hugo e a Sónia.

Ao André, companheiro de todas as coisas.

Resumo

A presente dissertação centra-se na análise dos modos de habitar a ruralidade, tomando como objecto de estudo o modelo adoptado pela Junta de Colonização Interna [JCI], para a Colónia Agrícola do Barroso. Começando por explorar o contexto da criação do organismo autónomo da JCI, inserido nas políticas de ultraconservadorismo agrário em Portugal, procura-se entender a valorização da ruralidade para o governo do Estado Novo.

O estudo desenvolve-se focando a questão do habitar na região de Trás-os-Montes, particularmente no Barroso, local onde se implanta uma das principais colónias desenvolvidas pelas JCI. Aqui se aprofunda os modos de vida e a questão da habitação rural e os seus problemas inerentes – a implantação dos povoamentos; a habitação e o espaço doméstico; as questões da vida privada, como a moralidade e a intimidade – recorrendo aos Inquéritos à Habitação Rural, e à Arquitectura Popular em Portugal, e ao movimento da Casa Portuguesa.

O último ponto de desenvolvimento trata-se do estudo do modelo de habitação para o Barroso, pela análise aos núcleos de colonização e ao projecto-tipo adoptado, focado na “Casa de habitação” e nas “Dependências agrícolas”, que o constituem, terminando com uma análise reflexiva sobre os seus pormenores explícitos e implícitos, a sua adequação ao local e a coerência do modo de projectar durante um regime autoritário, que tanta influência exercia em todas as áreas da sociedade.

Palavras-chave:

Arquitectura; Habitação rural; Junta de Colonização Interna; Barroso

Abstract

The present dissertation focuses on the analysis of the ways of inhabiting rurality, taking as object of study the model adopted by Junta de Colonização Interna [JCI], for the Barroso Agricultural Colony. Starting with exploring the context of the creation of the autonomous agency of JCI, inserted in the ultraconservative agrarian policies in Portugal, we try to understand the valorization of rurality for Estado Novo's government.

The study is developed focusing on the inhabiting issue in the region of Trás-os-Montes, particularly in Barroso, where one of the main colonies developed by JCI is implanted. Here, the ways of life and the dwelling rural's question and their inherent problems are deepened - the settlements' implantation; housing and domestic space; the private life's issue, such as morality and intimacy - using the surveys of Rural Housing and Popular Architecture in Portugal, and the movement of Casa Portuguesa.

The last point of development is the study of the housing model for Barroso, the colonization centers and the adopted model, focused on the "House" and the "Agricultural dependencies", which constitute it, ending with a reflexive analysis of its explicit and implicit details, its suitability for the place, and the coherence of the way of projecting during and authoritarian regime that exerted such influence in all areas of society.

Keywords:

Architecture; rural housing; Junta de Colonização Interna; Barroso

Agradecimentos	III
Resumo	IV
Abstract	V
1. Introdução	
1.1. Nota introdutória	2
1.2. Apresentação	3
1.3. Revisão bibliográfica	5
2. A Junta de Colonização Interna no quadro da política do Estado Novo	
2.1. Enquadramento histórico, económico e social	8
2.2. A defesa da ruralidade e o “ultraconservadorismo agrário”	14
2.3. A criação da Junta de Colonização Interna	22
2.3.1. Os baldios e a fundação das colónias agrícolas	30
2.3.2. Sete Colónias Agrícolas e acções complementares	33
2.3.3. A JCI, o Estado e os Colonos	40
3. Modos de habitar a ruralidade	
3.1. A vida rural e o seu protagonista	44
3.2. O problema da habitação rural	50
3.2.1. O povoamento rural	53
3.2.2. A habitação e o espaço doméstico	59
3.2.3. O movimento da “Casa Portuguesa”	67
3.2.4. A vida privada e a intimidade	76
4. O modelo de habitação para o Barroso	
4.1. Os núcleos de colonização do concelho de Montalegre	82
4.1.1. Aldeia Nova do Barroso	85
4.1.2. Núcleo de S. Mateus	93
4.1.3. Núcleo de Criande	97
4.1.4. Núcleo do Vidoeiro	101
4.1.5. Casais da Veiga	105
4.1.6. Centro Social do Barroso	109
4.2. O projecto-tipo da JCI	114
4.2.1. A casa de habitação	121
4.2.2. As dependências agrícolas	129
5. Conclusão	135
Lista de imagens	141
Apêndices	
Referências bibliográficas	

1.1. Nota introdutória

A dissertação que aqui apresento é a prova física das minhas inquietações. Nascida e criada no Porto, mas filha de uma transmontana deslocada, uma importante parte da minha infância e adolescência passou pela pequena aldeia de Zebral, no concelho de Montalegre. Os períodos de férias escolares eram passados ali, onde o tempo parece, ainda hoje, ter congelado. Ali vi e convivi de perto com animais, aprendi sobre a importância naquela zona da batata e do centeio, e que os dias se organizam da forma que a Natureza permite, e não por um horário rígido e preso ao relógio que trazia no pulso.

No caminho que percorria, fazendo a ligação entre a vila de Montalegre e a aldeia de Zebral, e ainda sem saber que um dia a minha vida iria passar pela Arquitectura, questionava-me vezes sem conta sobre a aparência distinta da aldeia de S. Mateus, aquele pequeno núcleo de casas todas iguais, e tão diferente das outras aldeias que eu conhecia. “São as casas dos colonos, e há mais aldeias assim”, diziam-me, e a estranha palavra foi mergulhando no subconsciente.

A escolha do tema da dissertação deu-me a hipótese de responder a algumas das minhas dúvidas (e a levantar tantas outras...) sobre a estranha aldeia, que desde sempre conheci.

1.2. Apresentação

O presente trabalho tem como objectivo fazer uma reflexão sobre a habitação rural na região do Barroso, composta pelos concelhos de Montalegre e Boticas, no contexto da intervenção nos assentamentos agrícolas da Junta de Colonização Interna [JCI]. Este organismo, inicialmente tutelado pelo Ministério da Agricultura, desenvolveu um importante trabalho durante o período do Estado Novo no âmbito do desenvolvimento do mundo rural português, construindo estruturas agrícolas de raiz e intervindo em aglomerados já existentes.

Tomar-se-á como objecto de estudo as habitações implantadas na Colónia Agrícola do Barroso, em particular os núcleos do concelho de Montalegre, que seguem um projecto-tipo único. A pertinência do estudo reside no facto do seu foco ser a unidade de habitação, explorando os seus singulares modos de habitar – a concepção espacial, o carácter popular, as características etnográficas e o seu valor patrimonial e arquitectónico. Num período em que o Estado exercia uma forte (o) pressão em todas as áreas, será relevante entender como essa questão se manifesta na arquitectura. O movimento da “Casa Portuguesa”¹, centrado na figura de Raul Lino, o Inquérito à Habitação Rural e o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, vão permitir um aprofundar da temática da habitação, inclusivamente os problemas que lhe são inerentes.

A dissertação está estruturada do geral para o particular, resultando em três momentos de estudo e reflexão. O primeiro momento consiste num enquadramento histórico, político, económico e social, para que seja possível entender em que contexto surge a criação do organismo independente denominado Junta de Colonização Interna. Nesta fase explorar-se-á os objectivos da JCI e as suas acções no território nacional, reflectindo sobre as suas intervenções e estabelecendo algumas comparações.

O segundo momento corresponde ao estudo dos modos de habitar a ruralidade na região do Barroso, analisando os vários aspectos do modo de vida rural e da dinâmica familiar. Segue-se uma abordagem sobre as formas de implantação dos assentamentos e, posteriormente desenvolve-se a problemática da habitação e do espaço doméstico.

1 Por simplificação da linguagem, recorre-se ao uso da expressão “movimento”, englobando o trabalho desenvolvido pelo arquitecto Raul Lino (1879-1974), que defendia uma arquitectura de cariz nacional, muito centrada na ruralidade.

Por fim, o terceiro momento corresponde à aproximação ao objecto de estudo, começando por uma exposição acerca de cada um dos núcleos de colonização do concelho de Montalegre. Posteriormente apresenta-se a análise do modelo de habitação aplicado nos mesmos, incidindo não só na caracterização dos diferentes espaços, como também analisando a congruência e adequação deste modelo ao contexto em que se insere.

Em apêndice ao trabalho, organizam-se fichas de análise, cartografia e legislação, que visam complementar as temáticas abordadas. Os apêndices dividem-se em duas partes: a primeira, apresenta os decretos-lei na íntegra, relativos à criação e alterações de estatutos da JCI; a segunda, consiste numa série de fichas descritivas, relativas a cada uma das Colónias Agrícolas [CA] desenvolvidas pela JCI em todo o território de Portugal continental. Apesar de todas as informações constantes nos apêndices serem de relevância como complemento à leitura desta dissertação, tentou-se que a organização desta não fugisse ao tema central.

O método de investigação baseou-se em grande parte na análise crítica de informação previamente publicada sobre a temática (livros, periódicos, artigos académicos), procurando ter como base as fontes primárias, nomeadamente em documentos publicados pela Junta de Colonização Interna e pelo Secretariado Nacional de Informação, encontrados no Fundo Geral de Monografias da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Além da análise e interpretação da documentação recolhida, apresentou-se como pertinente a execução de um levantamento métrico de uma unidade de habitação cujas alterações ao projecto inicial eram mínimas, para que fosse possível confrontar com aquilo que estava inicialmente programado no seu projecto-tipo desenvolvido pela JCI. Foi ainda executado um levantamento fotográfico e registaram-se oralmente informações prestadas pelos habitantes das colónias ou de aldeias próximas, que se disponibilizaram a partilhar algumas memórias sobre estes assentamentos e o modo como se vivenciavam os espaços.

1.3. Revisão bibliográfica

Além das já referidas fontes primárias, estudos específicos recentes sobre a temática apresentaram-se como referência de grande importância. São de salientar as informações sistematizadas em trabalhos académicos como a tese de doutoramento em Arquitectura da Professora Doutora Filipa Castro Guerreiro²; e a dissertação de mestrado em História Contemporânea de Maria Elisa Lopes da Silva³. A tese de doutoramento da Professora Doutora Filipa Castro Guerreiro, sistematizando as informações sobre todas as colónias desenvolvidas em Portugal continental, permitiu fazer uma leitura geral sobre as questões do território, e aprofundar o desenvolvimento do projecto da JCI num contexto global. Já a dissertação de Maria Elisa Lopes da Silva, trouxe a leitura da área das Humanidades, em particular a visão do historiador acerca do projecto da JCI, num panorama voltado para as questões políticas inerentes aos programas de colonização interna.

Como bibliografia de relevo é de referir ainda o *Inquérito à Habitação Rural*, de E. A. Basto e Henrique de Barros, e o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, por João Afonso, Fernando Martins e Cristina Meneses. No caso do primeiro, permitiu a reflexão sobre as condições de vida dos camponeses no norte do País; no segundo, a abordagem mais direccionada para o estado da habitação, sistematizou questões essenciais para compreender a adequação do modelo da JCI para as aldeias do Barroso.

Juntam-se a estas referências, outras incontornáveis, nas áreas da história, arquitectura, etnografia e geografia, como: José Mattoso, com *História da Vida Privada em Portugal* e *História de Portugal*; Raul Lino, com *A Nossa Casa - Apontamentos sobre o Bom Gosto na construção das casas simples* e *Casas Portuguesas - Alguns Apontamentos sobre o Arquectar das Casas Simples*; Fernando Távora, com *O problema da Casa Portuguesa*; Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, com *Problemas actuais da pequena habitação rural*; João Leal, com *Etnografias Portuguesas (1870-1970) - Cultura Popular e Identidade Nacional*; e Orlando Ribeiro, com *Opúsculos Geográficos e Portugal - O Mediterrâneo e o Atlântico*.

2 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015. Esta tese foi orientada pelo Professor Emérito Sérgio Leopoldo Fernandez Santos, e pelas Professoras Associadas Marta Maria Peters Arriscado Oliveira e Maria Manuel Lobo Pinto Oliveira.

3 SILVA, Maria Elisa Oliveira da Silva Lopes da. *A propriedade e os seus sujeitos - colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. [Tese de Mestrado] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011. Esta dissertação foi orientada pelo Professor Doutor Fernando Rosas.

Os assentamentos das Colónias Agrícolas fazem parte de um projecto desenvolvido pela Junta de Colonização Interna desde o ano de 1936 até ao final do regime totalitário do Estado Novo.¹ Para melhor compreender a pertinência deste projecto, é importante conhecer as linhas orientadoras nas quais assentava o novo modelo da sociedade portuguesa. Preconizava-se uma moral nacionalista, corporativa e cristã, presente em todos os âmbitos da sociedade – na política, nas relações de trabalhos, no lazer, na vida privada e familiar, na educação dos mais novos e na cultura em geral.

Ao longo da vigência do regime, foram publicados grandes balanços propagandísticos² acerca das diferentes políticas sectoriais do regime, em particular nas áreas económica e social. Na economia, pretendia-se um desenvolvimento equilibrado e prudente, de modo a que o progresso industrial não levasse à destruição das estruturas agrárias existentes e, para isso, tomaram-se várias medidas como: o equilíbrio do orçamento; o restauro do valor da moeda; a construção de infraestruturas; o apoio à agricultura, com programas de colonização interna, repovoamento florestal, e a concessão de créditos. Na área social pretendia-se o desenvolvimento de um ambiente de paz social³, protegendo as classes operárias, recorrendo a sindicatos, concedendo subsídios de desemprego, habitação social, e a construção de obras públicas.

Nesta lógica, foram criadas ou recriadas diversas estruturas de gestão dos diferentes ramos de actividade, de modo a reforçar o corporativismo e a institucionalização do Estado.

1 Nos anos 20 do século XX, viveu-se em Portugal um período de grande agitação política, e foi com o Golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 que se deu início a uma era de ditadura militar. Com a aprovação da Constituição de 1933, instituiu-se o regime do Estado Novo, regime político autoritário que vigorou até ao dia 25 de Abril de 1974, constituindo o mais longo regime ditatorial na Europa Ocidental, prefazendo um total de 48 anos ininterruptos.

2 ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1939: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*. Edição Estampa, Lisboa, 1996.

3 Idem.



Fig.1 A trilogia "Deus, Pátria, Família",

Como convinha à elite que sobre ele pensava, era um povo submisso, camponês de gema, resignado, ocupado nos trabalhos e nos dias, temente aos deuses e à Natureza que com eles se confundia, ensimesmado nas suas coisas de conservar o legado da tradição (...). Para os resquícios do romantismo de Novecentos e para a propaganda do Estado Novo, o povo era o bem maior da pátria e da nação, tão importante como a história dos heróis, dos monumentos e das mitologias que guardavam destinos por cumprir. (...) Portugal era um jardim na boca dos seus governantes e das suas elites.⁴

Um dos organismos da governação que mais influenciou e contribuiu para o desenvolvimento de um aparelho de Estado forte foi o Secretariado de Propaganda Nacional [SPN]. Criado em 1933, como entidade responsável pela propaganda do regime, fomentava as políticas culturais de acordo com os interesses ideológicos do governo. Servindo-se dos vários meios de comunicação como a rádio, o cinema e a imprensa escrita, não só divulgava as ideias defendidas, como também promovia exposições e encenava festas populares e cortejos, controlando deste modo a política cultural do governo. O SPN dever-se-ia ocupar de tudo o que fosse nacional, numa perspectiva explicitamente nacionalista e propagandista, dedicando-se tanto à política cultural como à imagem do regime e à adesão popular.

O SPN tinha assim duas principais missões: uma, de carácter cultural e etnográfico, vocacionada para a promoção das condições necessárias ao estudo dos usos e costumes em Portugal, absorvendo as tradições do povo, preservando-as e divulgando-as. A sua outra missão, de carácter mais propagandista, era recorrer-se da cultura popular para cultivar o gosto dos portugueses, segundo os valores estéticos defendidos pelo regime, controlando deste modo as massas. Era assim que o Estado Novo combatia as ideias progressistas, tidas como desorientadoras e dissolventes da unidade e interesse nacionais. Encenavam-se quadros da vida rural, ignorando e preterindo as condições de vida muitas vezes degradantes em que as populações rurais viviam, transmitindo sempre uma imagem de uma nação pacífica, harmoniosa e com identidade própria.⁵

O SPN vendia a ideia de um povo tranquilo, feliz e respeitador. Foi o organismo que mais trabalhou num âmbito da estetização do país, criando mitos e paisagens, resultado da ideologia defendida pelo regime, retomando conceitos relacionados com o romantismo e o nacionalismo, entre os quais o da “Casa Portuguesa”, que posteriormente se explanará.

4 DOMINGUES, Álvaro. *Vida no Campo*. Edição Dafne Editora, Porto, 2011.

5 SAMPAIO, Joaquim. *Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo*. Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto, 2012.



Fig.2 Sala de aula numa escola primária masculina.

António Salazar conseguiu manter Portugal à margem do mundo moderno, assente numa ruralidade que lhe garantisse estabilidade e serenidade social, defendendo o seu mantra: “Deus, Pátria e Família”. Deste modo, manteve o povo das zonas rurais nas suas actividades ancestrais, bem longe da escolaridade e de qualquer tipo de desenvolvimento intelectual e económico, imerso na religião e na pobreza, sob influência de um governante que *«prometia defendê-los da decadência, promover a decência, a moral pública e o puritanismo conservador, tornando Portugal num país de subservientes e de provincianos, (...) onde nem as elites são suficientemente formadas, acusando uma ausência de atitude crítica»*.⁶ Mas não era só com a população rural que isto acontecia, também a urbana foi mantida à margem da modernização. Em alguns momentos, pode até admitir-se que o progresso se apresentava como algo inevitável, contudo este teria de ser subjugado a um conjunto de valores que se apresentam como eternos.⁷

*A educação é um meio para o povo se reencontrar na sua dimensão cultural. Nesse sentido, a educação popular seria o veículo oficial de activação da cultura popular, a mais urgente e necessária das acções políticas, a última cruzada nacional. É um modo do regime se legitimar politicamente.*⁸

Há vários discursos de António Salazar e outros protagonistas da vida política do Estado Novo, que reflectem as suas reais preocupações em relação à educação, pois revelam que viam na instrução uma forma de desvirtuamento da ordem que pretendiam atingir. Apenas as elites teriam acesso à educação, de forma a serem estas a dirigirem a Nação. Não havia qualquer interesse num povo instruído e informado, seria até um acto contraproducente. Optou-se antes por uma educação popular virada para a etnografia, uma das ciências que mais manipulada foi pelo regime, preservando e fomentando valores morais e sociais comuns e legitimando o corporativismo nacional. Socorriam-se das memórias da história do País, focando apenas nos dados que mais interessavam, produzindo um conceito de unidade sobre o que era a cultura portuguesa, de modo a regenerar e reeducar a nação.

6 SAMPAIO, Joaquim. *Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo*. Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto, 2012.

7 CUNHA, Luís. *A Nação nas Malhas da sua Identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Edições Afrontamento, Porto, 2001.

8 MELO, Daniel. *A Cultura Popular no Estado Novo*. Editora Angelus Novus, Coimbra, 2010.

A sociedade portuguesa, durante a década de 30, passava por um dos períodos de maior crescimento demográfico. Entre 1920 e 1940, a população aumentou cerca de 1,7 milhões de pessoas⁹, reflexo do aumento graduado e ininterrupto das condições higiénico-sanitárias e de vida em geral, e do aumento do matrimónio, que nesta altura estava intimamente relacionado com a natalidade. O abrandamento da emigração, devido à Grande Depressão de 1929 e à II Guerra Mundial¹⁰, contribuiu também para o surto demográfico no nosso país. No entanto, havia um problema central. Numa economia atrasada e assente essencialmente na agricultura tradicional, com baixos índices de produção, e com uma indústria bastante primária, o aumento populacional apresentou-se como um grave problema – havia gente a mais.¹¹

O regime do Estado Novo implementou políticas que conduziram o país a um período de «ultraconservadorismo agrário».¹² O constante aumento da população levantou uma série de questões que exigiam uma urgente resolução, essencialmente relativas ao problema de subsistência alimentar. Uma vez que, a população do continente português aumentara para mais do dobro entre 1841-1941¹³, era necessário aumentar a quantidade das colheitas, de modo a que a produção agrícola em território nacional fosse capaz de dar resposta às necessidades de uma população em desenvolvimento.

9 MATTOSO, José. *História de Portugal – Volume VII – O Estado Novo (1926-1974)*. Coordenação de Fernando Rosas. Editorial Estampa.

10 Conflito bélico, que teve início no ano de 1939, e término no ano de 1945, e envolveu as grandes potências mundiais.

11 MATTOSO, José. *História de Portugal – Volume VII – O Estado Novo (1926-1974)*. Coordenação de Fernando Rosas. Editorial Estampa.

12 ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1939: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*. Edição Estampa, Lisboa, 1996.

13 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.



Fig.3 Cartaz de Propaganda de 1941.

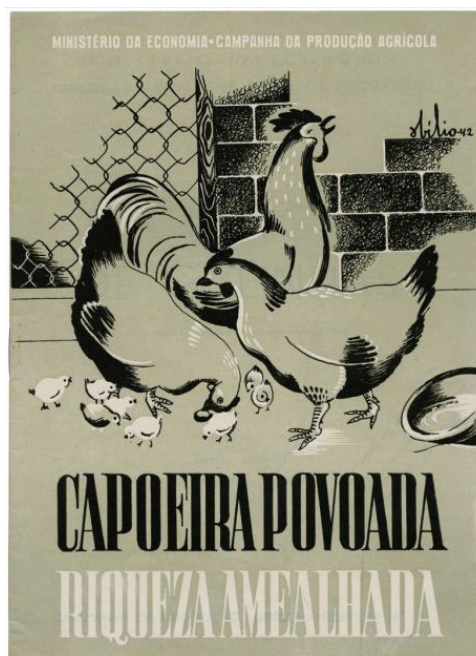


Fig.4 Cartaz de propaganda de 1942.

(...) a vida no campo era a imagem do Paraíso e do bom povo sábio, pobre mas honesto, que vivia na sua simplicidade, alegria, em comunhão com a Natureza e oração com os deuses.¹⁴

A ruralidade é defendida como uma das partes importantes do projecto ideológico do Estado Novo, apresentando Portugal como um país tradicional e de economia maioritariamente agrária, mas também como um estilo de vida, virtuoso, que revela a força e a nobreza de espírito do povo português, pobre mas honrado.¹⁵ O interesse pelos costumes populares, isto é, as vivências e tradições camponesas que se entendem como autênticas e exemplo da nacionalidade, desempenhava um papel fundamental na consolidação das representações simbólicas sobre a natureza e especificidade da nação portuguesa. Autêntico, perene e tradicional, são as palavras de ordem. Era no “viver rural” que se conservavam os traços da vida dos fundadores da nação.¹⁶

A defesa da ruralidade advém da vontade pelo restabelecimento duma suposta ordem antiga, mitificada, e que tem as suas raízes no temperamento peculiar do chefe de Estado, bem como na reacção à recente evolução da sociedade portuguesa, assumindo-se simultaneamente como um discurso anti-I República e adverso à concepção urbana e ao cosmopolitismo, substituindo o cidadão e o direito à sua liberdade individual, por uma ordenação naturalizada do mundo e do tempo social.¹⁷

14 DOMINGUES, Álvaro. *Vida no Campo*. Edição Dafne Editora, Porto, 2011.

15 SAMPAIO, Joaquim. *Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo*. Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto, 2012.

16 CUNHA, Luís. *A Nação nas Malhas da sua Identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Edições Afrontamento, Porto, 2001.

17 MELO, Daniel. *A Cultura Popular no Estado Novo*. Editora Angelus Novus, Coimbra, 2010.



Fig.5 Cartaz de propaganda da Campanha do Trigo.

*Para isso torna-se indispensável aumentar o índice de produtividade da agricultura nacional, intensificando as culturas existentes e fazendo que o cultivo seja levado a terrenos até agora incultos, alargando assim a superfície agriculturada do território continental.*¹⁸

A verdade é que, desde há pelo menos três séculos, a agricultura portuguesa sempre foi vista como atrasada quando comparada com o panorama do resto da Europa, pelo que o esforço para inverter a situação teria de ser ainda mais intensivo. Neste sentido, o regime ditatorial português optou por duas soluções: o lançamento da Campanha do Trigo¹⁹, que tinha como finalidade o aumento substancial da produção de trigo e consequentemente aproximar-se da independência nacional quanto à importação deste cereal e o Reconhecimento dos Baldios, vista como a medida de maior importância.

Uma das formas que o Estado Novo encontrou para tentar solucionar o problema foi, precisamente, dar um uso mais proveitoso aos terrenos baldios em Portugal, para que deste modo se conseguisse aumentar a superfície passível de ser rentável para a produção de alimentos. Desde o ano de 1892 que se tinha vindo a tentar promover o cultivo dos imensos terrenos baldios em Portugal, promulgando-se uma série de decretos-lei. Estes ofereciam isenções da contribuição de registo de terrenos e facilitavam a aquisição de sementes e adubos. Outros atribuíam prémios relativos à construção e instalação de albufeiras e criaram uma comissão encarregada de promover o desenvolvimento da colonização – fornecimento de sementes e isenção de contribuições aos colonos que se estabelecessem em terrenos do Estado.²⁰

18 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.

19 Lançada em 1929, a Campanha do Trigo tinha como objectivo o incentivo ao cultivo deste cereal, alargando as áreas destinadas à sua produção, tendo em vista a contribuição para a auto-suficiência alimentar. Na ajuda do desenvolvimento desta Campanha, ocorreram demonstrações técnicas, e assistência aos agricultores, bem como foram atribuídas regalias a quem cultivasse este cereal.

20 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.



Fig.6 Cartaz de propaganda de 1940.

Tendo em vista a obtenção de um maior e mais racional aproveitamento do solo agrícola, com o decreto nº6.961²¹ de 1920 legislou-se que os terrenos incultos e de charneca, de onde não se extraíssem matérias-primas para a agricultura ou para a indústria ou que não oferecessem pastagens regulares, pagariam multa e que, decorrido um certo número de anos, os terrenos seriam expropriados por utilidade pública pela Junta de Fomento Agrícola [JFA]. Nesse mesmo ano, publicaram-se também dois decretos que instituíram o “casal de família” e um fundo especial, destinado a auxiliar o desenvolvimento e intensificação agrícola.

Através do decreto nº9.844, em 1924, atribuiu-se à JFA a função de promover e orientar o aproveitamento dos terrenos incultos e de charneca, expropriando-os quando necessário. Segundo o decreto, este organismo poderia fazer projectos de colonização agrícola, com famílias rurais, fornecendo-lhes além de terreno, uma habitação construída seguindo um modelo apropriado e pequenas alfaías agrícolas que lhes fossem essenciais.²²

Com o decreto nº20.526, em 1931, atribuiu-se à Divisão de Baldios, Incultos e Colonização a organização do cadastro dos terrenos baldios e incultos, o serviço de colonização e o estímulo à instalação de cooperativas de exploração agrícola. No ano seguinte, foi nomeada uma comissão encarregada de organizar um plano de estudos para que os terrenos baldios fossem aproveitados de imediato.

21 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.

22 Idem.

Como visto, ainda que noutros momentos já se tivesse tentado promover o cultivo dos imensos terrenos baldios em Portugal, só em 1936 foi encarado como um problema mais complexo. Nesse ano, através do decreto-lei nº27.207²³, criou-se a denominada Junta de Colonização Interna, como resposta aos problemas de produção agrícola e de êxodo rural. Pela análise efectuada aos decretos-lei promulgados e que à JCI dizem respeito, depreende-se que este organismo autónomo, da sua criação em 1936, e até ao ano 1939, foi tutelado pelo Ministério da Agricultura. A partir do ano de 1940, e com a extinção deste ministério, a JCI passou a ser tutelada pelo Ministério da Economia, que na sua orgânica de funcionamento criou uma Secretaria de Estado dedicada à Agricultura.

Este organismo, com personalidade jurídica e de funcionamento e administração autónomos, tinha a importante missão de zelar pelos terrenos entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola e instalar casais agrícolas nesses terrenos, tendo por base os estudos de ordem agrológica, económica e social, também por si realizados. A JCI estava também encarregue de fazer o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para a instalação de casais agrícolas e, quando autorizada, poderia adquirir outros terrenos que estivessem à venda e que apresentassem potencial para colonização. A estas funções, juntavam-se as de direcção, fiscalização e auxílio das obras de colonização que fossem executadas por iniciativa privada e a avaliação das condições gerais de instalação de casais agrícolas, e planeamento e execução das obras necessárias para esse fim²⁴, acções essas que deram origem aos projectos dos assentamentos das colónias agrícolas.

23 Decreto do Ministério da Agricultura – Gabinete do Ministro, de 16 de Novembro de 1936, que reorganiza os serviços do Ministério da Agricultura, os quais compreendem: Gabinete do Ministro, Secretaria Geral, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Direcção Geral dos Serviços Pecuários, Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas e Junta de Colonização Interna, criada por este diploma. Ver apêndice I.I.

24 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.



Fig.7 Ilustração da Junta de Colonização Interna.

No decreto-lei 27.207, além da criação da Junta de Colonização Interna, o artigo 178º estabeleceu o que constituía receita da mesma. As dotações orçamentais; o produto de empréstimos que viessem a ser autorizados pelo governo; os subsídios que fossem concedidos por quaisquer entidades; e quaisquer outros rendimentos que lhe fossem atribuídos por lei, eram os fundos e receitas que competia à JCI gerir.

O Estado, pelo Ministério da Economia e por intermédio da Junta de Colonização Interna, com a Lei 2.017²⁵ de 25 de Junho de 1946 estabelece as bases a que deve obedecer a assistência a prestar pelo Estado para os melhoramentos agrícolas, assistência essa que era técnica e financeira. A assistência técnica era gratuita, mas a financeira consistia na concessão de empréstimos reembolsáveis, com taxas de juro que variavam entre 2 e 3%.

Com o Decreto-Lei 35.993²⁶, criou-se o Fundo de Melhoramentos Agrícolas e determinou-se que os contratos de empréstimo celebrados em execução da Lei nº2.017, constassem de título particular o qual seria considerado título exequível com força de escritura pública; autoriza ainda a JCI a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a transferência dos créditos constantes dos referidos contratos.

Como Decreto-Lei 40.045²⁷, percebe-se que uma das formas de financiamento da JCI era o recurso a crédito concedidos pelo Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Economia, para que pudesse adquirir propriedades, por exemplo.

Em 1942, a Junta de Colonização Interna já tinha atingido um desenvolvimento notável, mas veio a reconhecer-se que a organização inicial não mais se adaptava ao âmbito do programa. Por esse mesmo motivo, a Junta foi reorganizada através do decreto-lei nº32.439²⁸, de forma a agilizar os seus serviços e particularizar os seus objectivos - a promoção e orientação da distribuição da população rural; o estudo e apresentação de propostas necessárias ao melhor arranjo da propriedade rústica, tendo em consideração, o aspecto económico e social; o empreendimento de obras fundiárias de que resultem o aumento de produção ou melhoria das instalações rurais não dependentes de outros serviços públicos.

25 Ver apêndice I.III.

26 Decreto-Lei do Ministério da Economia – Gabinete do Ministro, de 23 de Novembro de 1946. Ver apêndice I.IV.

27 Decreto-Lei do Ministério das Finanças – Direcção-Geral da Contabilidade Pública, de 22 de Janeiro de 1955. Ver apêndice I.V.

28 Decreto-Lei do Ministério da Economia – Gabinete do Ministro, de 24 de Novembro de 1942, introduz algumas modificações ao Decreto-Lei nº 27.207, de 16 de Novembro de 1936, que promulga a organização dos serviços do Ministério da Economia, relativamente à Junta de Colonização Interna. Ver apêndice I.II.



Fig.8 Fotografia do pueblo de Vegaviana, Espanha.



Fig.9 Fotografia do pueblo de Vegavina, Espanha.

A política de colonização interna acabou por ganhar novos contornos nesta fase, influenciada também pelos exemplos de programas semelhantes nas ditaduras europeias. É pertinente fazer um breve “parêntesis” acerca deste tema, uma vez que algumas destas acções foram em tudo muito próximas da actuação portuguesa.

Em Espanha, é de referir o programa desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonización²⁹, organismo criado no ano de 1936, em plena ditadura Franquista, sob a alçada do Ministério da Agricultura. A sua criação foi motivada pela necessidade de realização de uma reforma social e económica, após a devastação da Guerra Civil (1936-1939). O seu principal objectivo foi a transformação do espaço produtivo, através da reorganização e reactivação do sector agrícola e do aumento da produção agrícola. Entre 1945 e 1970, o INC construiu mais de 300 assentamentos por todo o território espanhol, que acolheram cerca de 55 mil famílias, pelo que este se tornou um dos maiores movimentos migratórios promovidos pelo Estado espanhol no século XX. A construção destes assentamentos, tinha na base da sua concepção, um projecto que procurava a auto-suficiência. Para isso, estes conjuntos eram dotados de uma série de equipamentos de apoio, que se desenvolviam em torno de uma praça principal, entre os quais: a igreja e suas dependências; serviços administrativos; edifícios para comércio; escolas segregadas por género e posto médico. As habitações desenvolviam-se seguindo um projecto-tipo, adaptado à região em que se inseriam.

Em Itália, a forte política agrária fascista revela-se na acção da SAI (Società degli Agricoltori Italiani), e da CNA (Confederazione Nazionale Agraria) e num programa em particular, a Riforma Fondiaria.³⁰

29 <https://www.yorokobu.es/vegaviana/>

30 LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.



Fig.10 Construções destinadas a meios rurais em zonas abrangidas pela Riforma Fondiaria.



Fig.11 Construções destinadas a meios rurais em zonas abrangidas pela Riforma Fondiaria.

Retomando o caso português, é de evidenciar que de uma forma um tanto radical, o Estado podia passar para seu domínio terras que fossem propriedade privada, intervenção que tinha como objectivo converter os trabalhadores agrícolas em proprietários de terra. A colonização apresentava-se assim como uma forma de defesa da nacionalidade e da expansão da “raça”.³¹

O momento da criação da Junta de Colonização Interna pode ser visto como o culminar de um processo mais vasto, onde se atribui ao Estado a tarefa de avaliar os habitantes em relação aos seus recursos, procurando otimizar as suas virtudes e capacidades, apresentando-se como uma solução mais permanente para as questões sociais que atormentavam o país. A política de colonização interna e os seus respectivos projectos sociais apenas são compreendidos no contexto de um governo de cariz autoritário, que se assume como condutor privilegiado, se não único, da organização social, económica e política, em suma, da vida do país.³²

Segundo os diversos discursos do Estado, a colonização interna é vista como uma solução para o problema populacional: por um lado, iria aumentar a produtividade das terras, uma vez que pretendia estabelecer condições para a absorção dos excedentes da população, tornando elementos pouco produtivos, em criadores de riqueza; e por outro, iria fixar um maior número de famílias em áreas que sofriam com o êxodo rural. A colonização interna enquanto modelo social e modelo de colonização, fizeram-se a partir de uma ideia central, o apego à terra³³ - se era a terra que produzia os alimentos necessários à subsistência da população e se havia uma ligação emocional com esta, o Estado Novo aproveitou-a em seu favor, pretendendo atingir a estabilidade política e social.

31 BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Dos Projectos de Colonização Interna ao Capitalismo Agrário (Anos Trinta - 1974)*. Gráfica Coimbra, Coimbra, 1978.

32 SILVA, Maria Elisa Oliveira da Silva Lopes da. *A propriedade e os seus sujeitos - colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. [Tese de Mestrado] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

33 Idem.

2.3.1. Os baldios e a fundação das colónias agrícolas

A Junta de Colonização Interna, entre outras tarefas, estava incumbida de efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios com capacidade de aproveitamento para instalação de casais agrícolas. Para isso, deveriam ter em conta a natureza dos terrenos, a sua extensão e as regalias que os povos poderiam ou não ter, no que à sua fruição diz respeito.

Deste modo, a JCI procedeu à recolha dos elementos indispensáveis para apurar os baldios susceptíveis de ser utilizados para a produção agrícola - e dentro destes, escolher os de maior possibilidade e capacidade de serem colonizados -, e quais os que apenas teriam aproveitamento florestal. Para isso, organizaram-se duas brigadas, constituídas por um engenheiro agrónomo e dois regentes agrícolas, encarregues de obter dos corpos administrativos os autos de declaração sobre a existência dos terrenos em questão e, posteriormente, visitá-los, para que assim se elaborasse sobre cada um deles, o respectivo relatório.

O reconhecimento foi iniciado em Março de 1937 e veio a concluir-se cerca de um ano depois, tendo sido visitados 7638 baldios, com uma área calculada de 407543 hectares. Destes trabalhos, organizou-se o *Tombo dos Baldios*³⁴, onde constam uma série de informações de relevância: a situação e nome (e distância aproximada das povoações); a natureza (municipal ou paroquial); a área aproximada em hectares; a natureza geológica; as características do solo (a sua composição e profundidade); a orografia, hidrografia e hidrologia (inclinação, cursos de água, bacias hidrográficas, existência de água); o aproveitamento actual do terreno; características económicas; características sociais; aproveitamento e possibilidades futuras (área com aproveitamento agrícola, colonizável, não colonizável ou florestal); e opinião pessoal.³⁵

34 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.

35 JCI. *Reconhecimento dos baldios do continente - volume I*. Ministério da Agricultura, Lisboa, 1939.

Como resultado do reconhecimento dos baldios, apurou-se que predominavam as terras com aptidão florestal. Contudo, havia uma área razoavelmente importante susceptível de aproveitamento agrícola, pelo que, ainda que não resolvesse o problema demográfico e de escassez de produtos nacionais, a sua melhor exploração poderia contribuir para uma melhoria da qualidade de vida de várias famílias.

De modo a implementar as ideias da Junta de Colonização Interna, era necessário de facto, colonizar. Nesse sentido, era fundamental constituir o maior número possível de casais agrícolas, uma vez que se acreditava que constituindo estes pequenos núcleos familiares, não só se conseguiria um maior proveito dos terrenos como ainda se resolvia o problema da colocação dos excedentes demográficos.

Pelo disposto no decreto-lei 2.014, de 27 de Maio de 1946, o casal agrícola: “(...) será formado por casa de habitação, com dependências adequadas à exploração rural, e por terrenos de área suficiente para uma família medida de cultivadores”. Este só poderia estabelecer-se em terrenos que permitissem a policultura, pois só deste modo se conseguia um aproveitamento constante do trabalho do agricultor e a defesa da economia da exploração³⁶, equilibrando as diferentes produções. Além disso, alguns baldios tinham uma importante função na vida económica e social das populações, para o pasto, por exemplo, pelo que a instalação de casais agrícolas nos mesmos, acabou por ser mais limitada do que se previa.

Para que estivessem criadas as condições básicas para o êxito deste programa, e uma vez que estes casais colonizadores possuíam fracos recursos económicos, o Estado, por intermédio da Junta de Colonização Interna, realizou as obras e melhoramentos necessários. Estas foram essencialmente ao nível da casa de habitação e das suas dependências agrícolas, adiantando os capitais essenciais, que mais tarde, seriam amortizados em anuidades a pagar pelo colono. Em alguns casos, foi também fornecido o mobiliário para as habitações, as alfaías agrícolas e sementes, bem como o adiantamento dos primeiros capitais de exploração.

36 PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.

Os candidatos a colonos deveriam reunir as condições exigidas pelo recrutamento, estipuladas na Lei 2.014 de 27 de Maio de 1946:

“1. Os casais agrícolas serão concedidos a trabalhadores rurais ou a pequenos agricultores do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa e idade não superior a 30 anos, que sejam chefes de família, não tenham bens suficientes para as necessidades do agregado familiar e reúnam as necessárias condições de aptidão e idoneidade moral. 2. Na concessão dos casais será dada indistintamente preferência: a) aos que tiverem residência na freguesia da situação do casal ou nas freguesias vizinhas; b) aos filhos de colonos de outros casais agrícolas; c) aos que tiverem o curso de feitor agrícola; d) aos chefes de família com maior número de filhos; e) aos que tiverem prática de trabalho em zonas de regadio, tratando-se de terras de regadio.”³⁷

Como se verifica, as condições para a constituição dos casais agrícolas estabeleceram-se tendo como padrão uma família média, e as habitações deveriam satisfazer sempre necessidades familiares, e não individuais, pelo que não estavam contemplados solteiros e famílias sem filhos.

Apesar do discurso oficial ser sempre num registo de retórica colonizadora, a verdade é que os critérios para a escolha dos colonos a instalar nos casais agrícolas davam preferência a pessoas já residentes na área do concelho ou freguesia a que pertenciam os terrenos, em detrimento das pessoas de outras áreas. Entre os habitantes das regiões onde se encontravam os terrenos, permitia-se que os colonos fossem escolhidos entre aqueles que já usufruíam dos baldios, reduzindo a probabilidade de resistências à apropriação dos terrenos comunitários do Estado. Estas opções levam a crer que o plano da JCI tinha um cariz mais industrial do que colonizador, recorrendo ao recrutamento de pessoas já ambientadas naquela área. Tratava-se antes da fixação dos trabalhadores à terra, cuja mobilidade era vista como indesejável, e cujas condições de vida os situavam na base da estrutura social rural.³⁸

37 Decreto-lei, de 27 de Maio de 1946, da Secretaria da Presidência da República que insere uma série de disposições sobre o aproveitamento dos baldios.

38 SILVA, Maria Elisa Oliveira da Silva Lopes da. *A propriedade e os seus sujeitos – colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. [Tese de Mestrado] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

2.3.2. Sete Colónias Agrícolas e acções complementares

Na constituição dos seus quadros, a JCI teve técnicos agrários e de construção civil, o que permitiu ter uma visão conjunta do problema, em áreas como economia, agronomia, pecuária, engenharia, arquitectura, urbanismo e paisagismo, na tentativa de garantir a melhor acção possível para o programa estabelecido. Como resultado do seu trabalho, e até aos anos 60³⁹, a JCI construiu habitações em diversos núcleos de colonização, tendo em conta a sua estrutura económica, dividindo em aldeamentos ou grupos, e construiu instalações complementares; construiu habitações para aqueles que, na sequência da divisão de propriedades em glebas, tinham agora uma área para exploração agrícola; construiu, quando solicitado e em propriedade privada, habitações unifamiliares para empresários agrícolas, feitores, caseiros, guardas, tratadores, bem como instalações colectivas para grupos de trabalhadores eventuais – a escala das instalações era ajustada à natureza da exploração e o apoio financeiro por parte do Estado era o mínimo previsto por lei, para assistência técnica - e melhorou, adaptou e ampliou habitações existentes, também em propriedade privada.

De Norte a Sul do País, a JCI desenvolveu sete colónias agrícolas⁴⁰: a CA do Barroso⁴¹, nos concelhos de Montalegre e Boticas, e a CA do Alvão⁴², no concelho de Vila Pouca de Aguiar, ambas no distrito de Vila Real; a CA da Boalhosa⁴³, no distrito de Viana do Castelo; a CA da Gafanha⁴⁴, no concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro; a CA de Martim-Rei⁴⁵, no Sabugal, distrito da Guarda; a CA dos Milagres⁴⁶, no distrito de Leiria; e a única colónia localizada abaixo do rio Tejo, a CA de Pegões⁴⁷, no concelho do Montijo, distrito de Setúbal.

39 Este período de acção remete-nos para o balanço efectuado por Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, in *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

40 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.

41 Ver apêndice II.VII.

42 Ver apêndice II.V.

43 Ver apêndice II.VI.

44 Ver apêndice II.IV.

45 Ver apêndice II.II.

46 Ver apêndice II.I.

47 Ver apêndice II.III.

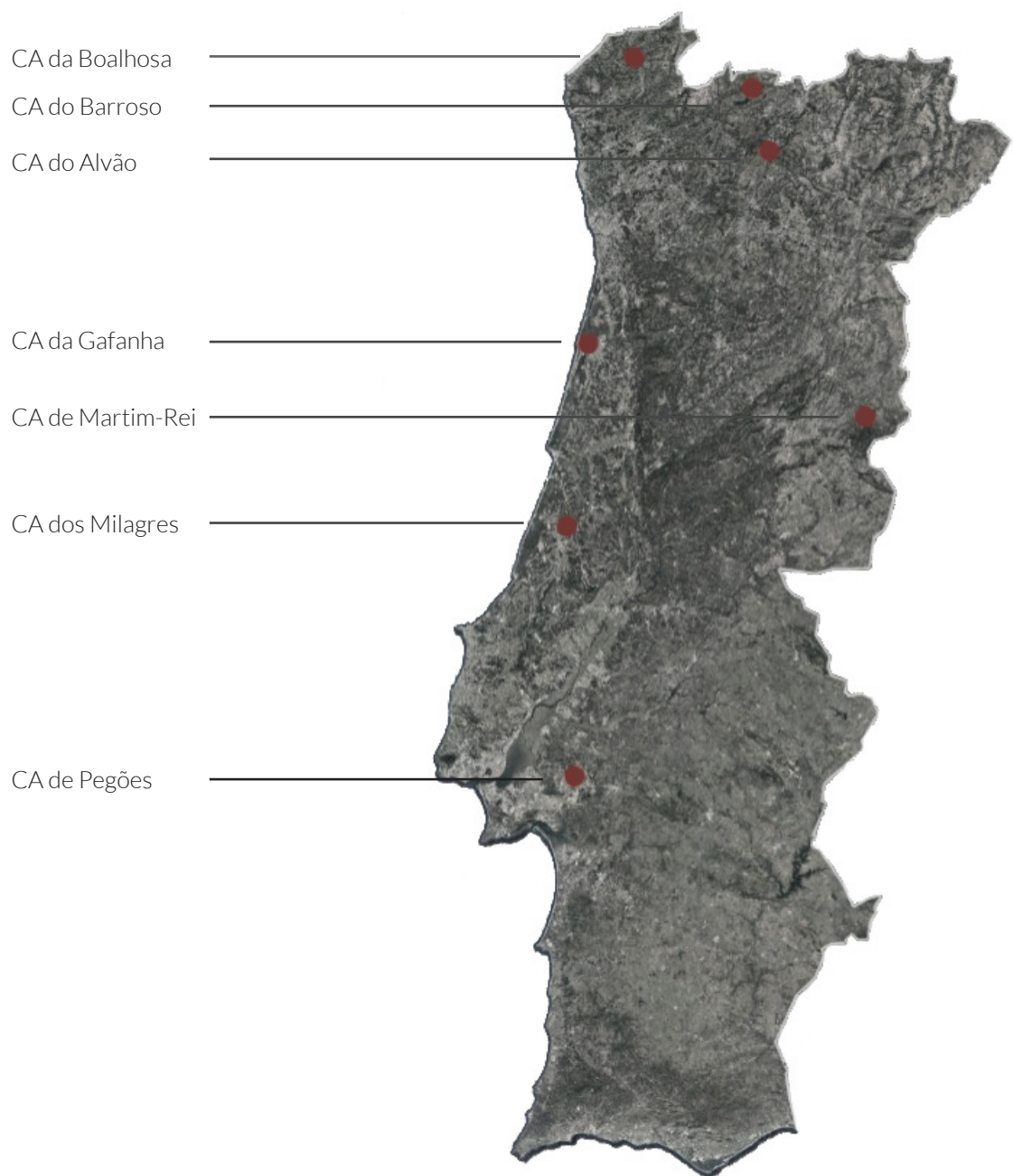


Fig.12 Implantação das colónias agrícolas da JCI em Portugal.

Segundo a reflexão de Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, em *Problemas actuais da pequena habitação rural*, poderá afirmar-se que, quanto à forma de actuação da JCI, esta foi tão abrangente quanto lhe foi permitido, uma vez que as suas acções passaram pela construção de habitações para os mais diversos sectores da população rural, quer em regiões interiores do Norte, frias, montanhosas e de forte pluviosidade (ex: CA do Barroso, Alvão, Boalhosa e Martim-Rei), quer em regiões interiores do Sul, quentes, secas e pouco acidentadas (ex: CA dos Pegões), e mesmo em regiões litorais (ex: CA da Gafanha) ou centrais (ex: CA dos Milagres), medianamente diferenciadas em termos de clima e topografia. Quanto às opções de execução, recorreu a processos e mão-de-obra correntes, dando preferência aos materiais encontrados em cada região, que resolviam tradicionalmente os problemas levantados pela construção de pequenas habitações – perpianhos de granito, alvenarias ordinárias, madeiras, materiais cerâmicos e hidráulicos, entre outros.

Relativamente à organização dos espaços, a JCI organizou as habitações por si construídas ou intervencionadas em extensão - desenvolvendo num piso único as diferentes dependências - em altura - separando por pavimentos as diferentes zonas ou serviços, como se pode verificar, por exemplo, na CA do Barroso - e em organização mista, por predomínio de uma dessas zonas. Os espaços previam as instalações para animais, alfaías e produtos agrícolas, construídas em extensão da parte destinada à habitação, em anexo ou em construção isolada, resolvendo a questão adaptada ao programa diferenciado para cada zona de actuação.

A JCI executou diferentes tipos de modelos habitacionais, entre os quais: células unifamiliares isoladas, geralmente dotadas de logradouros e acessos próprios; blocos geminados, por economia de espaço, de construção e de acessos (ex: CA da Boalhosa); grupos de habitações em banda contínua, por razões gerais de economia ou específicas de enquadramento; unidades uni ou plurifamiliares, integradas em explorações de dimensão variável. No que à implantação no terreno diz respeito, optaram por povoamentos que tanto podiam ser dispersos, como semi-dispersos ou concentrados.



Fig.13 Vista da Colônia Agrícola de Pegões.



Fig.14 Habitação na Colônia Agrícola da Boalhosa.

Para além destas acções, a JCI projectou, adjudicou e fiscalizou a construção, entregando a habitação concluída, e não raras vezes, equipada; projectou e fiscalizou, não interferindo na sua adjudicação; aprovou projectos existentes, intervindo somente em termos de fiscalização de obra.

A maioria das habitações dos casais apresentava 50 a 60m² de superfície interior, distinguindo-se em dois tipos principais: um, construído nas regiões planas do Sul – com paredes de tijolo e pavimentos de tijoleira; outro, destinado às regiões montanhosas do Norte, por vezes desenvolvido em dois pisos, com paredes de alvenaria de perpianho de pedra e as zonas dos quartos com soalho de madeira. O custo das habitações variava entre 60, para as da planície, e os 100 contos, para as da montanha, sendo que 45 a 65% deste valor era destinado à parte de habitação, um custo um tanto excessivo para o que seria de esperar para pequenas construções rurais.

Além das colónias agrícolas construídas, a Junta de Colonização Interna interveio em várias zonas do país, trabalhando na beneficiação⁴⁸ de vários aglomerados rurais que já estavam implantados, mas que necessitavam de obras de melhoria em várias áreas. Exemplo disso, é Vale do Couço, em Mirandela, no distrito de Bragança; Rebordochão, em Vila Pouca de Aguiar, no distrito de Vila Real; e diversos aglomerados rurais na Ilha de S. Miguel, nos Açores, o que demonstra que o programa foi capaz de chegar às mais variadas zonas do país, incluindo áreas insulares. No caso destas últimas, as intervenções abrangeram os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, e passaram essencialmente pela destruição da praga de ratos que afectava a salubridade das habitações. Além dessa acção, trabalhou-se no restauro de pavimentos e reconstruíram-se vários telhados e chaminés, além de se terem criado instalações sanitárias que eram inexistentes.

48 LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.



Fig.15 Habitação antes dos melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.

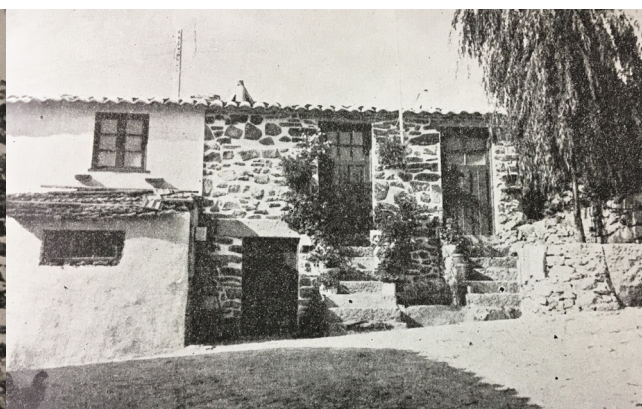


Fig.16 Habitação após os melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.



Fig.17 Habitação antes dos melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.



Fig.18 Habitação após os melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.

No caso de Vale do Couço, tratava-se de um aglomerado rural com 47 fogos e 156 habitantes, onde a casa apresentava o aspecto típico de uma casa rural transmontana. O rés-do-chão era destinado ao alojamento dos animais, e o primeiro andar, com a escadaria exterior normalmente encostada à fachada, destinado à habitação. Os materiais que aqui prevaleciam eram o granito e a madeira. Foi empreendido, por iniciativa de uma empresa particular proprietária das terras que circundavam a aldeia, e com a comparticipação do Estado, um conjunto de melhoramentos nas condições de habitabilidade, tendo a preocupação de não modificar o aspecto geral do povoamento. Ao nível das intervenções exteriores, são de referir a reparação geral das fachadas, e a reconstrução de todas as paredes que ameaçavam ruína, além da abertura de janelas para iluminação e ventilação de compartimentos e colocação de caixilhos de vidraças e portadas interiores em todas as janelas. A estes melhoramentos, juntaram-se a substituição ou reparação de portas, o arranjo geral de alpendres e varandas e ainda, a reparação geral dos telhados, beirais e cumes, sem modificação da sua estrutura. Quanto às intervenções interiores são de referir a colocação de reboco e caiação de paredes, a construção de divisórias de acordo com as necessidades do agregado familiar, e a construção de tectos em madeira de forro em todos os compartimentos, além da reparação de soalhos e travejamentos. A reparação de muros de vedação confinantes com os caminhos, foi também alvo de intervenção.

Os melhoramentos em Rebordochão foram em tudo semelhantes aos de Vale do Couço, sendo apenas de acrescentar a criação de instalações sanitárias nas habitações, a criação de uma rede de abastecimento de águas e a reparação de pavimentos dos arruamentos.

2.3.3. A JCI, o Estado e os Colonos

Durante o Estado Novo verificou-se uma tentativa por parte do governo de intervir nas formas de propriedade e na estrutura da sociedade. A criação das colónias agrícolas foi talvez uma das transformações sociais mais ambiciosas e um dos principais exemplos das políticas de “ultraconservadorismo agrário”⁴⁹, que visava criar um grupo de pequenos proprietários que cultivassem os terrenos que os técnicos tinham considerado como incultos. Contudo, o processo de colonização interna deve ser entendido como uma forma de manipulação social.⁵⁰ Além das intervenções nas formas de propriedade e nas relações de trabalho, o Estado Novo conseguia incutir o seu cunho ideológico, impondo a sua moral vigente no regime. Frequentemente, alguns colonos chegaram mesmo a abandonar as colónias com receio de não serem capazes de cumprir os pagamentos ao Estado, pela casa, as terras, as alfaías e todas as ajudas que foram concedidas. Por esse motivo, as colónias acabaram por ser ocupadas por indivíduos que já não correspondiam àqueles requisitos exigidos inicialmente.

Os projectos de colonização interna foram alvo de alguns protestos e oposições por parte dos envolvidos no processo. Por um lado os colonos, que tinham a sua actividade agrícola e doméstica controlada, de certa forma, pelos técnicos da Junta de Colonização Interna e a quem eram atribuídos terrenos pouco férteis, o que colocava em causa a sobrevivência das suas famílias. Por outro as populações a quem, em certas situações, foi retirado o direito de usufruição dos baldios para que estes fossem entregues aos colonos. Estas populações viram serem dadas certas condições e facilidades aos novos habitantes, que eles próprios não tinham acesso, acabando por ter um nível de vida inferior. Situações como esta criaram alguns conflitos com os “novos vizinhos”, uma vez que estes materializavam uma injustiça social, pois todos os apoios eram dados aos colonos mas não aos restantes habitantes locais.

49 ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1939: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*. Edição Estampa, Lisboa, 1996.

50 FREIRE, Dulce; FONSECA, Inês; GODINHO, Paula. *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Edições Colibri – Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Lisboa, 2004.

Em suma, a política de colonização interna do Estado Novo pode ser entendida como uma tentativa de reorganização das forças produtivas, de modo a aumentar as condições de vida e diminuir a tensão social. Uma vez que ainda não existiam mecanismos de protecção social, o projecto de colonização foi uma forma de política social, dando acesso à propriedade, numa fase em que a “ordem social rural é fundamentalmente estruturada em função da posse de terra, considerada condição última de segurança (dos próprios trabalhadores e da ordem política)”.⁵¹

O balanço⁵² deste projecto de colonização interna demonstra que a sua execução veio a ser muito limitada. Em 1946, no pós-guerra, foi posto em execução um plano para cinco anos. Este previa a construção de 1532 casais agrícolas e a cedência de 26448 glebas e previa a ocupação de 69 mil hectares, dos quais 54 mil eram baldios, 7000 do Estado e 8000 propriedade privada. Contudo, a execução do mesmo ultrapassou o prazo estipulado e ficou longe dos objectivos estabelecidos: apenas se construíram 471 casais agrícolas, implantados em 22 mil hectares, e atribuíram-se 7839 glebas.

51 SILVA, Maria Elisa Oliveira da Silva Lopes da. *A propriedade e os seus sujeitos – colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. [Tese de Mestrado] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

52 ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo – Volume I*. Edição Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

Construído até agora o quadro geral da actuação da JCI, importa agora uma focagem particular nas questões do habitar a ruralidade, na região do Barroso. Apresenta-se com pertinência clarificar as características das gentes que lá habitavam, os seus modos de vida, e especialmente os seus singulares modos de vivenciar o espaço habitacional, evidenciando os problemas inerentes à habitação rural neste período. Daqui se partirá para a caracterização da arquitectura proposta pela JCI para esta região do país.

Apesar da sua aparência simples, a habitação rural constitui um problema complexo. É, na verdade, o produto de uma longa evolução, cujas origens nos remetem para a pré-História, pelo que lhe é natural existirem elementos que a caracterizam, das mais diversas fases de desenvolvimento, mesmo as mais remotas, predominando marcas de tradição que dificilmente se apagam.⁵³ Exemplo disso, poderá ser a mais humilde das casas de pedra solta, passível de ser encontrada numa montanha mais isolada, coberta de colmo – por exigência do clima frio e à falta de outro material – que se aproxima de uma das formas mais primitivas de habitação – a castreja – diferindo apenas na forma, que deixa de ser circular ou elíptica e passa a ser rectangular.

A população barrosã manteve-se com os mesmos valores de habitantes entre 1900 e 1940. Para nos aproximarmos de números mais concretos, e segundo o censo de 1930, a densidade da população seria de 26.5 habitantes por quilómetro quadrado⁵⁴, que correspondia ao valor mínimo do distrito de Vila Real. Tendo em conta que, nesta zona do distrito, se sofria mais com a falta de meios de transporte e a economia se baseava na pastagem de terrenos baldios e na produção de produtos agrícolas, entende-se que a fixação de famílias fosse mais reduzida. Ainda que houvesse muita terra abandonada passível de ser trabalhada, a falta de orientação da população, que via na agricultura apenas uma forma de satisfazer as suas necessidades alimentares rudimentares, pode explicar a baixa densidade populacional.

53 RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos – IV Volume – O Mundo Rural*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

54 JCI. *Reconhecimento dos baldios do continente – volume I*. Ministério da Agricultura, Lisboa, 1939.



Fig.19 Jovem a fiar a lă (c. 1950).

Em particular na região do Barroso, o clima rigoroso e a falta de comunicações acabaram por agrupar estes habitantes em pequenos povoados, onde os costumes patriarcais resistiram à evolução civilizadora. Viviam como uma verdadeira comunidade, explorando o baldio em comum, dando uso ao moinho e ao forno “do povo” e em conjunto pastoreavam os gados. Vestiam-se de burel – fiado e tecido com lã das próprias ovelhas.⁵⁵

As características físicas desta zona determinavam invariavelmente o sentido das actividades económicas desenvolvidas pelo povo barrosão. Desde há muito tempo que a vida assentava na exploração do gado, em particular bovino e caprino, em menor importância. Não foi por mero acaso que a actividade pastorícia se desenvolveu mais nesta zona – pelas características do seu clima frio e pela abundância de chuvas ao longo de todo o ano, estavam criadas condições para que existissem prados naturais de forma praticamente permanente. Muito mais do que agricultor, o Barrosão desejava ser pastor. Mais tardiamente, começaram a modificar-se os modos de vida barrosã, com o crescimento do interesse na agricultura, em particular na cultura da batata e do centeio, o que acabou por revolucionar esta sociedade rural.

O camponês, protagonista da vida rural, era erradamente considerado de pouca influência no progresso do País, apesar de, na verdade, ser propenso a sacrifícios e preocupações, que passavam ao lado do homem da cidade.

*A sua vida de trabalho insano, onde nem o pôr do Sol lhe proporciona um período de descanso, onde nem um telhado duma fábrica ou dum escritório o resguarda da chuva e das intempéries e onde nem um café ou um clube lhe proporcionam umas poucas e raras horas de distração, representa uma existência toda inteira dedicada à transformação da terra que irá alimentar tanta gente que vive nas cidades.*⁵⁶

55 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume 1 – Freguesia da Chã*. Ministério da Economia, 1944.

56 MACHADO, Arquitecto José Luís Pinto. *Alguns problemas do mundo rural português*. Edição Ministério das Obras Públicas, Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, 1965.



Fig.20 Cena da vida rural (c.1950).

Vários factores que distinguíam o homem do campo do da cidade. Esses prendiam-se, essencialmente, com questões de instrução e educação e questões físicas – vestuário, alimentação e higiene. As questões de instrução e educação estavam relacionadas com a escassez de escolas e de professores nestas regiões. Além disso, as crianças tinham o dever de ajudar nos trabalhos agrícolas, muitas vezes em detrimento dos trabalhos escolares, que acabavam por ficar num plano secundário. As diferenças físicas, como o vestuário, a alimentação e higiene, estavam intimamente relacionadas com o baixo nível de vida, condicionado pela fonte de sobrevivência do camponês – a agricultura e a pastorícia.

(...) Deviam inverter-se as situações e havia de ser eu a ofertar-vos as mais lindas flores, não tanto como recordação desta hora, mas em reconhecimento de quanto se deve nesta cruzada nacional à mulher portuguesa. São as mães, as esposas, as irmãs, as filhas dos portugueses que com o calor do seu afecto e a fortaleza do seu ânimo nos amparam na luta. Elas servem de apoio aos que são tentados a descer e hesitam e se perturbam com dificuldades que vós não receais e nós estamos seguros de vencer.⁵⁷

O trabalhador rural leva uma vida familiar cristã, que o incita a permanecer no lar, humilde mas arranjado. A mulher do camponês desempenha, por isso, um papel primordial na vida rural, uma vez que representa o centro do ambiente familiar⁵⁸ – é a educadora das crianças, além de ser a maior unidade trabalhadora. Isto é, além do trabalho na terra, que faz com o mesmo esforço que o marido, o seu trabalho só termina depois de executadas todas as tarefas domésticas.

Para os habitantes rurais, a família é um valor central, mas constitui também uma unidade de produção autónoma, uma célula económica. Por este motivo, não raras vezes, se confunde o que é a vida privada e o trabalho produtivo, uma vez que de uma forma ou outra e tendo em conta a idade, a força física e as suas competências, todos os elementos estão mobilizados para a exploração agrícola.⁵⁹

**A vida familiar e
o papel da mulher**

57 SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas – Volume VI – 1959-1966*. Coimbra Editora, Limitada.

58 MACHADO, Arquitecto José Luís Pinto. *Alguns problemas do mundo rural português*. Edição Ministério das Obras Públicas, Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, 1965.

59 ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada – Volume 5*. Edições Afrontamento, 1991.

*“Habitation et famille sont deux termes étroitement unis dans l’histoire des hommes”*⁶⁰, refere Paul-Henry Lauwe, sustentando a ideia de que a vida familiar e a habitação são termos indissociáveis. A qualidade do nível de vida individual e da sua família, as estruturas agrárias e outros factores, eram relevantes para o trabalhador rural, mas a sua maior preocupação e aquilo que mais valorizava era, sem dúvida, a sua casa. Nesse sentido, resolver os problemas da habitação rural era proporcionar algum bem-estar e um estímulo à vida do homem do campo, permitindo que este se integrasse com mais facilidade no meio que o rodeia.

Como referido anteriormente, o problema da habitação rural é complexo, e engloba várias temáticas. As questões do território e assentamento e o espaço doméstico são as principais matérias a desenvolver. Os Inquéritos à Habitação Rural e à Arquitectura Popular em Portugal, em parte financiados pelo governo, revelam a sua preocupação com este tema. Como política de “ultraconservadorismo agrário”⁶¹, o projecto da JCI procurou não só resolver as questões de subsistência alimentar, como melhorar as condições de vida das populações rurais, pelo que as Colónias Agrícolas podem apresentar-se como uma resposta a um problema mais vasto.

60 LAUWE, Paul-Henry Chombart de. *Famille et Habitation - 1. Sciences Humaines et Conceptions de l’habitation*. Centre National de la Recherche Scientifique, 1967.

61 ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1939: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*. Edição Estampa, Lisboa, 1996.



Fig.21 Vista geral da povoação de Pitões das Júnias, Montalegre.

3.2.1. O povoamento rural

A relação do camponês barrosão com os outros, em particular com os que lhe são mais próximos, era bastante peculiar. Nesta zona do país, a aldeia era vivida como um todo, uma verdadeira comunidade, sendo um dos aspectos mais característicos destes povoamentos. Os arquitectos da JCI, Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, referiam mesmo: “(...) *subsiste nos meios rurais um visível sentido de comunidade que empresta aos mais pequenos e humildes aglomerados uma vitalidade e um calor que não podem vir senão das relações humanas*”.⁶² A aldeia não era apenas um agrupamento de população, mas antes uma forma de vida social – desenvolvem-se trabalhos comuns, havia o chamado forno do povo, criava-se o boi do povo, e havia terrenos, lameiros e de mato comuns.

Segundo Orlando Ribeiro, entende-se por povoamento rural o conjunto de locais de habitação do campo, em que a maioria dos habitantes se ocupa da exploração da terra, quer sob a forma de agricultura, quer de pastoreio, e onde a indústria é rudimentar e o comércio pouco desenvolvido.⁶³

Em particular na zona de Trás-os-Montes, era recorrente que as povoações fossem arruadas e compactas, geralmente com habitações implantadas em torno da igreja, ainda que por vezes se conseguissem distinguir outros núcleos. Nestas povoações, as habitações eram contíguas, não deixando espaço para culturas ou arborização - estes dispostos à volta, num lugar distinto - pelo que era bem vincado o início e o término da povoação. Contudo, a povoação não era totalmente fechada – cada habitação tinha um pátio anexo na frente, ou um quintal nas traseiras, ou abria-se de um lado para a rua e do outro para o campo. As condições naturais e modos de vida tinham implicação directa na organização social e económica da povoação: “*A casa e a povoação amoldam-se às necessidades do homem e também às suas tendências, hábitos e tradições*”.⁶⁴

62 LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

63 RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos – IV Volume – O Mundo Rural*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.

64 Idem.

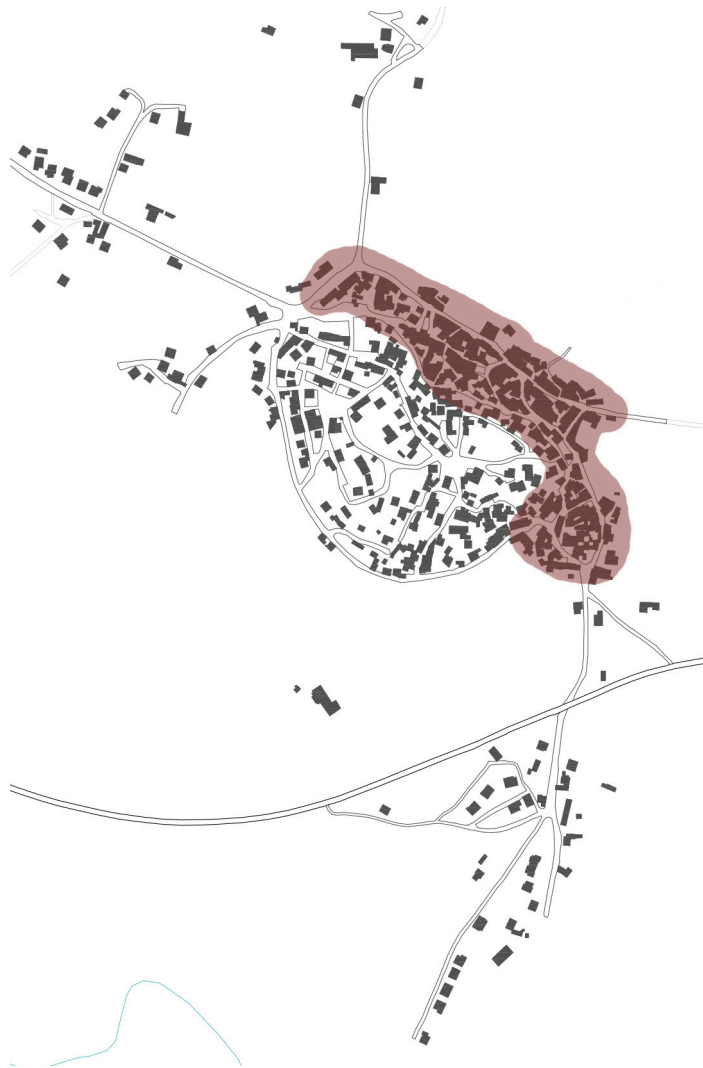


Fig.22 Cheios e vazios no aglomerado de Solveira
Escala 1:10 000.

O critério que distingue um povoamento aglomerado de um disseminado é a maior ou menor coesão das suas habitações, o maior ou o menor grau de intimidade destas com os campos de cultura. Por norma, nas aldeias transmontanas, temos um excelente exemplo de povoações aglomeradas, onde todas as casas estão juntas.⁶⁵ O exemplo aqui apresentado (Fig. 22) da aldeia de Solveira, em Montalegre, é representativo do tipo de povoamento mais comum no Barroso, o aglomerado. Como é possível verificar, as construções implantam-se de forma concentrada e mais densa na área geograficamente mais central do aglomerado, apresentando outros pequenos “núcleos” de construção posterior. Estes estão implantados em extremos opostos, junto às vias de acesso à aldeia, e outros próximos do núcleo principal.

Quanto às formas e processos de dispersão, podem ocorrer em duas vertentes: no primeiro caso, as habitações são completamente separadas – cada célula, contígua a terrenos de cultura, vai-se distribuindo pela área, orientando-se de forma independente em relação às outras habitações; no segundo caso, a dispersão não é total – as habitações adensam-se nuns pontos e dissolvem-se noutros, gravitando em torno de um ou vários núcleos, aproximando-se e afastando-se com campos, pastos e arborização por vezes entre elas. Apesar de afastadas, persevera um sentimento de conexão na comunidade e de pertença a um só lugar. Este tipo de povoamento pode formar-se de dois modos diferentes: num caso, estamos na presença de uma antiga povoação de génese aglomerada, que foi crescendo pelos arredores, em proporção com o aumento dos moradores, formando deste modo uma povoação dissociada; no outro, acontece precisamente o inverso - numa povoação com os seus casais espalhados pelo terreno, vão-se reduzindo as distâncias nas habitações mais recentes, formando-se pequenos núcleos, que ainda assim não se assemelham às povoações compactas, transformando-se deste modo numa povoação condensada.

65 RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos – IV Volume – O Mundo Rural*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.

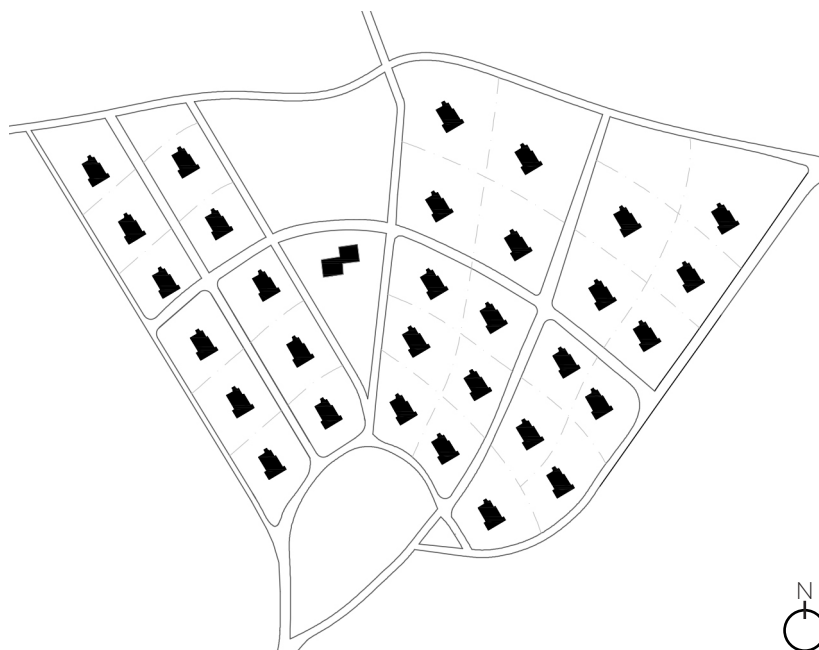


Fig.23 Cheios e vazios no núcleo de Criande | Escala 1:5 000.

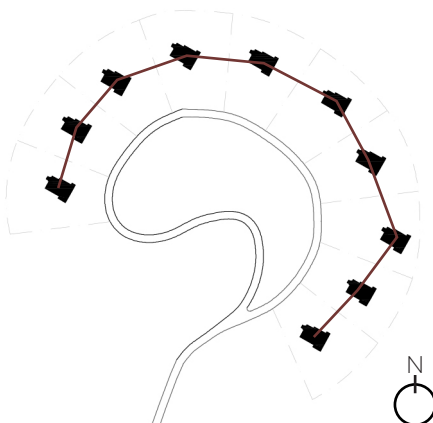


Fig.24 Cheios e vazios no núcleo de São Mateus | Escala 1:5 000.

No caso da Colónia Agrícola do Barroso, a implantação e a formação dos núcleos é bastante particular e distingue-se facilmente dos modos de implantação mais comuns nesta zona. Diferencia-se dos outros aglomerados pelo facto de lhe estar inerente um projecto de implantação, ponderado e reflectido, pelo que o seu cuidado e a sua leitura é necessariamente diferente. Os núcleos da CA do Barroso implantam-se de um modo não totalmente disperso - se, por um lado, as células se desenvolvem de forma autónoma e com uma área envolvente bem definida, por outro, esta implantação não é independente do conjunto. Ainda que as habitações não sejam contíguas, estas seguem os mesmos princípios na sua orientação e mesmo afastadas, é possível fazer-se uma leitura do conjunto - não só porque o modelo de habitação é o mesmo, mas porque a sua implantação tem a preocupação de preservar o sentido de comunidade, tão presente na forma de vida barrosã, ainda que não siga o tipo mais recorrente de implantação para aquela área.

Em núcleos de maiores dimensões como o da Aldeia Nova do Barroso ou Criande, a implantação das habitações parece ter inspiração nas Cidades-Jardim do final do século XIX, ainda que de forma modesta e adaptada ao meio em que se insere, pela sua organização e pelo próprio desenho e rasgamento das suas vias. Em núcleos de menores dimensões, como o de São Mateus, a leitura do conjunto faz-se pelo desenho contínuo da implantação dos casais, que se organiza tendo como base uma espécie de “espinha-dorsal”.



Fig.25 Habitações típicas em Pitões das Júnias, Montalegre.

3.2.2. A habitação e o espaço doméstico

O crescimento da população em Portugal criou um problema na habitação, uma vez que as novas construções não aumentaram na mesma proporção. Apesar de ao nível quantitativo este problema não ser tão grave nas zonas rurais, ao nível qualitativo, as habitações encontravam-se num nível bastante inferior ao de regiões mais desenvolvidas. A estrutura destas mantinha-se enraizada em tradicionalismos, que influenciavam o crescente desenvolvimento dos aglomerados, em particular nas áreas do saneamento e salubridade dessas mesmas estruturas.

Olhando particularmente para a região do Barroso verifica-se que, uma vez que se trata de uma área de grandes dimensões, esta não apresenta um carácter uniforme das suas características físicas, económicas e sociais. Contudo, há algo de coerente em toda a sua extensão:

*A noção do modo de vida é inerente à maneira como os povos dão satisfação às suas necessidades, quer sejam materiais, quer morais, quer religiosas. No quadro das necessidades materiais figuram como condições primeiras a alimentação, o vestuário, a habitação.*⁶⁶

Aqui interessa explorar a Habitação, como uma das principais necessidades materiais. Nesta zona, ainda que haja traços em comum, as habitações diferiam entre si em questões de pormenor. Segundo o Inquérito à Habitação Rural⁶⁷, a sociedade barrosã podia ser dividida em três camadas: a A (Superior), que corresponde às famílias mais ricas, que empregam na sua exploração pessoal permanente, além de todo o trabalho familiar; a B (Mediana), que corresponde às famílias cujas explorações raramente empregam pessoal permanente, mas absorvem todo o trabalho familiar; e a C (Inferior), que corresponde às famílias que, não chegando à mendicidade, são as menos possuidoras de riqueza e cujas receitas proviam de pequenos tratos de terra sua ou emprestada. Esta hierarquização deu origem, evidentemente, a diferenças nas habitações – consoante os proprietários eram mais ou menos abastados, assim as suas habitações satisfaziam melhor ou pior o seu propósito.

66 BASTO, E. A. Lima; BARROS, Henrique de. *Inquérito à Habitação Rural. Vol. 1: A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os Montes e Alto Douro)*. Lisboa, UTL, 1943.

67 Idem.



Fig.26 A cozinha tradicional do Barroso.

A casa tradicional rural usava apenas materiais simples e processos de construção rudimentares, detendo uma expressão claramente regional e local. As condições climáticas foram também determinantes na forma de construir numa região rural. As habitações no Barroso eram bastante simples, e geralmente desenvolviam-se em rés-do-chão e primeiro andar, exceptuando no caso das famílias mais pobres, em que a habitação só tinha rés-do-chão. Genericamente, as casas tinham pouco pé-direito e as coberturas eram de colmo, com uma pequena inclinação para as águas. As habitações não apresentavam chaminés, apenas uma abertura no colmo por onde era feita a saída do fumo, o que fazia com que a tiragem fosse bastante deficiente, levando ao rápido enegrecimento do interior da habitação.

As casas tinham uma organização bastante elementar, tendo por base essencialmente, a separação do homem e dos seus animais. Além da corte para o gado, geralmente, as habitações apresentavam dois compartimentos principais – a cozinha e o sobrado. Ainda que a sua primeira função fosse cozinhar, a cozinha funcionava também como um local de reunião da família, em especial durante os longos meses de inverno. Era nesta zona do país que este compartimento se encontrava com as maiores dimensões, e apresentava sempre no seu mobiliário, além da mesa, os escanos, peças particularmente interessantes, com costas e que permitem realizar refeições. Geralmente, a lareira não estava encostada à parede, permitindo que a família se sentasse em redor da mesma.

O sobrado corresponde ao dormitório da família. Aí se encontravam as camas, onde dormia toda a família junta. Além das camas, existiam uma ou mais arcas onde eram guardadas as peças de vestuário. No caso das famílias mais abastadas, podiam encontrar-se cadeiras, mesas e, eventualmente, um lavatório. Nestas últimas, as habitações, geralmente, já estavam divididas interiormente em diferentes quartos.

Em Portugal, no século XX, a problemática da habitação rural foi uma constante preocupação dos estudiosos, praticamente desconhecida até então. Exemplo disso, são as obras de referência desenvolvidas ao longo do século, em particular a *Casa Portuguesa*, de Raul Lino, em 1929; o *Inquérito à Habitação Rural*, de E.A. Lima Basto e Henrique Barros, em 1943; e o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, na década de 50, que nos ajudam a entender a habitação rural e os seus modos particulares de habitar. Olha-se com interesse para as suas técnicas eruditas, e para as formas adoptadas, verificando-se mesmo que se encontram neste tipo de habitações soluções excepcionais, exemplo de organização e adaptação a condições muito concretas, revelando sempre um elevado sentido de economia, e de valorização do espaço útil.

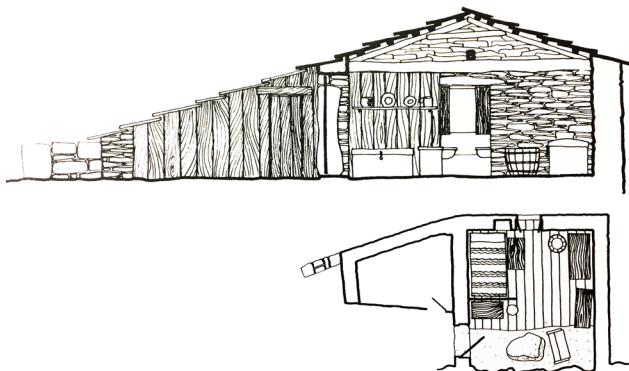


Fig.27 Desenhos de habitação em Trás-os-Montes.

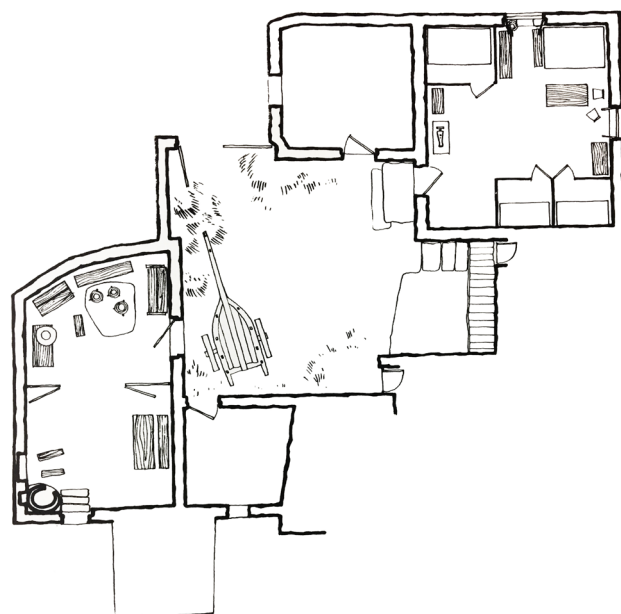


Fig.28 Planta de uma habitação em Trás-os-Montes.



Fig.29 Varandas de madeira no Barroso.

*Por casa, entenda-se um espaço fechado onde o frio e a chuva se imiscuem com maior ou menor dificuldade, mas que é, afinal, o último reduto da vida do indivíduo. Normalmente na penumbra, com uma, duas ou três pequenas entradas de luz, que chega para fazer outros tantos buracos claros recortados no chão negro, às vezes com tabiques precariamente dispostos, sempre mostrando uma colecção heterogénea de pertences (...).*⁶⁸

Foram estas as palavras usadas pelos autores para descrever as condições das habitações que encontraram na zona de Trás-os-Montes. As habitações, construídas em granito e cobertas de colmo, tinham dimensões demasiado pequenas e condições de higiene muito precárias. São exemplos de arquitectura que surgiram quase naturalmente e que, em alguns casos, acabaram por resultar em exemplos bastante interessantes, tornando-se modelos recorrentemente utilizados nestas áreas, como as varandas de madeira (Fig. 29).

De uma maneira geral, pode afirmar-se que o nível de conforto e sanidade verificado nos ambientes rurais era bastante diminuto e que este problema se estendia por todo o País, ainda que com uma acuidade variável. Em particular a Norte, eram inúmeros os aglomerados formados por pouco cómodas unidades de habitação, que além do seu desolador aspecto externo, correspondiam-lhe ainda uma realidade interior com problemas mais graves e à qual se deveria prestar a maior das atenções. O exemplo apresentado na Fig. 27 corresponde a uma pequena habitação na região de Trás-os-Montes, onde todas as funções se agregavam no mesmo espaço, e com uma fraca iluminação e ventilação. O compartimento lateral correspondia a uma pequena corte para o gado, pelo que a proximidade com os animais era evidente. Esta opção era recorrente, e demonstrativa das escassas condições em que os habitantes rurais viviam na maioria das vezes. No exemplo da Fig. 28, a cozinha e o quarto já se encontravam em compartimentos distintos, contudo estes estavam separados por uma espécie de alpendre, pelo que a passagem entre um e outro seria necessariamente feita pelo exterior.

Acreditava-se que a solução para a maioria dos problemas da habitação rural passava, em parte, por uma aposta na educação na vertente da função do habitar, difundindo práticas de higiene e racionalizando hábitos de conforto e de trabalho.

⁶⁸ *Arquitectura Popular em Portugal – Volume I.* Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.



Fig.30 Habitações rurais numa aldeia do concelho de Montalegre (c. 1950).

Em 1960, Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, ambos arquitectos ao serviço da JCI, elaboraram uma importante reflexão intitulada *Problemas actuais da pequena habitação rural*, onde identificaram as linhas gerais que constituíam o problema da habitação rural. Destacavam-se a limitada economia do pequeno agricultor, as suas reduzidas exigências, o conformismo e a ausência de créditos, que limitavam o seu espírito de iniciativa para levar a cabo reparações, ampliações ou modernizações. Outro dos problemas identificados prendia-se com o aumento dos preços de custo da construção nos meios rurais, que se juntava ao facto de existir uma elevada percentagem de casos em que a habitação não pertencia à família que a ocupava, o que limitava o interesse atribuído à sua conservação e as possíveis benfeitorias.

A estes problemas, apresentava-se ainda a dificuldade em obter terrenos para a construção de habitações, que não só impedia o natural desenvolvimento dos pequenos aglomerados como obrigava, na resolução dos casos isolados, aos mais condenáveis recursos em matéria de habitabilidade. A inexistência de um regulamento para a construção rural, aliada à indiscriminação dos técnicos projectantes, era outro dos principais problemas, que permitiu piores soluções dos pontos de vista estético, funcional, sanitário e económico. O recurso sem critério a novos materiais e a sua aplicação simultânea com materiais tradicionais por uma mão-de-obra inadaptada, contrariando gravemente a eficiência, a qualidade e o aspecto das construções, era outro problema recorrente. A estes, juntava-se ainda a falta de água canalizada em distribuição domiciliária, que condicionou de maneira sensível, programas e funções.

Apesar destes problemas, os autores afirmavam, sem receio de errar, que os recursos nas áreas da sanidade, sistematização e economia de construção que possuíam naquele momento, eram suficientes e eficientes para resolver a maioria deles, recursos esses que foram tendencialmente utilizados pela JCI nos projectos das colónias agrícolas. A tendência desejada era que a habitação rural procurasse condições de habitabilidade semelhantes às aquelas que eram adoptadas nas cidades, apesar das diferentes circunstâncias do meio e das formas de habitar. Nesse sentido, Vasco Lobo e Alfredo da Mata Antunes, desenvolveram uma espécie de programa de exigências, que trazia uma série de alterações aos espaços e ao número de dependências, mas também à própria vivência interior da habitação e ao teor de fruição conseguido pelos seus ocupantes. A tradução destas “exigências” traria forçosamente uma renovação na forma conceptual de fazer arquitectura para o mundo rural.

Sendo frequentemente edificações isoladas, as casas rurais dificilmente beneficiam do equipamento próprio dos conjuntos urbanizados. Por esse motivo, os arquitectos da JCI defendiam que essa tendência para o isolamento deveria ser combatida, privilegiando-se o agrupamento de habitações, para que a resolução de problemas de saneamento, águas e esgotos, a distribuição de electricidade e de outras formas de energias, as instalações de uso e interesse colectivos, pudessem ser uma realidade nas zonas rurais.

Como linhas orientadoras para uma habitação rural funcional, e no caso da casa se desenvolver em dois pisos, sugeriam que os quartos fossem dispostos no piso superior – como já era frequente encontrar em exemplos tradicionais – garantindo-se assim a protecção da humidade do terreno e a separação clara das diferentes funções da casa. No caso da habitação ter anexos ligados à actividade agrícola, questão praticamente sempre presente neste tipo de habitação, os autores defendiam que não se deveria permitir que estes interferissem com a função puramente habitacional. De forma recorrente, admitia-se a excessiva aproximação dos animais da zona habitada, o que trazia largas desvantagens de ordem higiénica. Embora estas instalações pudessem fazer parte do conjunto, deveriam ser nitidamente independentes da habitação, sem prejuízo para o serviço e controlo.

Era espectável que todas as necessidades criadas pelas actividades de uma família rural fossem inteiramente resolvidas pelo programa de habitação e as suas dependências anexas, sendo reservado para o primeiro as máximas condições de espaço e de equipamento. A articulação das diferentes dependências da habitação e dos seus anexos deveria processar-se de forma simples, conduzindo para uma economia de espaço e de materiais. De uma forma geral, a proporção e a funcionalidade constituiriam a fisionomia da habitação dando, simultaneamente, resposta a exigências mais rigorosas em matérias de higiene e salubridade.

Pelo facto da habitação rural se encontrar implantada num ambiente predominantemente saudável e a permanência ao ar livre dos seus ocupantes ser uma constante, permitiu que os autores considerassem que os compartimentos habitáveis pudessem ter uma dimensão inferior àquela que era exigida em espaços urbanos – esta diminuição deveria conseguir-se pelo prejuízo das alturas do pé-direito e não pelas áreas do pavimento.

3.2.3. O movimento da “Casa Portuguesa”

A partir do movimento da “Casa Portuguesa” é possível entender o significado da habitação rural, no contexto do Estado Novo. No final do século XIX e princípios do século XX, a arquitectura portuguesa parecia estar a perder a sua genuinidade – o desaparecimento de formas antigas, que se entendiam como a forma correcta de se fazer arquitectura. Determinou-se então que se procurasse no passado, a solução para resolver um problema do presente. A antropologia em Portugal desenvolveu-se como uma antropologia de construção da nação⁶⁹ e o problema da identidade nacional portuguesa foi o seu principal foco, em particular as questões da cultura popular de matriz rural. Os processos de objectificação da cultura popular portuguesa foram um dos aspectos centrais do discurso nacionalista do Estado Novo, sobrevalorizando certas características, daquilo que seria genuinamente português.

É nesta lógica que se desenvolve a problemática da “Casa Portuguesa”, que combina a discussão sobre a identidade política, artística e cultural, numa procura de uma identidade verdadeiramente portuguesa. A chamada “cultura popular”, a arte e em particular a arquitectura, são os principais pontos de partida para a discussão sobre as questões de portugalidade. A “Casa Portuguesa” é um exemplo de como a paisagem foi objecto de instrumentalização da cultura dominante da época salazarista.

Este movimento procurava a institucionalização de um modo de fazer arquitectura, baseado no que defendia ser um tipo particular de habitação popular, tradicionalmente português e Raul Lino foi o seu principal teorizador e divulgador.⁷⁰ Nesta problemática, a questão que se coloca como central é a da compatibilidade entre a ideia de casa portuguesa, e ao mesmo tempo, da grande diversidade de configurações e formas que a habitação popular apresentava. Num país com tantas diferenças internas, tornar-se-ia complicado defender o argumento de unidade nacional. Ambicionava-se transformar Portugal num país de paisagens harmoniosas, seguindo os traços tradicionais locais e utilizando os materiais próprios das regiões e procurando a beleza.

69 LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.

70 Idem.

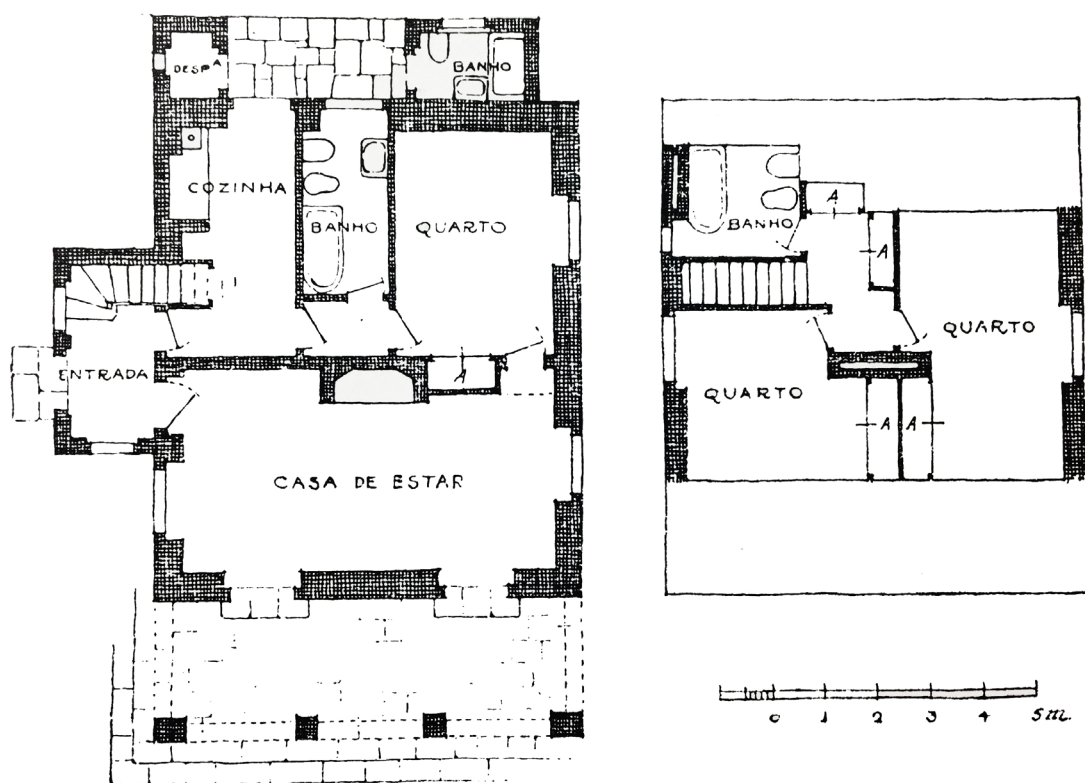


Fig.31 “Casita Económica no Campo” - plantas.

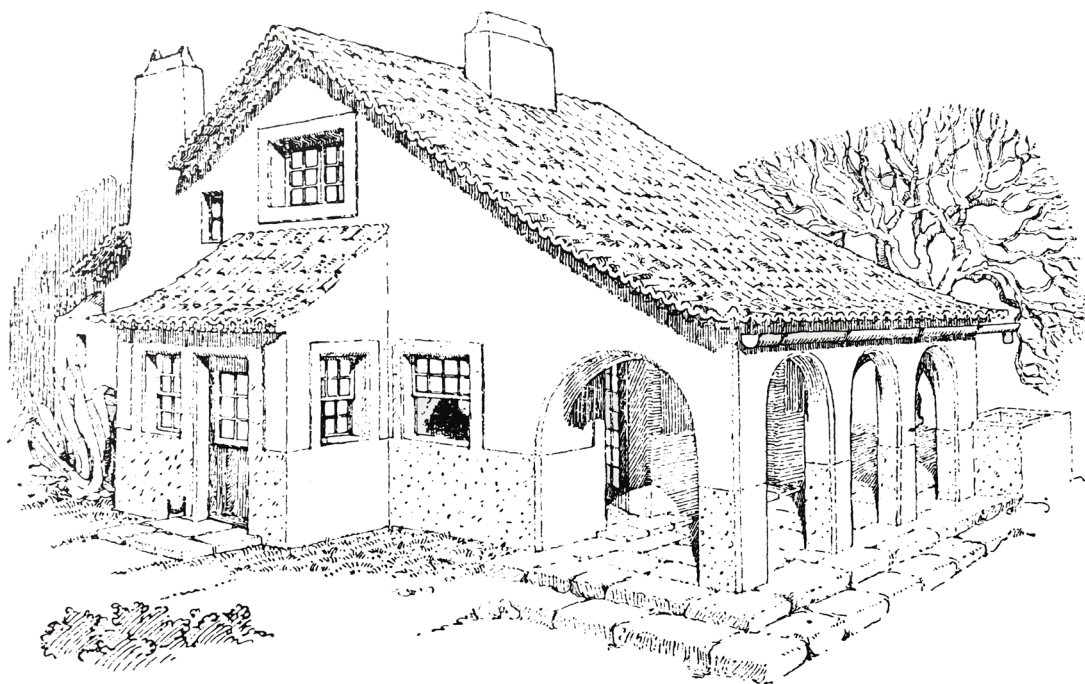


Fig.32 “Casita Económica no Campo” - desenho de uma perspectiva.

Essencialmente, pretendia-se devolver ao país as tradições de construção e “reaportuguesar” a casa e a paisagem, transformando-se este movimento numa referência da estetização levada a cabo pelo Estado Novo. Se, numa fase inicial, o Estado Novo parece coexistir em harmonia com a arquitectura modernista, chegando mesmo a estimular o seu desenvolvimento, a partir dos finais dos anos 30, a abertura à arquitectura moderna sofre um revés, pelo que nesta fase o Regime acaba mesmo por adoptar e impor um “modo de fazer” arquitectura, que confluía nas premissas da Casa Portuguesa. Ainda que inicialmente não houvesse esse intuito, este movimento passou a assumir uma dimensão política e cultural que não era expectável. Este “fenómeno cultural” do aportuguesamento da casa foi aproveitado pelo Estado para sublimar os valores nacionalistas⁷¹ e apresentava duas ideias subjacentes: o que é popular é bonito, o que é popular é nacional.⁷²

No caso da habitação rural, Raul Lino apresentou nas ilustrações do seu livro *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o Arquectar das Casas Simples*, um exemplo do modo de fazer uma “Casita Económica no Campo” (Fig. 31 e 32) e sugeria uma habitação com dois pisos. No rés-do-chão, apresentam-se áreas como a cozinha, local dedicado apenas à confecção de alimentos; uma pequena despensa; a casa de jantar, área social onde se localiza a lareira, que corresponde à maior área da casa e que se abre para um alpendre; duas instalações sanitárias; um quarto. Na entrada, encontrar-se-ia a escada de acesso ao piso superior, um sótão, onde se situavam dois quartos e uma instalação sanitária. Esta é uma proposta genérica, independente da zona em que se insere. Como se tem vindo a explicar, a vida rural tem um modo de habitar particular, que varia mesmo de zona para zona, pelo que uma proposta genérica parece ser desadequada às suas necessidades. Além disso, este exemplo não apresenta qualquer zona de apoio às actividades agrícolas, que são inerentes à forma de vida do habitante rural, o que reforça apenas a sua incoerência.

71 RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias. “From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal”. Revista Docomo “Modern Housing – Património Vivo” Journal 51 – 2014/02

72 LEAL, João. *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Conferência Arquitecto Marques da Silva, 2008.

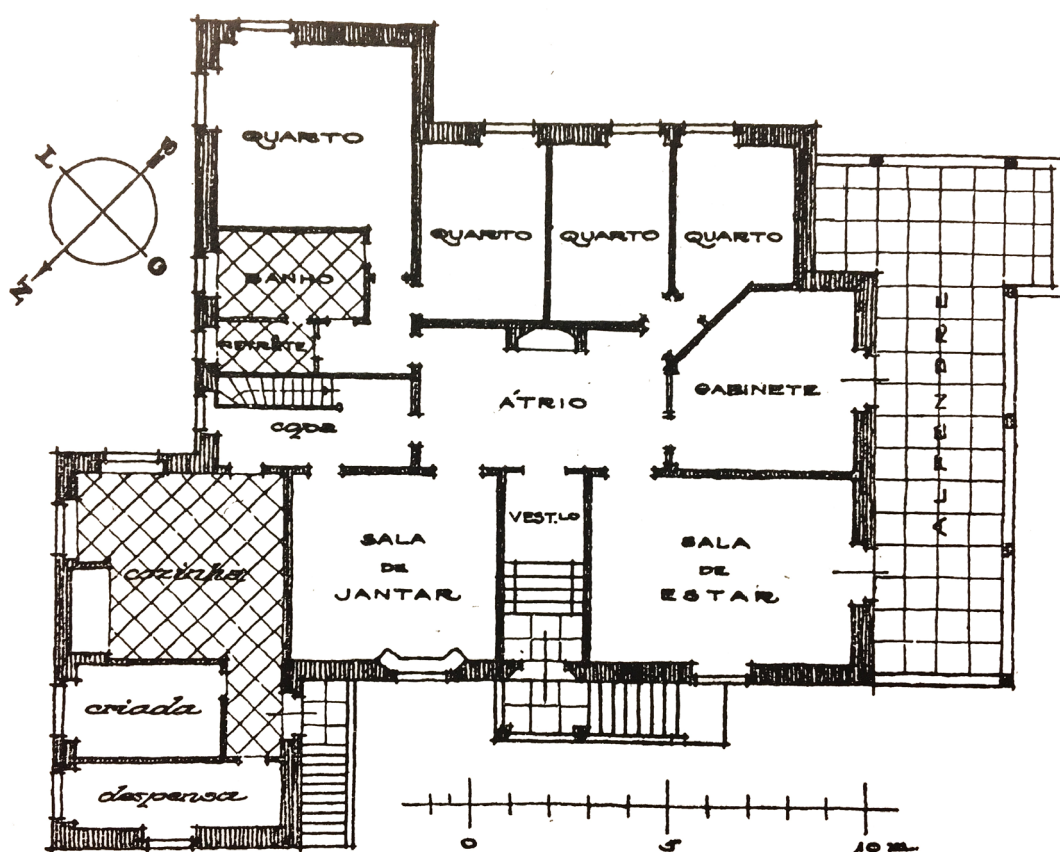


Fig.33 Exemplo de "Casa Rústica em Trás-os-Montes" - planta.

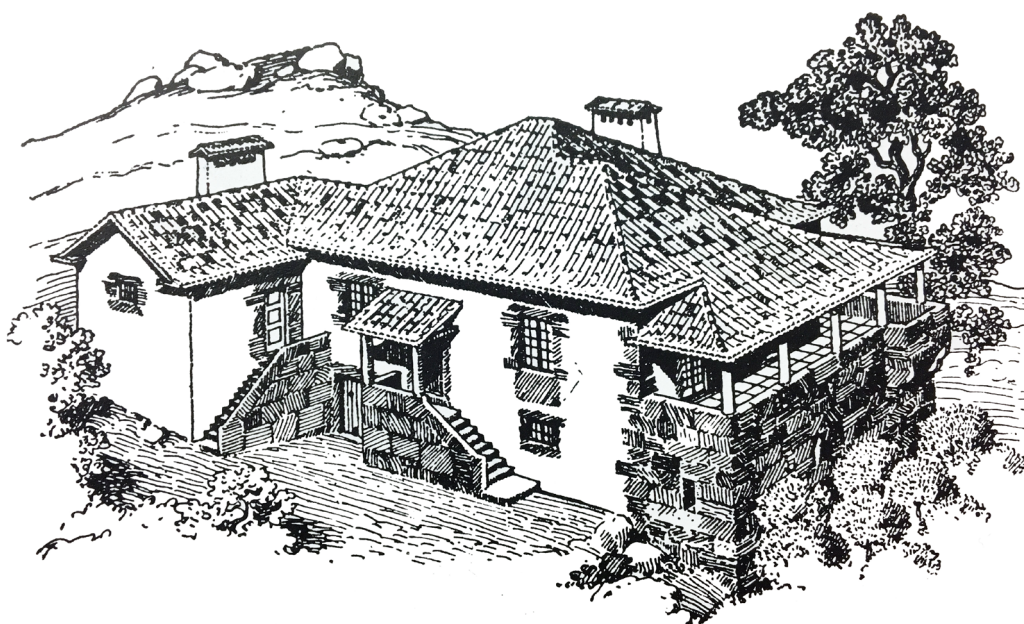


Fig.34 Exemplo de "Casa Rústica em Trás-os-Montes" - desenho de uma perspectiva.

Apresenta-se ainda o exemplo para a “Casa Rústica em Trás-os-Montes” (Fig. 33 e 34), onde se demonstra uma habitação também com dois pisos. Depreende-se que o rés-do-chão seria dedicado às dependências agrícolas, em particular ao alojamento de animais – não são apresentadas na sua planta, mas na perspectiva desenhada é possível ver que existem divisões nesta área, iluminadas por pequenos vãos. No primeiro piso, cujo acesso é feito pelo exterior, encontram-se divisões como uma pequena cozinha com lareira, com despensa e quarto para a criada; uma sala de jantar; uma sala de estar e um gabinete, ambos abertos para o alpendre; quatro quartos; uma instalação sanitária e um átrio, com lareira, a partir do qual se faz a distribuição de todas estas divisões. Este modelo parece um tanto desadequado aos modos de habitar dos transmontanos que, por exemplo, vêm na cozinha a peça fundamental e central da vida familiar, pelo que seria de esperar que esta fosse a maior área da casa e tal não se verifica. Na verdade, há uma distinção clara entre a zona de confecção dos alimentos e a zona onde os habitantes comem; e estas áreas são também diferenciadas das áreas de convívio familiar, que se destina à sala de estar. O modelo apresentado, parece mais adequado a uma família rural abastada – que é uma minoria – do que a uma família tradicional transmontana, de origem mais humilde, para a qual deveria ser pensado um projecto que se pretendia como modelo para este tipo de habitação. Este exemplo assemelha-se, em certa parte, ao desenvolvido nas casas para regentes agrícolas, no Centro Social do Barroso, como veremos posteriormente.

*A Casa à Antiga Portuguesa que, dentro da arquitectura civil é filha dessa arqueológica orientação, não introduziu em Portugal qualquer coisa de novo, pelo contrário, veio atrasar todo o desenvolvimento possível da nossa arquitectura.*⁷³

Fernando Távora foi um dos principais críticos ao movimento da Casa Portuguesa. Como visto na citação anterior, a sua crítica residia, precisamente, no atraso que este provocava na arquitectura. Ao contrário do que se passava genericamente no resto da Europa, em Portugal, a arquitectura seguia um rumo inglório ao desenvolver projectos com uma lógica no fundo contrária ao pensamento e à vivência do mundo que a rodeava. Determinava-se que o uso de uma série de caprichos decorativos seria capaz de produzir a verdadeira casa portuguesa, não valorizando o facto de que as formas arquitectónicas resultam das condições impostas ao material pela função que é obrigado a desempenhar.⁷⁴

73 TÁVORA, Fernando. *O problema da Casa Portuguesa*. Cadernos de Arquitectura. Editorial Organizações, Lisboa, 1947.

74 Idem.

*Como a língua ou a história, a paisagem é um poderoso marcador identitário, uma casa comum.*⁷⁵

A mitificação da paisagem estava relacionada com a construção de paisagens simbólicas, que deixaram de ser anónimas, para passarem a surgir com novas conotações e significados. A paisagem simbólica ia além daquilo que se via e se percepcionava – era toda a experiência humana relativamente a uma determinada geografia e contexto, mas era também «*texto cénico, é o poder da memória, da irracionalidade dos mitos, da paisagem iconográfica, da paisagem quanto símbolo*».⁷⁶

A vida cultural portuguesa passou a caracterizar-se pelo processo de refundação da nacionalidade. O Estado Novo via no movimento informal da “Casa Portuguesa” a defesa da linguagem que pretendia – a da portugalidade. O nacionalismo dava grande importância às metáforas da nação como família, chegando mesmo a designar de “mãe pátria” o colectivo nacional.⁷⁷ Consequentemente, via na habitação a metáfora perfeita – a casa compreendida como o espaço físico da família por excelência, o grau máximo da proximidade e intimidade.

O programa nacionalista tinha uma visão da habitação tradicional marcada por características homogéneas por todo o país, revelando-se indiferente à diversidade interna. Deste modo, o nacionalismo sobrepõe-se à etnografia, prevalendo assim a linha de pensamento da “Casa Portuguesa” e a visão da cultura popular homogénea que dela advém. Quando se falava em cultura popular, este não significava rural ou tradicional. Devia entender-se antes que seria tanto mais popular quanto menos erudito fosse. O popular era sobretudo acerca da autenticidade, e espontaneidade.

75 DOMINGUES, Álvaro. *Vida no Campo*. Edição Dafne Editora, Porto, 2011.

76 SAMPAIO, Joaquim. *Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo*. Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto, 2012.

77 LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.

*A paisagem portuguesa parece esperar – parece esperar por nós. Há muitos séculos. Mas com a fé inexgotável das mães que esperam pelos filhos ausentes: serênas, com os olhos marejados de sonho. Crescem-lhe, entretanto, cabelos brancos... (...) Isto, claro, é literatura. Mas a nossa paisagem é cheia d'alma, é uma paisagem maternal e poética.*⁷⁸

Estas ideologias possuíam também uma vincada atracção pelo pastoral, isto é, pela idílica ideia de felicidade que se associava à paisagem natural. Esta paisagem mantivera-se fiel a si mesma pela relativa distância da mão humana e da civilização e, mesmo quando cultivada, preservava as suas características rurais. Tratava-se de uma paisagem equilibrada que, ainda que não fosse totalmente selvagem, também não o era totalmente humanizada. Na sua génese, a casa “nacionalista” era uma casa de campo⁷⁹ ou, quando construída na cidade, tinha sempre como objectivo último trazer para a cidade, o campo e os seus valores.

Esta atracção pela paisagem natural e rural devia-se, em certa parte, a alguma ingenuidade – a ingenuidade de quem apenas lê a paisagem formal, não entrando na percepção do que era viver, nesta fase, num meio rural. Na verdade, talvez o rural intimidasse mais do que atraía.

78 SANTOS, Luís Reis; QUEIROZ, Carlos. *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Ed. da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, Lisboa, 1940.

79 LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.



Fig.35 Escadaria de acesso ao miradouro, Aldeia Nova do Barroso.

*Dizem-nos as estatísticas que Portugal continua a ser dos países da Europa em que a percentagem da população agrícola, relação à população total, é maior. E quem sabe se não é à índole da paisagem que devemos, em grande parte, a constância dêste apêgo à fecundez do nosso solo? A paisagem portuguesa repele as grandes concepções industriais porque os negros fumos das fábricas lhe repugnam, os fortes ruídos a incomodam, o excessivo materialismo a ofende(...).*⁸⁰

A atracção pelo pastoral podia ser mais facilmente identificada, pela abertura da casa para o exterior. A habitação organizava-se partindo de um espaço central, o núcleo social por excelência, ligado a circulações e acessos, de forma a reforçar a continuidade espacial do espaço doméstico e propondo deste modo a dilatação do seu espaço interior, abrindo-se para o exterior. A disposição dos vãos para amplas paisagens, também reforçava esta valorização da relação do homem com a Natureza – Paisagem Natural. O espaço exterior transformava-se num espaço vital da vida doméstica, onde o contacto com o ar livre, e o seu uso e contemplação⁸¹ eram de grande relevância.

Como exemplo da importância da paisagem e da sua contemplação, são as propostas para fazer miradouros, presentes nos projectos dos núcleos da Aldeia Nova e do lugar de S. Mateus, da Colónia do Barroso. Apesar da intenção, só o miradouro da Aldeia Nova foi executado, colocado numa das cotas mais elevadas da aldeia, pelo que a partir deste ponto se consegue ter um domínio visual sobre todo o conjunto.

80 SANTOS, Luís Reis; QUEIROZ, Carlos. *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Ed. da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, Lisboa, 1940.

81 RAMOS, Rui Jorge Garcia. *A CASA – Arquitectura e Projecto Doméstico na primeira metade do Século XX Português*. FAUP Publicações, Porto, 2010.

3.2.4. A vida privada e a intimidade

*O povoamento de um território constitui um dos elementos fundamentais de ocupação e de afirmação de uma identidade social, cultural e política de um povo.*⁸²

Se o povoamento é um dos principais elementos de ocupação e afirmação de um povo, é no elemento “casa” que se encontra o elemento primeiro para a sua fixação. Representa o abrigo e, ainda que as infraestruturas externas sejam importantes, é nesta edificação que a fixação começa. A habitação deveria representar as necessidades do homem, e ser o resultado das condições e das circunstâncias das quais se vive, no tempo e no espaço.

Com o Estado Novo, foi evidente a intervenção do Estado na esfera privada das famílias, acabando deste modo, com o conceito de comunidade nacional republicana, vigente até então, dando lugar ao conceito de família-nação, onde se adopta recorrentemente o lema de «Deus, Pátria e Família». Neste sistema de significações, Deus definia-se como princípio orientador; a Pátria e a Família como elementos aglutinadores, onde se manifestava a solidariedade e o dever; o trabalho como o contributo individual, para um bem maior, o bem colectivo; a autoridade como mediador entre a sociedade e os valores.⁸³

O enquadramento legislativo da família foi alterado, passando a assentar nos valores da tradição e da doutrina cristã, balizada por dois importantes marcos formais: a Constituição de 1933 e a Concordata assinada com a Santa Sé, em 1940.⁸⁴ A família passou a ser considerada como o principal núcleo de todo o discurso corporativo e ideológico do regime.

82 RAMOS, Rui Jorge Garcia. *A CASA – Arquitectura e Projecto Doméstico na primeira metade do Século XX Português*. FAUP Publicações, Porto, 2010.

83 CUNHA, Luís. *A Nação nas Malhas da sua Identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Edições Afrontamento, Porto, 2001.

84 MATTOSO, José. *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Edição Círculo de Leitores, 2011.

A Casa era vista como o espaço privilegiado da vida privada. Era o local mais resguardado para se desenrolarem os actos mais profundos e ocultos, onde cada elemento da família encontrava a tranquilidade para realizar os seus desejos e a sua felicidade, fomentando o crescimento do conceito de “intimidade”. Defendia-se a importância da vida familiar, em oposição à marginalidade da vida fora do espaço doméstico controlado: *“For Salazar, the individual house, the family’s own house, was the only solution for «life’s intimacy»”*.⁸⁵ A habitação deveria, segundo o Regime, ter boas condições para fomentar as virtudes morais e cívicas, enaltecendo o amor à Pátria. A questão da identidade nacional é também de grande relevância para se entender a arquitectura neste período, como explanado por Rui Ramos: *“The house then became a fundamental factor in the development of a cult of the nation, a strong state and a corporative structure, the corollary of the institutionalization of the Estado Novo.”*⁸⁶

*O habitante do Barroso, indistintamente de classes, vive em completa promiscuidade com todos os seus gados. No rés-do-chão da casa, sempre coberta de colmo, ficam os gados e no 1º andar a família, quantas vezes habitando um único compartimento, que serve de cozinha, sala de jantar e dormitório de toda a família, sem distinção de sexos e idades.*⁸⁷

Este pequeno excerto leva-nos a crer que, para a JCI, a questão dos quartos colectivos era um problema que levantava obviamente questões morais. Se, por um lado, nesta fase e no resto do país, começava a haver uma preocupação na criação do espaço privado e por esse motivo, uma separação dos seus habitantes em diferentes compartimentos, nas habitações rurais do interior o mesmo ainda não se verificava, excepto, como referido anteriormente, em casos de famílias mais abastadas.

85 SILVA, Sérgio Dias; RAMOS, Rui Jorge Garcia. *Housing, Nationalism and Social Control: The first years of the portuguese Estado Novo’s Affordable Houses Programme*. In LEAL, Joana Cunha; MAIA, Maria Helena; TORRAS, Begoña Farré. *Southern Modernisms: from A to Z and back again*. Edição Centro de Estudos Arnaldo Araújo, CESAP/ESAP; Instituto de História da Arte, FCSH-UNL, Porto, 2015.

86 RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias. *From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal*. Revista Docomo “Modern Housing – Património Vivo” Journal 51 – 2014/02

87 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume 1 – Freguesia da Chã*. Ministério da Economia, 1944.

Foi no final do século XIX, com os filósofos e pensadores sociais, que o problema da moralidade emergiu como estruturante, uma vez que houve a percepção de que existiria uma ligação entre a degradação física e a moral, isto é, entre a insalubridade e a imoralidade, o que se traduziu na crescente ideia de que a habitação poderia ter um papel social moralizante. Foi precisamente na linha do pensamento reformista habitacional do final do século XIX, que o regime ditatorial português encontrou inspiração para muitas das suas questões da relação da moralidade e da habitação.

Para estes reformistas, tornar o espaço de habitação num universo atractivo equivalia a conseguir manter as famílias em casa e, portanto, longe da criminalidade, afastando-os da “taberna”. A sala de estar, ou sala da “família”, que poderia englobar a cozinha, outro espaço determinante, era o local onde se perpetuava a união da família e o desenvolvimento das virtudes domésticas. A casa seria capaz de absorver todo o tempo livre do homem com as suas obrigações familiares. A mulher tinha também um importante papel, o de se dedicar à casa e à família, para que o homem não sentisse necessidade de sair de casa para procurar afeição.⁸⁸

*Un des exemples les plus frappants de la corrélation entre structure spatiale et structure sociale est celui de la diversité des positions dans l'espace de l'habitation selon la structure des relations familiales. (...) l'espace étaye une conception spécifique des interactions homme-femme, ainsi qu'une conception spécifique des rôles et des statuts différenciés.*⁸⁹

A nudez

O reformismo habitacional encontrava a chave para a decência de uma casa na separação e independência dos dormitórios dos filhos e filhas e na privacidade absoluta do espaço de dormitório dos pais. O tema da nudez é importante para compreender esta separação. Se na Idade Média, por exemplo, a nudez é vista como algo natural, partilhado entre pais e filhos, que sucessivamente partilham também o espaço de dormir, o mesmo não acontece nesta fase – vivem-se outros paradigmas e a influência da religião é notória. A nudez era entendida como uma imoralidade, pelo que a separação dos indivíduos por géneros, neste caso os filhos do casal, era da maior importância.

88 ROMÓN, María Castrillo. *Reformismo, Vivienda y Ciudad – Orígenes y Desarrollo del debate en España 1850-1920*. Edição Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Valladolid, 2011.

89 ELEB, Monique; DEBARRE, Anne. *Architectures de la vie privée – XVII^e – XIX^e siècles*. Edição Hazan, 1999.

*Normas muito estritas modulam a prática do banho, de acordo com o sexo, a idade, o temperamento e a profissão. A preocupação de evitar a lassidão, a complacência, o olhar sobre si, ou mesmo a masturbação, trava a extensão dessas práticas. A relação então solidamente estabelecida entre a água e a esterilidade dificulta o estímulo à higiene íntima da mulher.*⁹⁰

O banho

Durante o período da Idade Média, a ablução completa e repetida, foi cultivada e estimulada, provavelmente porque usava a inspiração vinda do oriente dos banhos públicos a vapor.⁹¹ Contudo, esta prática foi-se perdendo, estando mesmo desenraizada nas rotinas da população no século XIX e durante largas décadas do século XX. A desvalorização do acto do banho reflectiu-se então na organização dos espaços habitacionais, neste caso, pela sua ausência. O banho estava imensamente relacionado com as questões da moralidade, ou mais concretamente, pela ausência dela na sua prática, pelo que era tendencialmente repudiado. Este repúdio transpôs-se então para a divisão dos espaços de uma habitação: ainda que pudesse haver uma sentina/retrete, não existiam equipamentos para a higiene corporal. Esta era escassa, e efectuada geralmente nas cozinhas – pela proximidade com a lareira, e portanto, com a água quente – recorrendo a alguidares. Só as casas burguesas tinham esse privilégio, pelo que nelas era mais frequente encontrar um espaço dedicado ao banho.

O Barroso não era excepção - as primeiras habitações a apresentarem uma casa-de-banho, com configurações próximas às dos dias de hoje, surgiram apenas em meados da década de 50. Testemunhos locais referem que o banho era escasso e feito na cozinha, geralmente ao domingo, por ser o dia em que os habitantes se deslocavam à missa.

Como referido anteriormente, estas questões abordadas pelo pensamento reformista habitacional do final do século XIX influenciaram directamente o Estado Novo na defesa da moralidade e bons costumes, revelando-se nas suas opções em projectos de habitação.

90 ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada - Volume 4*. Edições Afrontamento, 1991.

91 ELEB, Monique; DEBARRE, Anne. *Architectures de la vie privée - XVII^e - XIX^e siècles*. Edição Hazan, 1999.

Retomando agora à aproximação ao objecto de estudo, os relatórios do Reconhecimento dos Baldios do continente português, indicaram que a área baldia do distrito de Vila Real era de 107 005 hectares, o que correspondia a 25,25% da superfície total de baldios, a segunda maior do continente. No concelho de Montalegre a percentagem era tão elevada - 53,49% - que chegava mesmo a ser maior do que a área de propriedade privada.⁹²

O concelho de Montalegre era um dos maiores do norte do País, e um dos que maior percentagem de baldios apresentava. No caso particular deste concelho, é possível entender a forte influência dos terrenos baldios para a população – a maioria dos baldios eram utilizados para a pastagem do gado, uma das principais fontes de receita. A tendência para as práticas colectivas e utilização de logradouros comuns é inata a estas populações, situação que lhes foi quase que imposta pelas condições do meio: uma ou duas pessoas eram capazes de conduzir o gado de vários; a necessidade de protecção contra o clima severo levou a população a organizar-se em povoados, não sendo comum encontrarem-se habitações dispersas; a falta de vias de comunicação fortalece a relação entre os elementos da povoação.

Segundo o relatório do Reconhecimento dos Baldios⁹³, a área baldia do concelho dividia-se em duas zonas: a primeira englobava duas faixas de terreno quase paralelas – uma próxima da nascente do rio Cávado, e que compreendia parte dos baldios das freguesias de Padornelos, Meixedo, Montalegre, Donões e Cambeses; a outra iniciava-se junto às nascentes dos rios Beça e Rabagão, e compreendia parte dos baldios das freguesias de Sarraquinhos, Cervos (Cortiço), S. Vicente de Chã, Morgade e Negrões. Estas duas faixas, com condições semelhantes, poderiam ter aproveitamento agrícola colonizável, uma vez que os seus baldios apenas eram utilizados como complemento aos lameiros particulares – o gado pastava em baldios e nalguns prados naturais, e outros ficavam reservados para produção de fenos. A segunda zona englobava o planalto de Pitões, Tourém, Outeiro e a parte poente dos baldios da freguesia de Salto, junto à serra da Cabreira.

92 JCI. *Reconhecimento dos baldios do continente – volume I*. Ministério da Agricultura, Lisboa, 1939.

93 Ver apêndice II.VII.a.

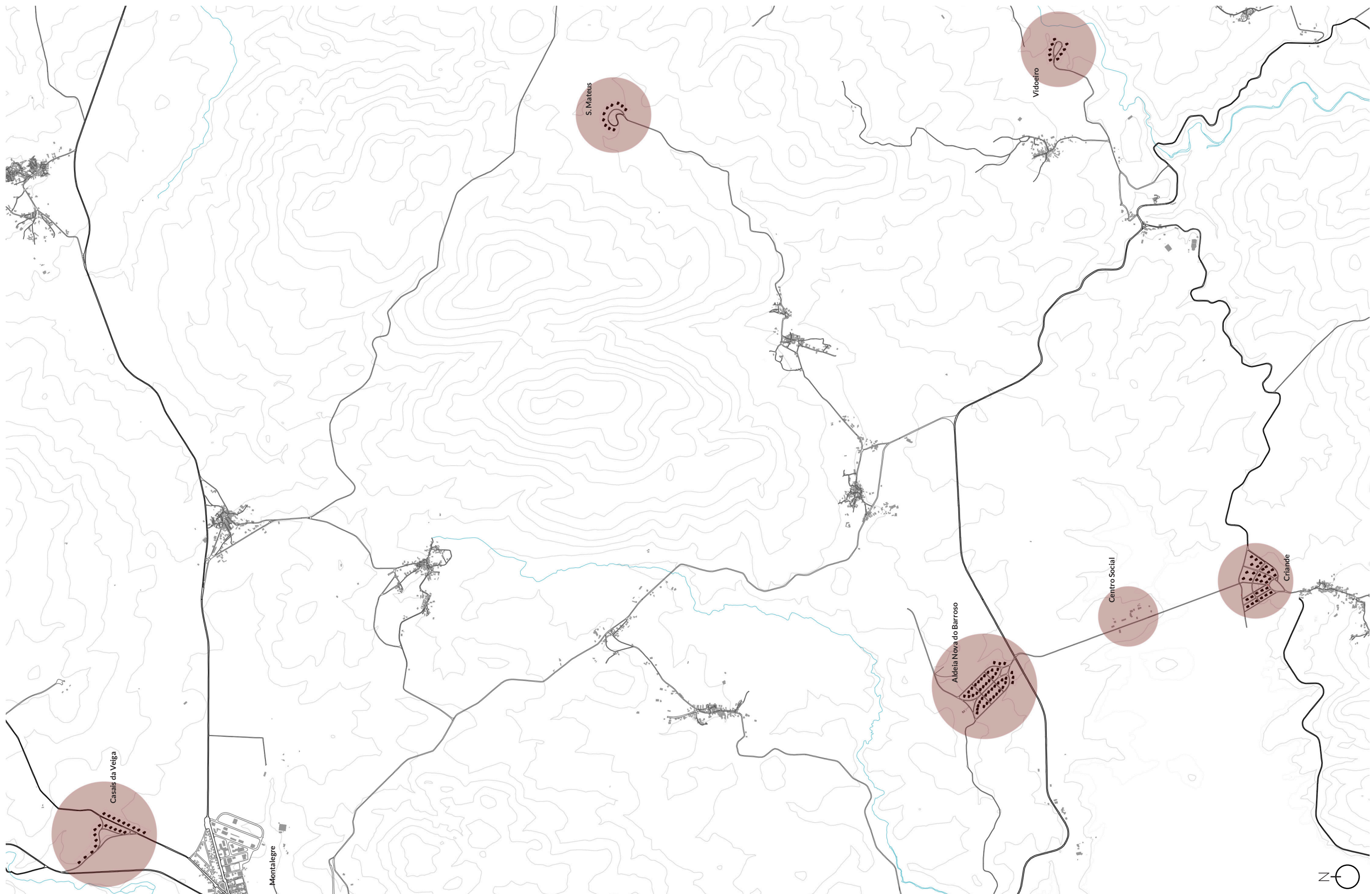


Fig.36 Implantação dos núcleos de colonização no concelho de Montalegre | Escala 1:30 000.

Deste levantamento resultaram diferentes projectos para a implantação de núcleos de colonização. Num primeiro momento, em 1944, surgiu o projecto de implantação para o núcleo da Aldeia Nova do Barroso, assumida como colónia central e o núcleo de S. Mateus, assumido como uma colónia-satélite⁹⁴, ambos no concelho de Montalegre.

4.1.1. Aldeia Nova do Barroso

Este conjunto habitacional ocupa uma área de aproximadamente 13,8 hectares, com 600m de comprimento por 230m de largura. No que à área agrícola diz respeito, esta era de 586.25 hectares⁹⁵. Salienta-se a proximidade ao Centro Social do Barroso – este encontrava-se a apenas cerca de 1.5km de distância; e ficava a aproximadamente 9km da vila de Montalegre.

No projecto da JCI de 1944, propôs-se que este núcleo fosse constituído por quarenta e cinco casais agrícolas e seis edifícios de habitação particular para funcionários com cargos/serviços públicos, contudo, na sua execução, foram construídas apenas quarenta e cinco habitações no total pelo que, uma delas foi convertida em escola⁹⁶, outra em posto da GNR e duas transformadas em habitações para os seus militares⁹⁷. Estava ainda prevista a construção de uma capela e de um miradouro – ambos executados; uma escola primária segregada, cujo projecto acabou por ser concretizado na aldeia de Criande; e um chafariz-bebedouro, também executado. A estes edifícios públicos, juntou-se o edifício destinado a armazenamento, na parte Este do conjunto, que foi construído posteriormente. Este armazém tinha sido projectado para o conjunto do Centro Social do Barroso, mas acabou por se implantar na Aldeia Nova.

94 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.

95 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume II – Freguesia de Morgade, Cervos e Beça*. Ministério da Economia, 1945.

96 Apesar do edifício apresentar algumas diferenças em relação ao modelo dos casais, optou-se por usar a mesma planta, uma vez que não foi feito o levantamento métrico deste edifício.

97 Estes edifícios apresentam também diferenças em relação ao modelo dos casais, mas uma vez mais, optou-se por usar a mesma planta, uma vez que não foi feito o levantamento métrico deste edifício.



Fig.37 Implantação do núcleo da Aldeia Nova do Barroso e respectiva implantação dos casais com as suas diferentes orientações | Escala 1:2 000.

Os casais apresentavam-se organizados em quatro “filas”, fazendo o arruamento principal a separação em dois, e, pelo limite exterior, o conjunto era também cercado por duas ruas. Perpendicualmente a estas, encontravam-se pequenas ruas que facilitavam o acesso aos casais. As ruas laterais cruzam com a principal na parte sul, num largo em forma de losango. Era neste largo que estava prevista a construção da escola e do chafariz-bebedouro. Apesar desta proposta, a escola acabou por se localizar na zona sul da aldeia, num edifício em tudo semelhante aos restantes casais. Já o chafariz-bebedouro localiza-se, ainda hoje, no local onde estava inicialmente previsto. Este pequeno largo faz o remate do conjunto, e partem daí dois ramais de ruas de ligação à estrada para Criande.

Para remate deste conjunto, no topo norte, o arruamento principal abre numa bifurcação e cruza-se com o caminho de Gralhós, dando origem a uma plataforma triangular. É aqui que tem início uma escadaria de acesso a um miradouro, situado numa cota mais elevada. A partir deste, arranca uma outra escadaria, no alinhamento do arruamento principal, que faz a ligação desta cota intermédia, à cota mais alta da aldeia, onde se edificou, como programado, uma capela e o depósito de distribuição de água.

A capela, segundo o que estipulava o projecto, deveria apresentar linhas simples e despretensiosas, e ser precedida de um alpendre. Na fachada principal, sobre o cunhal da esquerda, ergue-se um pequeno campanário; nas fachadas laterais, encontram-se frestas que estão responsáveis pela iluminação do interior do edifício.⁹⁸

98 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume I – Freguesia da Chã*. Ministério da Economia, 1944.

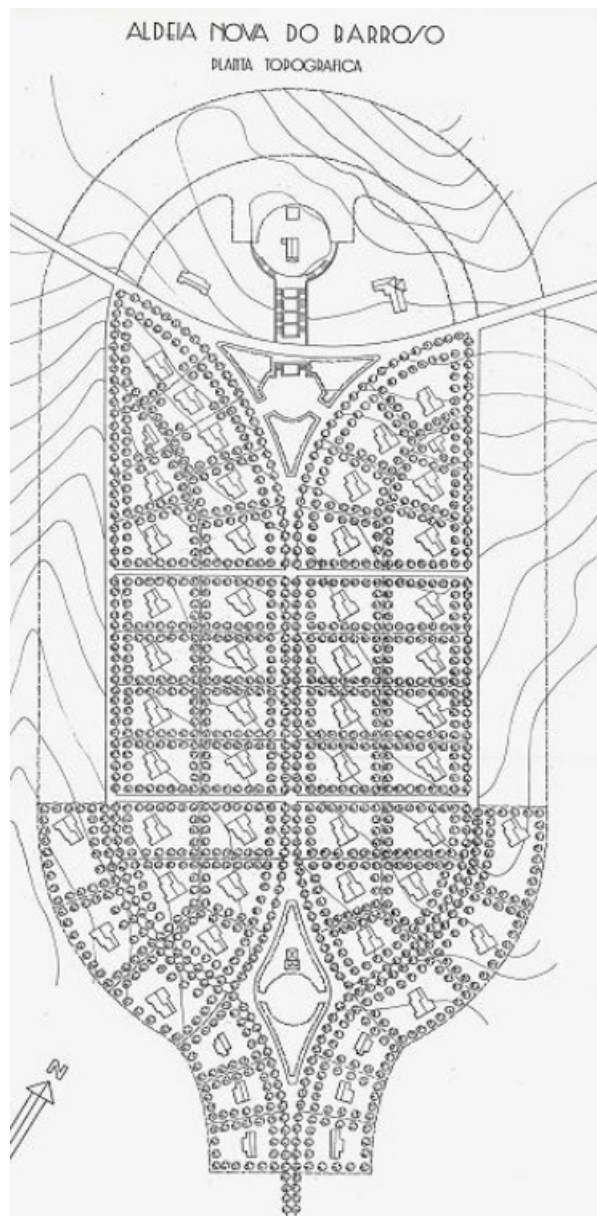


Fig.38 Projecto da JCI para a Aldeia Nova.



Fig.39 Casal adaptado a escola primária.



Fig.40 Vista para a aldeia a partir do miradouro.



Fig.41 Capela.



Fig.42 Armazém.



Fig.43 Casais adaptados à GNR.



Fig.44 Implantação do núcleo de S. Mateus | Escala 1:2 000.

4.1.2. Núcleo de S. Mateus

Este conjunto habitacional ocupa uma área de 3,9 hectares aproximadamente. No que à área agrícola diz respeito, esta era de 54.5 hectares. Encontrava-se a cerca de 8km do Centro Social do Barroso e a aproximadamente 11.5km da vila de Montalegre.

Recebeu este nome, uma vez que nas suas imediações existe uma pequena capela denominada de S. Mateus.⁹⁹ No projecto de 1944, estipulou-se que ali se implantariam 10 casais, um chafariz-bebedouro e uma escadaria com miradouro – do projecto, só a escadaria e miradouro não foram executados, possivelmente por uma questão de contenção de custos. Apesar de não estar previsto no projecto, ali se implantou um posto escolar, com escola e residência para a professor, numa edificação que seguia em grande parte a planta do projecto-tipo. O projecto faz referência à proximidade com a escola na povoação de Fírvidas, a apenas 2500 metros e, justifica deste modo, a não necessidade de implantação da mesma neste núcleo, contudo, a verdade é que posteriormente a mesma foi construída.

Neste conjunto os dez casais estão implantados com a mesma orientação. A disposição das casas está orientada no sentido NW-SE, embora o conjunto apresente uma inclinação NE-SW moldada à ondulação do terreno. Apresenta uma forma peculiar, uma vez que os seus dez casais se apresentam dispostos em círculo à volta de um arruamento também ele circular, com 70m de raio. Este arruamento sofre uma inflexão, sensivelmente até ao centro da povoação, ligando-se à estrada que se projectou, desenhando-se deste modo em forma de “feijão”.

⁹⁹ JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume I – Freguesia da Chã*. Ministério da Economia, 1944.

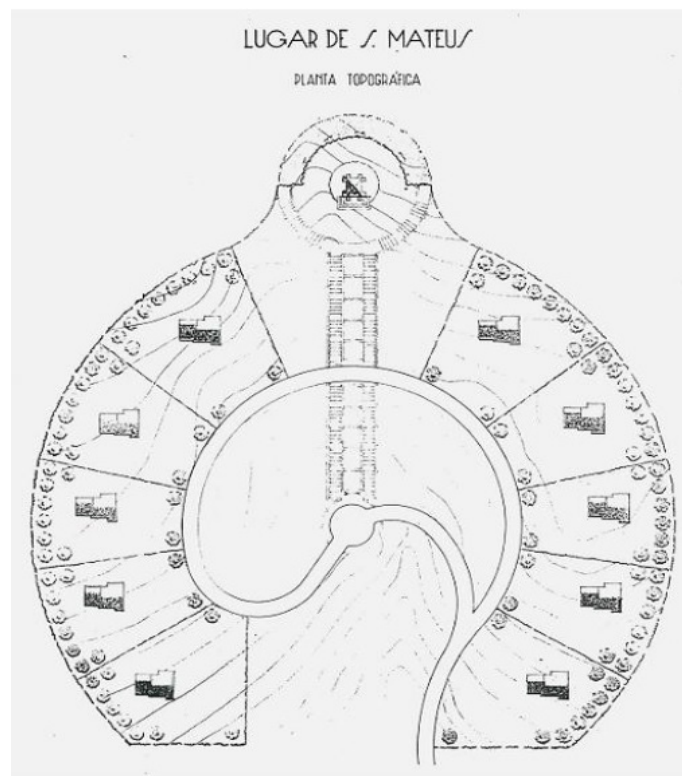


Fig.45 Projecto inicial da JCI para o núcleo de S. Mateus.



Fig.46 Chafariz-bebedouro.



Fig.47 Estado actual de um dos casais.



Fig.48 Vista actual de dois casais.

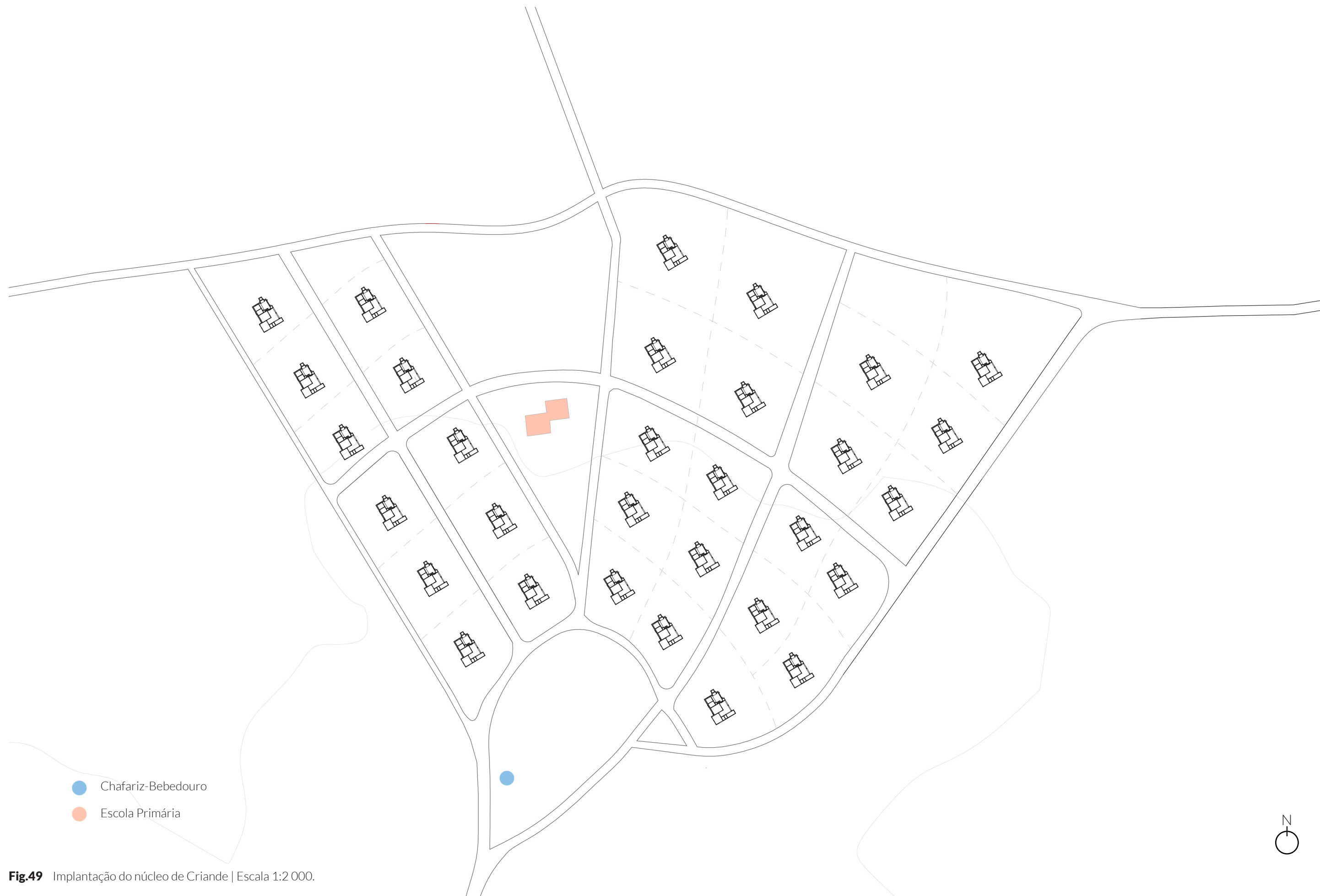


Fig.49 Implantação do núcleo de Criande | Escala 1:2 000.

Num segundo momento, em 1945, desenvolveu-se o projecto de implantação para os núcleos de Criande e do Vidoeiro, no concelho de Montalegre e os núcleos de Fontão e Pinhal Novo, no concelho de Boticas, seguindo o projecto já apresentado no ano anterior e utilizando o mesmo projecto-tipo para a habitação.

4.1.3. Núcleo de Criande

Este conjunto habitacional ocupa uma área de 10 hectares aproximadamente. No que à área agrícola diz respeito, esta era de 301 hectares¹⁰⁰. Encontrava-se a cerca de 1km do Centro Social do Barroso e a aproximadamente 11km da vila de Montalegre.

No projecto da JCI para esta colónia, estava prevista a construção de trinta e um casais numa área de 7,75ha, todos eles executados, dispostos numa planta triangular “alada” cujo vértice principal está orientado a sul, a parte mais alta que comunica com a aldeia de Morgade. As casas estão implantadas com uma orientação NW-SE, bem ao centro de cada um dos lotes quadrangulares. Com a construção da Barragem dos Pisões, em 1963, dos trinta e um casais inicialmente implantados, restaram vinte e nove, pelo que dois deles foram absorvidos pela subida das águas. Pelas suas dimensões, este é um dos mais importantes núcleos de colonização da CA do Barroso.

Quanto aos seus equipamentos de apoio, estava prevista a construção de um chafariz-bebedouro – que se concretizou – e o edifício do Centro Social, para assistência técnica, que veio a implantar-se posteriormente no aglomerado do Centro Social do Barroso. Apesar de não estar previsto no projecto de 1945, foi aqui construída a escola primária segregada por géneros, que estava destinada a ser construída na Aldeia Nova do Barroso, como referido anteriormente.

¹⁰⁰ JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume II – Freguesia de Morgade, Cervos e Beça*. Ministério da Economia, 1945.

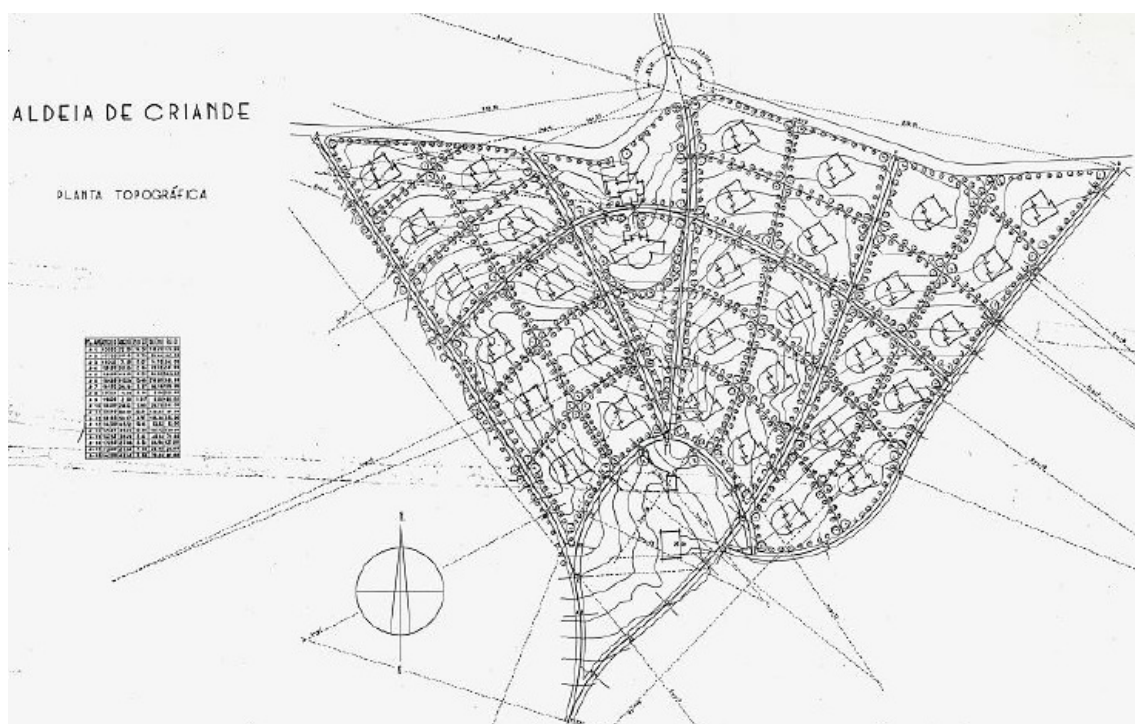




Fig.52 Escola primária.



Fig.53 Escola primária.

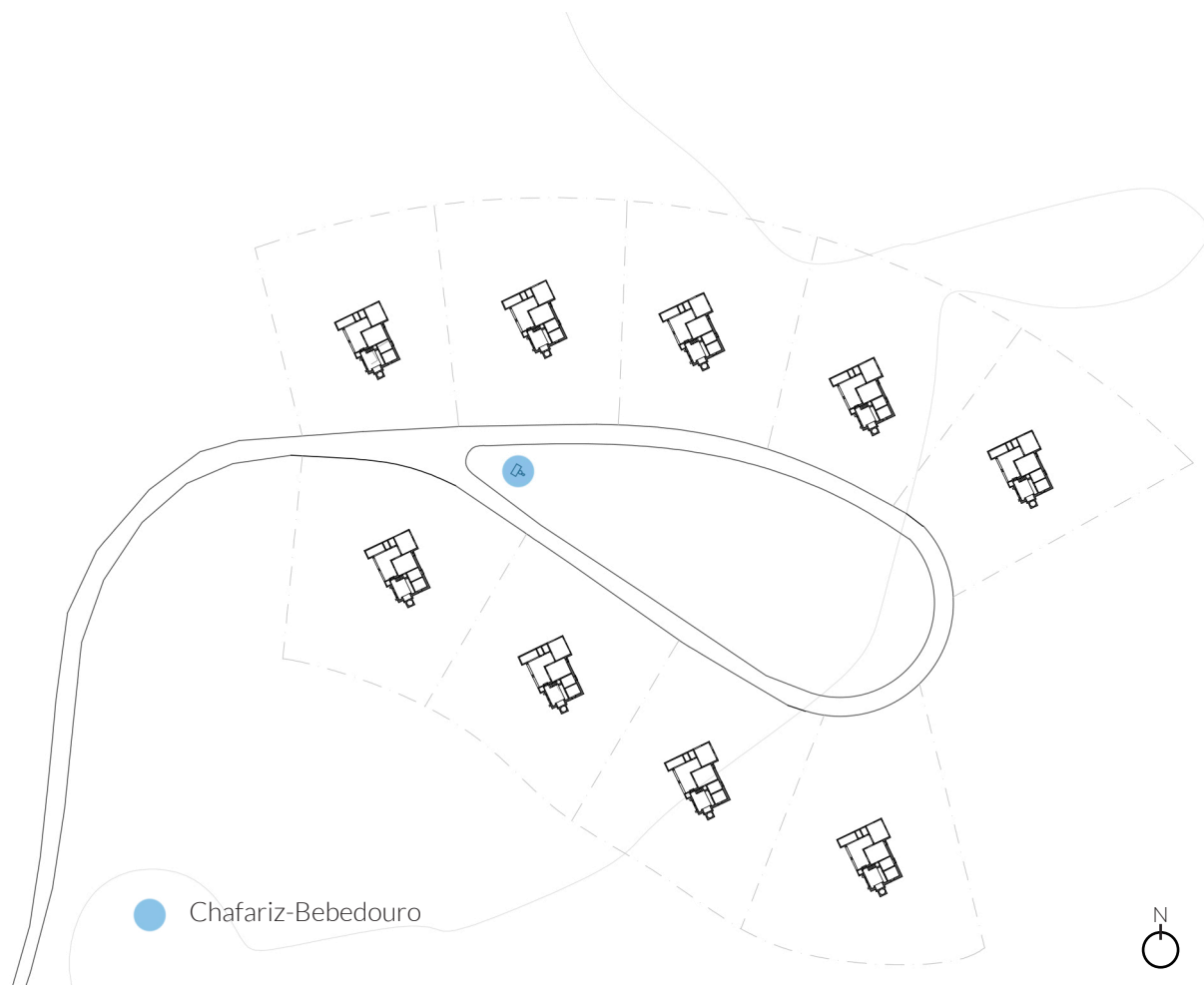


Fig.54 Implantação do núcleo do Vidoeiro | Escala 1:2 000.

4.1.4. Núcleo do Vidoeiro

Este conjunto habitacional ocupa uma área de 3,4 hectares, aproximadamente. No que à área agrícola diz respeito, esta era de 75 hectares¹⁰¹. Encontrava-se a cerca de 7.5km do Centro Social do Barroso, e a aproximadamente 14km da vila de Montalegre.

Este núcleo é constituído por nove casais dispostos ao longo de um único arruamento resultante da própria estrada de acesso, cujo fechamento constitui uma praceta em forma de “gota de água” pendendo para oeste. As casas de planta uniforme estão dispostas no sentido SE-NW. Pelas suas pequenas dimensões, este núcleo pode ser considerado como satélite

O único equipamento deste assentamento é o chafariz-bebedouro. Uma escola ou uma capela não constavam do projecto da JCI, e nem posteriormente foram lá implantadas, uma vez que se tratava de um núcleo de pequenas dimensões, e na aldeia do Cortiço, localizada a apenas um quilómetro de distância, podiam encontrar-se este tipo de equipamentos.

101 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume II – Freguesia de Morgade, Cervos e Beça*. Ministério da Economia, 1945.



Fig.55 Chafariz-bebedouro.



Fig.56 Chafariz-bebedouro.



Fig.57 Vista actual dos casais.

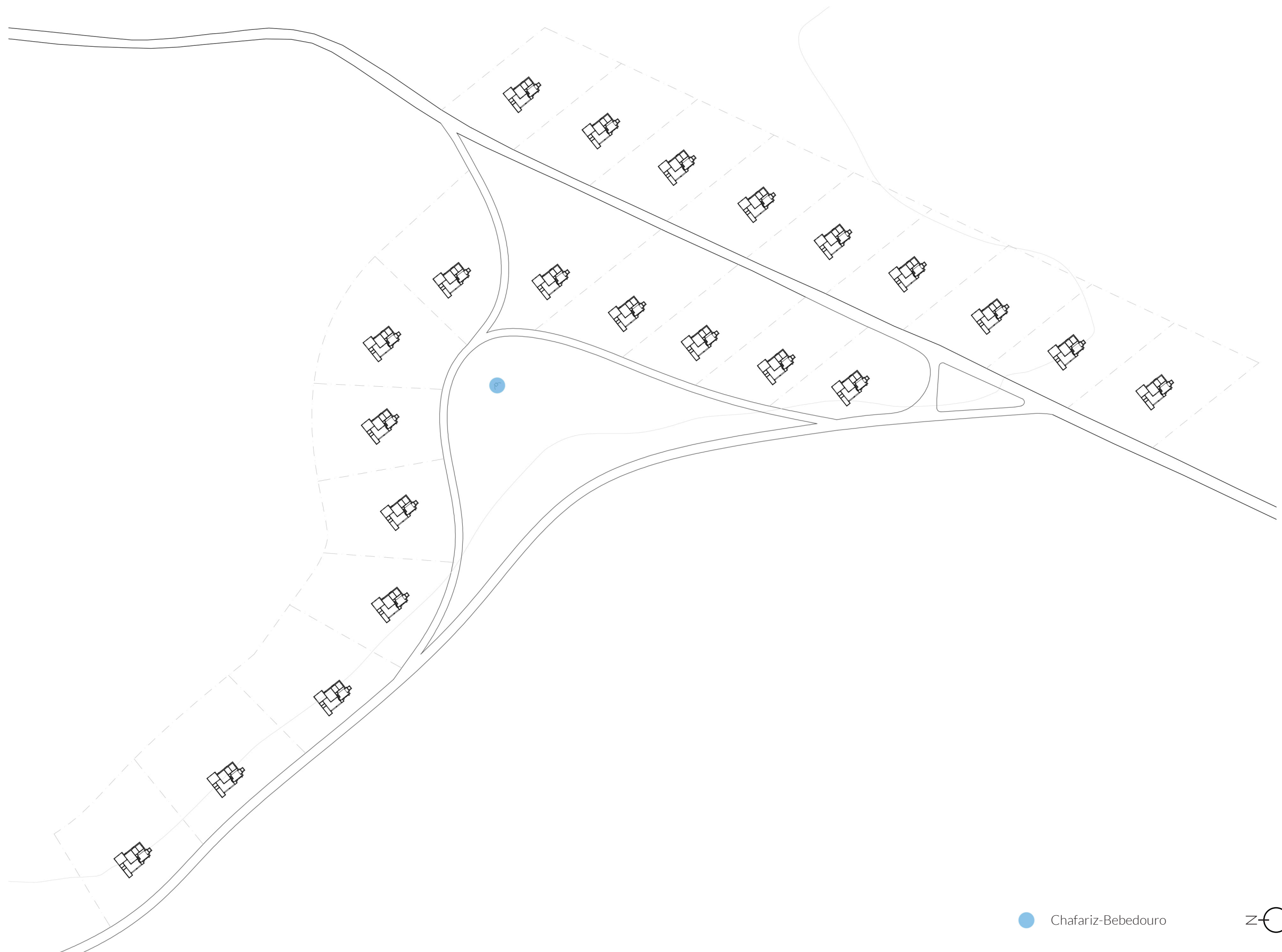


Fig.58 Implantação do núcleo de Casais da Veiga | Escala 1:2 000.

Em 1946, surge a terceira proposta de implantação para o núcleo de Casais da Veiga, no concelho de Montalegre, que se baseia também nos estudos apresentados anteriormente, concluindo assim o planeamento para os sete núcleos desenvolvidos no Barroso. No seu projecto, previa-se a implantação de vinte e dois casais agrícolas e também um chafariz-bebedouro, e tudo foi executado.

4.1.5. Casais da Veiga

Este conjunto habitacional ocupa uma área de 9,4 hectares, aproximadamente. No que à área agrícola diz respeito, esta era de 237 hectares¹⁰², englobando baldios das freguesias de Montalegre, Padornelos e Meixedo. Esta colónia agrícola está implantada nas imediações da vila de Montalegre, a cerca de 2,5km e encontrava-se a cerca de 13.5km do Centro Social do Barroso.

Foi o último núcleo a ser projectado e é constituído por vinte e dois casais, todos eles implantados com a mesma orientação. Nesta colónia as edificações apresentam uma orientação SE-NW, com um pequeno logradouro em frente da fachada SW.

Este assentamento desenvolve-se a partir do arruamento de ligação à vila de Montalegre, que apresenta uma bifurcação em forma de “onda”, em redor da qual se dispõem as casas. Pela sua proximidade com a vila de Montalegre, não se viu a necessidade de construir capela ou escola primária, sendo que apenas foi construído um chafariz-bebedouro.

102 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume III – Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Ministério da Economia, 1946.



Fig.59 Vista do conjunto.



Fig.60 Estado actual de um dos casais.



Fig.61. Estado actual de um dos casais.



Fig.62. Implantação do Centro Social do Barroso.

4.1.6. Centro Social do Barroso

Uma das principais particularidades da CA do Barroso é a existência do chamado Centro Social do Barroso, que consiste num aglomerado de vários equipamentos de apoio aos núcleos de colonização, e onde se encontravam serviços de assistência. Encontra-se implantado em terrenos baldios, entre os maiores núcleos da região: a Aldeia Nova do Barroso e Criande. Neste conjunto era possível encontrar o edifício do Centro Social; as habitações geminadas para as professoras; as habitações geminadas para assistentes técnicos; duas habitações para regentes agrícolas; um edifício de escritórios e pousada. Era assumido como a representação institucional do Estado nesta região e, por esse motivo, faria a gestão das situações problemáticas que surgissem e estimularia a evolução económica e social.

Nas edificações que constituem este Centro Social é possível verificar-se duas linguagens arquitectónicas distintas: por um lado, uma linguagem onde os valores da arquitectura rural persistem; por outro, revelam-se alguns princípios do modernismo; e ambos os valores coexistem no mesmo conjunto. Esta diferença de linguagem pode explicar-se pelo facto do projecto de alguns dos equipamentos ter inicialmente sido definido para outras implantações, como é o caso do edifício do Centro Social para assistência técnica – proposto inicialmente para a aldeia de Criande.

Analisando todas as colónias agrícolas desenvolvidas pela JCI em Portugal continental, a CA do Barroso destaca-se pelo facto de ser a única que engloba os equipamentos de apoio e serviços, num assentamento destinado para esse efeito.



Fig.63 Edifício do Centro Social.



Fig.64 Habitações geminadas para as professoras.



Fig.65 Habitações geminadas para assistentes técnicos.



Fig.66 Edifício para escritórios e pousada.



Fig.67 Habitação para regente agrícola.



Fig.68 Habitação para regente agrícola.

Partimos agora para a análise do modelo adoptado para as casas unifamiliares implantadas na CA do Barroso. Estas seguem um projecto-tipo com características da casa barrosã tradicional e, apesar dos desenhos dos casais agrícolas não estarem assinados, a autoria é atribuída ao arquitecto Eugénio Correia (1897-1985). A casa unifamiliar¹⁰³ projectada para a região fria do Barroso contém as dependências essenciais a uma exploração agrícola de pequenas dimensões: a casa de habitação e as suas dependências agrícolas, divididos em dois pisos. As dimensões e o número de divisões foram pensadas tendo em conta a família média Barrosã, que variava entre 4,18 e os 3,52 membros, pelo que se estabeleceu uma habitação para uma família constituída por quatro elementos.

Apesar destes núcleos de colonização apresentarem dimensões bastante distintas, em que uns se apresentam como centrais e outros como satélites, os casais seguem critérios comuns no que à implantação diz respeito, tais como: a exposição solar, de forma a que as aldeias recebessem luz durante todo o dia; a exposição controlada aos ventos, abrigando-as do quadrante Norte-Noroeste; a proximidade dos acessos a povoações vizinhas e às estradas principais; a proximidade da matéria-prima para a construção, e a qualidade do terreno. Os lotes ajustavam-se à orientação da habitação, e variavam ligeiramente de dimensão e formato consoante o desenho de cada núcleo. Contudo, a implantação da habitação unifamiliar era sempre feita ao centro do terreno, facto que se poderá dever ao modelo, que se desenvolve sem empenas. As quatro fachadas apresentam todas elas vãos, quer sejam janelas, portas ou portões, correspondendo a fluxos de entradas e saídas, multiplicando assim as opções de acessos aos arruamentos.

Depois de algumas visitas aos diversos núcleos, verificou-se que as construções apresentavam pequenas diferenças em relação ao que constava no projecto-tipo, o que levou à necessidade de proceder à aferição das medidas, para fazer tal verificação. Os desenhos apresentados foram produzidos a partir de um levantamento¹⁰⁴ feito num dos casais do núcleo do Videiro, por ser um dos exemplos com menos alterações à construção inicial e que se apresenta no melhor estado de conservação. Na impossibilidade de fazer o levantamento de todas as medidas, quer por falta de meios, quer por impossibilidade de acesso a algumas áreas, algumas dimensões correspondem a um equilíbrio entre aquilo que se conseguiu efectivamente medir e as dimensões estipuladas no projecto-tipo.

103 JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume 1 – Freguesia da Chã*. Ministério da Economia, 1944.

104 Ver Apêndice II.VII.b.1.



Fig.69 Alçado A.



Fig.70 Alçado B.



Fig.71 Alçado C.



Fig.72 Alçado D.

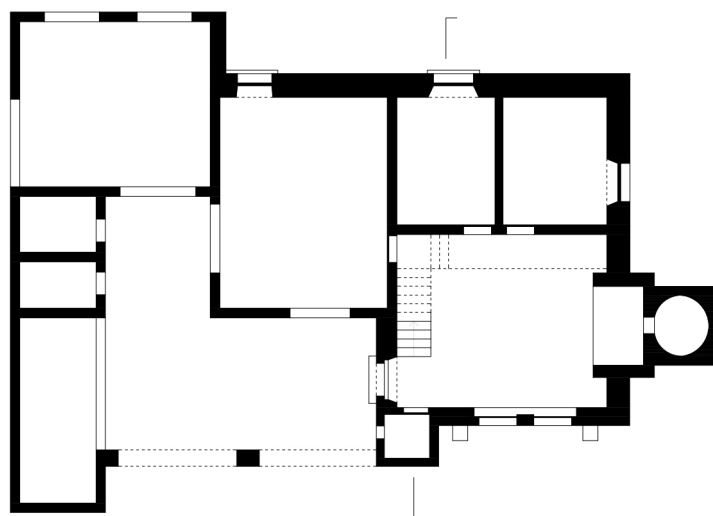


Fig.73 Planta do piso 0 | Escala 1:200.

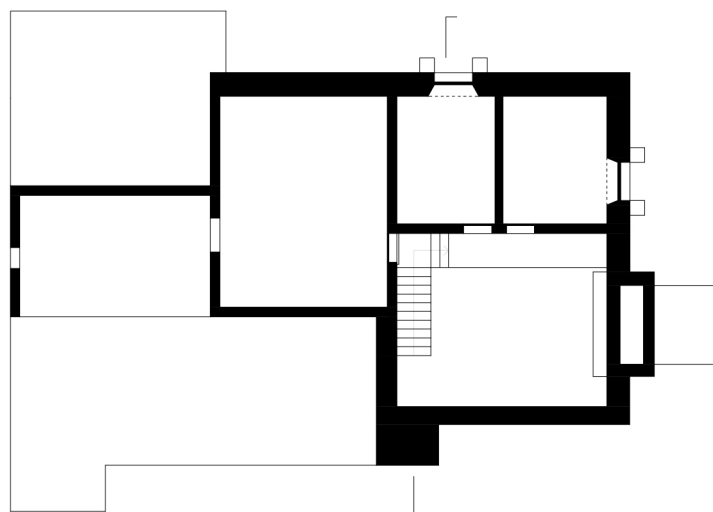


Fig.74 Planta do piso 1 | Escala 1:200.

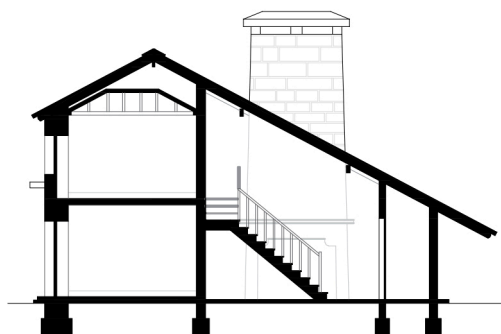


Fig.75 Corte | Escala 1:200.



Fig.76 Alçado A | Escala 1:200.



Fig.77 Alçado B | Escala 1:200.

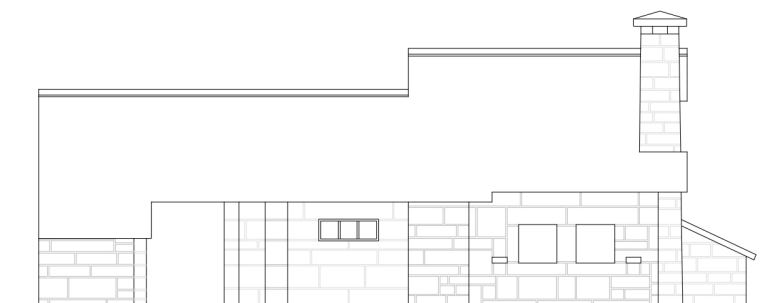


Fig.78 Alçado C | Escala 1:200.

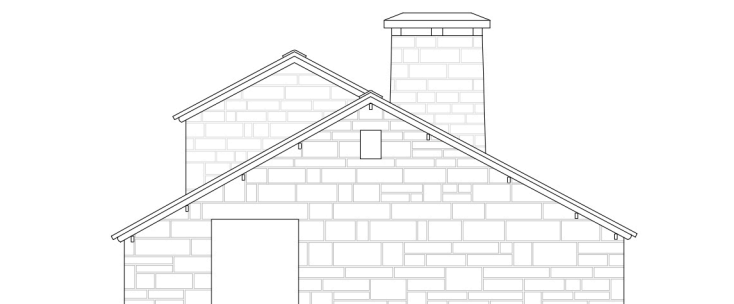


Fig.79 Alçado D | Escala 1:200.

4.2.1. A casa de habitação

É no piso térreo que encontramos a principal divisão da casa, a cozinha, com cerca de 25m², o que a torna a maior área da casa. Esta é a peça fundamental para a caracterização do modo de habitar no mundo rural, uma vez que é o centro de toda a vida familiar. É este o local de eleição como ponto de reunião da família, em particular durante os rigorosos invernos, pois aqui se encontra uma das peças mais características e singulares destas casas: a lareira.

*O seu nó – centro de toda a vida de família – era sem dúvida o fogo que, com o seu poder agregador, reunia em torno mais do que uma geração, criando um ambiente de comunicação e intimidade.*¹⁰⁵

O fogo, desde os primórdios da Humanidade, tem a aptidão de juntar o Homem em seu redor, e no mundo rural essa prática não só é recorrente, como também característica do seu modo de vida. Nestas habitações, a lareira é de grandes dimensões (aproximadamente 3m²), possui uma chaminé e apresenta numa das suas paredes a “boca” de um pequeno forno exterior à casa. Este forno foi construído recorrendo ao uso de uma abóbada em tijolo. Uma vez que todas as habitações apresentam este mesmo modelo, não se verifica a necessidade de construir o usual Forno do Povo, pois os habitantes podiam cozer o pão na comodidade das suas casas, particularidade que parece surgir como forma de autonomizar as famílias. A generosa dimensão da cozinha pode explicar-se também pela sua importância na economia de produção familiar, pois aqui se encontrava o forno, onde se cozia o pão e a lareira, essencial para a produção do fumeiro.

Quanto ao mobiliário que equipava esta divisão, não foi possível determinar com exactidão as peças que o povoavam. Consta que aqui se encontrava o escano de baixar, peça de mobiliário característica desta zona do país, que permitia que as refeições se fizessem junto da lareira. Em conversa informal com um habitante, este lembrava-se de existir originalmente, também nesta divisão, um móvel de apoio e uma mesa.

105 LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

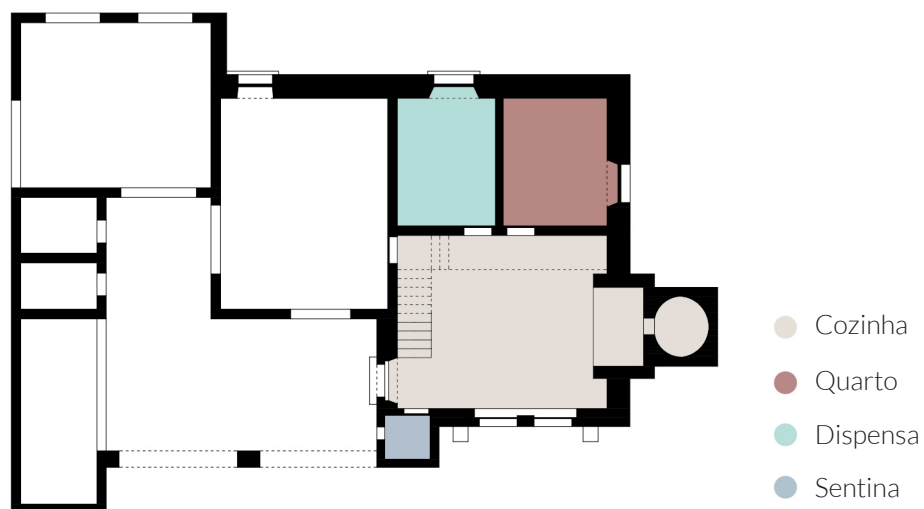


Fig.81 Planta do piso 0 e identificação dos espaços | Escala 1:200.

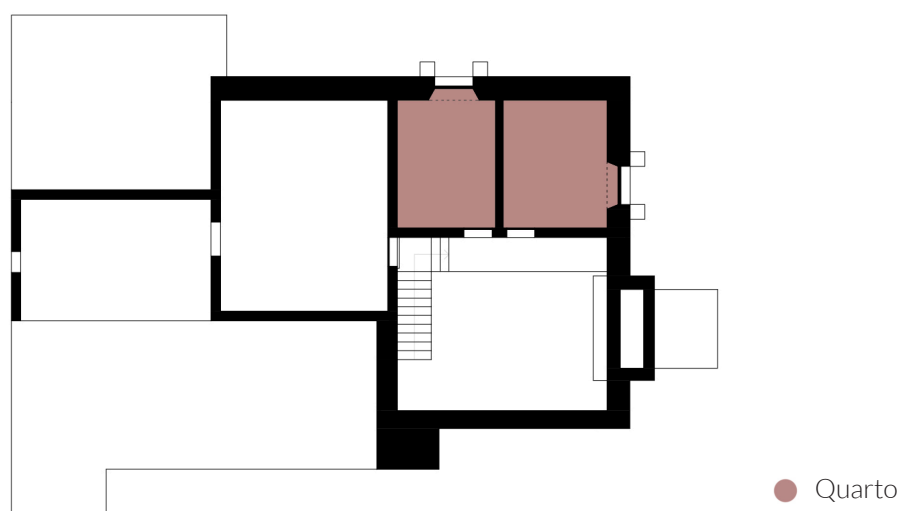


Fig.82 Planta do piso 1 e identificação dos espaços | Escala 1:200.

Este compartimento é iluminado apenas por duas janelas de dimensão considerável – vãos de 1m x 1m, aproximadamente. Segundo o projecto inicial da JCI, estaria previsto um terceiro vão, localizado na cobertura de colmo, mas este nunca chegou a existir. Na verdade, apesar de ser recorrente nesta zona e estar definido no projecto, a cobertura nunca foi feita em colmo, mas antes em telha. Quanto ao seu pé-direito, este varia entre os 3.10m e os 5.50m, aproximadamente.

Junto à cozinha e próxima da porta de entrada, encontra-se uma sentina, com cerca de 1.4m² e fossa própria, demonstração das preocupações com questões de salubridade. Esta divisão é iluminada por um pequeno vão e apresentava pavimento em lajedo.

Através desta divisão, sem espaços de circulação estipulados para o efeito, acede-se a outros dois compartimentos, que se encontram elevados em relação à cozinha, cerca de 8cm: um quarto, com pouco mais de 9m², que era iluminado por um vão; uma despensa, com uma área ligeiramente inferior, não chegando aos 9m², que apresenta uma porta de acesso ao exterior. Ambas as divisões apresentam pavimentos em soalho de madeira, os seus tectos apresentam vigamento aparente e o seu pé-direito é de aproximadamente 2.57m.

É na cozinha que se encontra uma escada de acesso ao pavimento superior, escada essa que termina numa varanda, a toda a largura da cozinha e virada para esta, funcionando como um mezzanine.

Esta escada permite o acesso aos dois quartos de dormir e ao sótão/forragens. Os quartos, que apresentam as mesmas dimensões que a despensa e o quarto do piso térreo, são ventilados e iluminados por uma janela em cada um deles. Ambas as divisões apresentam o pavimento em soalho de madeira e têm a particularidade de terem os seus tectos¹⁰⁶ trabalhados, o que denota algum cuidado na elaboração destas áreas. O seu pé-direito é de 2.20m, mas chega aos 2.79m aproximadamente, na parte central, devido ao tratamento dos seus tectos.

Segundo o projecto, neste modelo de habitações, todos os vãos exteriores apresentariam portas ou janelas e estas com portas interiores e os vãos interiores seriam vedados não por portas, mas por cortinas a serem colocadas pelos colonos. Contudo, as portas interiores existentes, aparentam ter sido colocadas contemporaneamente à construção.

106 Ver Apêndice II.VII.b.2.



Fig.83 Lareira.



Fig.84 Vista da entrada; acesso à sentina e arranque da escada de acesso ao piso superior.



Fig.85 Quarto do piso 0.



Fig.86 Acesso à despensa e ao quarto.



Fig.87 Quarto do piso 1.



Fig.88 Pormenor do tecto do quarto do piso 1.

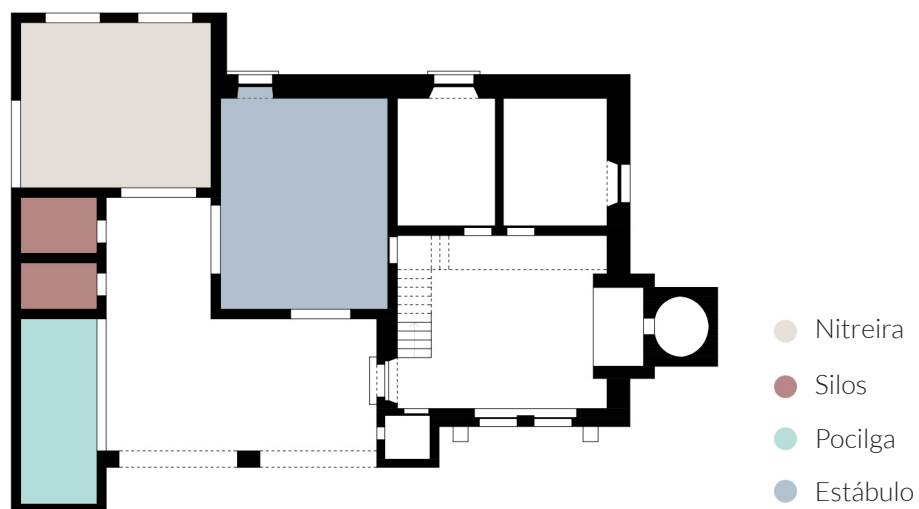


Fig.89 Planta do piso 0 e identificação dos espaços | Escala 1:200.

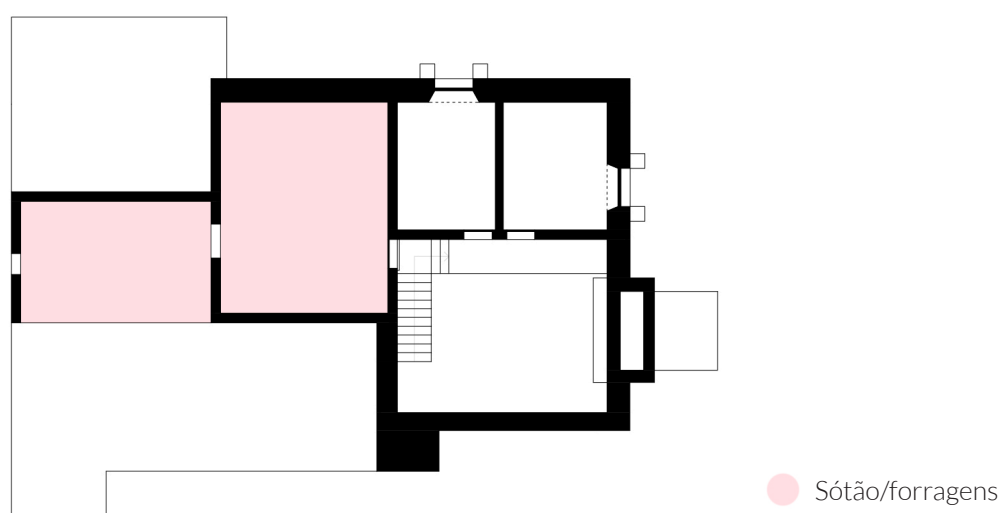


Fig.90 Planta do piso 1 e identificação dos espaços | Escala 1:200.

4.2.2. As dependências agrícolas

Além da parte dedicada exclusivamente ao habitar, existem uma série de compartimentos relacionados com as actividades agrícolas. No piso térreo e imediatamente ao lado da despensa, encontra-se o estábulo para o gado bovino, um dos anexos necessários a esta exploração agrícola, com cerca de 25m². Esta divisão é iluminada por um vão rasgado para o alpendre de recepção e apresenta três portas, cada uma nas restantes paredes – uma pequena porta que faz a ligação à zona de habitação, por baixo da escada; outra de maiores dimensões de ligação à zona do alpendre que conflui as entradas para os silos, a nitreira e o estábulo; e uma terceira na parede oposta à janela. A todo o comprimento da parede e em frente à porta de maiores dimensões, seria possível encontrar uma manjedoura, que ainda é visível na habitação usada como modelo para o levantamento. O tecto do estábulo e o pavimento do sótão situado sobre ele têm vigamento aparente. Ao sótão/forragens, como referido anteriormente, acede-se através da porta que se encontra no patamar da escada de acesso ao piso superior da habitação.

A nitreira, com cerca de 22m², está localizada imediatamente a seguir à porta de entrada do estábulo, provida de um largo vão de porta que dá acesso ao exterior para efectuar a descarga de estrumes, ficando o vão da porta de carga na extremidade da porta do estábulo perpendicularmente à parede em que está situada.

A pocilga e os dois silos, apresentam-se quase como um outro corpo da construção, localizando-se na continuação da parede da nitreira. Os silos são compartimentos de pequena secção retangular, com aproximadamente 6m² no total, ocupando toda a altura da empena. Já a pocilga, com aproximadamente 10m², apresenta-se como um só compartimento, que seria dividido pelo colono da forma que lhe parecesse mais pertinente e adequada às suas necessidades.

No espaço entre a casa de habitação e as pocilgas, encontra-se um alpendre para a recolha do carro, das alfaias agrícolas e do gado ovino.



Fig.91 Estábulo.



Fig.92 Sótão/forragens.

O projecto de construção destas habitações previa alicerces de 50cm de profundidade, de alvenaria ordinária; as paredes mestras teriam 60cm de espessura, sem argamassa; as restantes paredes seriam de perpianho, em seco, com excepção das dos silos que seriam inteiramente rebocadas e os seus cantos arredondados.

Desenhado na grande mancha granítica do Noroeste português, pode dizer-se do Barroso que «foi» uma extensa zona do colmo. As espessas e fofas coberturas de palha, acomodando-se entre as altivas empenas de granito, coroadas de pára-ventos, perduram na lembrança de quem passa tanto como os extensos lameiros e os altos montes que recortam o fundo da paisagem.¹⁰⁷

Como referido anteriormente, estava estipulado no projecto da JCI que as coberturas destas casas seriam em colmo, que era o tipo de cobertura mais genericamente utilizada na região do Barroso. Os motivos que levaram a que esta continuasse a ser a cobertura mais generalizada nesta área, prendem-se com o seu menor custo e a sua resistência às variações térmicas, factor determinante num local onde os invernos são longos e rigorosos. Contudo, apresentava uma grande desvantagem que era o facto de ser um material combustível, pelo que o perigo de incêndio se tornava grande. Uma vez que era normalmente, no interior das habitações que os incêndios tinham início, houve a preocupação de no projecto dotar a cozinha com uma grande lareira com tiragem assegurada por chaminé, reduzindo deste modo a probabilidade de se desenvolver um incêndio. Houve ainda a preocupação de distar os casais em, pelo menos, 13 metros, evitando que o incêndio que pudesse ocorrer numa habitação, se alastrasse rapidamente para habitações contíguas. Apesar de todas estas preocupações, todas elas pertinentes e que procuravam, provavelmente, aproximar este projecto do modelo de habitação tradicional desta zona, a verdade é que em última instância acabou por se construir as coberturas em telha. Ainda que fosse uma opção mais dispendiosa, era também uma opção mais duradoura, motivo pelo qual se terá optado por não cumprir o que estava estipulado no projecto.

107 *Arquitectura Popular em Portugal – Volume I.* Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.



Fig.93 Pormenor da guarnição dos vãos.

Na descrição do projecto-tipo, estava estipulado que as portas e janelas, bem como as madeiras de cobertura da nitreira e outras que ficassem expostas à intempérie, seriam pintadas a três demãos de carbolineum.

Como referido anteriormente, as questões de salubridade foram tidas em atenção, pelo que foram pensadas para o conjunto, duas fossas de secção circular situadas, uma sob a sentina e outra no recanto da nitreira com o estábulo, sob a cobertura e comunicantes entre si, através de uma canalização de grés de 14cm de diâmetro. A primeira teria um diâmetro interior de 1,40m e 1,70m de altura, e capacidade útil de 2m² e a segunda teria 1,60m de diâmetro interior e 2,20m de altura, e capacidade útil de 2,71m². Os fundos de ambas seriam selados com betonilha de cascalho e argamassa de cimento e areia. As paredes seriam de alvenaria ordinária, com 50cm de espessura e com reboco de 1cm. A canalização ficaria enterrada de 50cm a 60cm. Seriam ambas cobertas com lajedo de 25cm, sendo absolutamente estanques, a primeira sem renovação de ar e a segunda com um buraco circular para a instalação de uma bomba para rega dos estrumes.

De uma forma geral, nas habitações executadas pela JCI nas colónias agrícolas de Portugal continental, procurou-se estabilizar uma linguagem formal parcamente inventiva, adequando as formas ao contexto em que se inseriam. As excepções mais visíveis serão em equipamentos projectados concomitantemente às habitações em algumas das colónias, uma vez que algumas dessas peças revelam uma tentativa de mesclar os apontamentos formais e tipológicos da arquitectura regional e “popular”, com os do modernismo - exemplo disso poderão ser os equipamentos como a Igreja e Escola na Colónia de Pegões.

O discurso oficial do Estado Novo vendia a ideia de um país que vivia em paisagens rurais harmoniosas e que representavam aquilo que de mais autêntico e genuíno havia na cultura portuguesa. Após esta exposição, é possível afirmar que tudo isto se revela como uma invenção dos organismos do Regime, resultado de uma política de estetização dos camponeses e da construção idílica de paisagens para consumo de turistas e visitantes. A vida rural decorria com enormes dificuldades, quer pela dureza do trabalho dos camponeses, quer pelas parcas condições de habitabilidade.

Tendo em conta a análise efectuada até então, acerca do que era viver no meio rural e quais os desafios que se apresentavam aos seus habitantes, pode considerar-se o modelo do Barroso como uma resposta adequada aos problemas da habitação rural. Começando por uma questão que está relacionada, não só com a economia de meios, mas que em muito contribui para uma leitura de conjunto, é a utilização, muito pertinente, do granito para a construção destas habitações. Por ser um material da região, além de reduzir custos, permite que estes conjuntos se mesquem com a envolvente de forma natural.

Uma outra questão que parece ter sido bem resolvida, foi a separação da zona de habitação da de alojamento dos animais, numa distinção clara. Ainda que o modelo tenha uma leitura de conjunto como um só volume, através da análise da planta verifica-se que uma e outra zona, ainda que próximas, são distintas. Dada a sua data de construção, parece ter sido uma solução eficaz. A proximidade com os animais era uma constante e entendido como algo normal, pelo que esta opção se encontra nos padrões típicos dos modos de habitar, mas tendo como premissa as questões de salubridade. À luz dos dias de hoje, esta provavelmente não seria uma opção viável, contudo para a época era tido como adequado. Além da separação destas áreas, foram tidas em conta outras preocupações com a higiene e qualidade de vida visíveis, por exemplo, na existência de uma pequena instalação sanitária. Esta era uma área relativamente recente nas construções desta zona do país, ainda que não contemplasse equipamentos relacionados com o banho, que nesta altura, como explanado anteriormente, não tem uma importância significativa na vida quotidiana, pelo que esta prática, quando ocorre, se aproxima da zona da cozinha e, portanto, da água quente.

A importância dada às questões de salubridade reflectem-se também noutros aspectos como: a iluminação e ventilação, que são feitas por vários vãos e todos eles de dimensões adequadas e, a existência de uma chaminé de grandes dimensões, que faria uma extracção conveniente dos fumos, evitando assim a degradação do espaço interior, o perigo de incêndio e de inalação descontrolada de fumo.



Fig.94 Vista do quarto do piso 1.

A preocupação com a chaminé é evidente, porque está ao serviço de uma enorme lareira na cozinha. Esta divisão é indiscutivelmente a principal área da casa, como tradicionalmente acontecia nas habitações em toda a zona de Trás-os-Montes, em particular no Barroso. A preservação deste espaço como “espaço-vital” é um dos maiores triunfos deste modelo, quando em comparação, por exemplo, com a proposta de Raul Lino, em que, como referido anteriormente, a zona social não coincide com a cozinha, o que parece um tanto despropositado nesta área do país. Esta é uma das grandes diferenças das duas propostas. Os dois modelos tocam-se em alguns aspectos: ambos fazem a diferenciação entre a zona de alojamento dos animais e a zona de habitação; e ambos apresentam quartos distintos para dormir, fazendo prevalecer as questões de privacidade. Ainda assim, a organização da planta é bastante dissemelhante.

Pode dizer-se que o modelo adoptado para a CA do Barroso apresenta uma ambiguidade de linguagens - quer ser moderno, ainda que “mascarado” de Casa Portuguesa. Como referido, o arquitecto a quem se atribui o desenho do modelo, Eugénio Correia, foi também o autor de obras como a Igreja da CA de Pegões, assumidamente moderna, pelo que as suas intenções projectuais são claras. A ambiguidade no Barroso revela-se, por exemplo, na intenção latente da abertura da casa para o exterior, uma opção claramente moderna e que é particularmente evidente nos vãos da cozinha, que ainda que separados, têm uma leitura quase horizontal. Nos restantes vãos da habitação, ainda que estes não ultrapassem as dimensões de 1m x 1m, o seu enquadramento com a paisagem não é ao acaso, o que reforça a vontade de abertura para o exterior. Estas aberturas relacionam-se ainda com as questões ligadas à paisagem e à atracção pastoral, uma vez que estes vãos se apresentam como uma ode à valorização do quadro dinâmico e bucólico que envolve as habitações, reforçando a relação do homem com a natureza (Fig. 94). A mitificação da paisagem revela-se também no território, em particular no modo de implantação destes assentamentos e a vontade expressa de desenvolver miradouros, como o da Aldeia Nova. Num assentamento rural, onde a natureza está obviamente presente em toda a envolvente, a criação destes espaços de contemplação reforçam esta atracção pelo pastoral.

Este modelo cumpre os princípios e as regras ditadas pelo Estado Novo na concepção do que é um lar humilde e um espaço doméstico de excelência, de forma implícita, mas sempre adequada às formas de habitar a ruralidade. As habitações apresentam boas condições de habitabilidade, o que só por si, fomentava as virtudes morais e cívicas, fazendo proliferar os valores nacionalistas a partir do seio familiar. A questão de preservação da moral e bons costumes é bem visível, por exemplo, na existência de três quartos de dormir, cujo acesso é independente, que permitiram a privacidade e a diminuição da promiscuidade. Os pais, o casal, podiam usufruir de um espaço privado e, quanto aos filhos, homens e mulheres podiam ser separados por género.

Com esta dissertação foi possível compreender melhor os modos de vida das populações rurais, do início do século XX e até meados deste, em particular na região do Barroso - não só as questões económicas e sociais, como também as que à habitação dizem respeito. A organização dos espaços interiores e o papel da cozinha, os valores adjacentes a essa organização e a proximidade dos animais, foram alguns dos focos. Infelizmente, muitos dos tópicos aqui abordados não tiveram o tempo e o espaço que precisavam, como as questões da moralidade e a sua influência no desenho dos espaços habitacionais - muito terá ficado por explorar, pois trata-se de um tema complexo. Fica expressa a vontade de não o dar como encerrado e procurar que, num futuro próximo, haja a possibilidade de continuar a pesquisa sobre tão extensa temática.

A questão de conservação deste património apresenta-se como uma preocupação, pelo que urge trabalhar neste âmbito. Ao longo dos anos foram feitas inúmeras intervenções nos núcleos de colonização, certamente por necessidade de restauro ou necessidade em alterar as funções de algumas divisões, contudo, estas foram na maioria das situações feitas de forma irreflectida, o que acabou por resultar na destruição de um património que interessa salvaguardar. Resta-nos apenas que, trabalhos como o que aqui foi apresentado, ajudem a valorizar a importância deste projecto e a monitorizar futuras intervenções.

- Fig.1 A trilogia “Deus, Pátria, Família”.
Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/755754/>
- Fig.2 Sala de aula numa escola primária masculina.
Fonte: <http://conhecerahistoria12.blogspot.pt/2011/11/>
- Fig.3 Cartaz de Propaganda de 1941.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegoes.html>
- Fig.4 Cartaz de propaganda de 1942.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegoes.html>
- Fig.5 Cartaz de propaganda da Campanha do Trigo.
Fonte: <http://conhecerahistoria12.blogspot.pt/2012/02/>
- Fig.6 Cartaz de propaganda de 1940.
Fonte: <http://casacomum.org/cc/>
- Fig.7 Ilustração da Junta de Colonização Interna.
Fonte: LIMA, Paulo. A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões (Montijo). Edição da Câmara Municipal do Montijo, 2013.
- Fig.8 Fotografia do pueblo de Vegaviana, Espanha.
Fonte: <http://www.yorokobu.es/vegaviana/>
- Fig.9 Fotografia do pueblo de Vegavina, Espanha.
Fonte: <http://www.yorokobu.es/vegaviana/>
- Fig.10 Construções destinadas a meios rurais em zonas abrangidas pela Riforma Fondiaria.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.
- Fig.11 Construções destinadas a meios rurais em zonas abrangidas pela Riforma Fondiaria.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.
- Fig.12 Implantação das colónias agrícolas da JCI em Portugal.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.13 Vista da Colónia Agrícola de Pegões.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegoes.html>
- Fig.14 Habitação na Colónia Agrícola da Boalhosa.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig.15 Habitação antes dos melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.

Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig.16 Habitação após os melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.

Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig.17 Habitação antes dos melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.

Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig.18 Habitação após os melhoramentos em Vale do Couço, Mirandela.

Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). Problemas actuais da pequena habitação rural. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig.19 Jovem a fiar a lã (c. 1950).

Fonte: Artur Pastor.

Fig.20 Cena da vida rural (c.1950).

Fonte: Artur Pastor.

Fig.21 Vista geral da povoação de Pitões das Júnias, Montalegre.

Fonte: AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. Arquitectura Popular em Portugal – Volume I. Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.

Fig.22 Cheios e vazios no aglomerado de Solveira | Escala 1:10 000.

Fonte: Desenho da autora.

Fig.23 Cheios e vazios no núcleo de Criande | Escala 1:5 000.

Fonte: Desenho da autora.

Fig.24 Cheios e vazios no núcleo de São Mateus | Escala 1:5 000.

Fonte: Desenho da autora.

Fig.25 Habitações típicas em Pitões das Júnias, Montalegre.

Fonte: AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. Arquitectura Popular em Portugal – Volume I. Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.

Fig.26 A cozinha tradicional do Barroso.

Fonte: Artur Pastor.

Fig.27 Desenhos de habitação em Trás-os-Montes.

Fonte: AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. *Arquitectura Popular em Portugal – Volume I*. Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.

Fig.29 Varandas de madeira no Barroso.

Fonte: AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. *Arquitectura Popular em Portugal – Volume I*. Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.

Fig.28 Planta de uma habitação em Trás-os-Montes.

Fonte: AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. *Arquitectura Popular em Portugal – Volume I*. Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.

Fig.30 Habitações rurais numa aldeia do concelho de Montalegre (c. 1950).

Fonte: Artur Pastor.

Fig.31 “Casita Económica no Campo” - plantas.

Fonte: LINO, Raul. *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Editora Cotovia, Lisboa, 1992.

Fig.32 “Casita Económica no Campo” - desenho de uma perspectiva.

Fonte: LINO, Raul. *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Editora Cotovia, Lisboa, 1992.

Fig.33 Exemplo de “Casa Rústica em Trás-os-Montes” - planta.

Fonte: LINO, Raul. *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Editora Cotovia, Lisboa, 1992.

Fig.34 Exemplo de “Casa Rústica em Trás-os-Montes” - desenho de uma perspectiva.

Fonte: LINO, Raul. *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o Arquitectar das Casas Simples*. Editora Cotovia, Lisboa, 1992.

Fig.35 Escadaria de acesso ao miradouro, Aldeia Nova do Barroso.

Fonte: Fotografia da autora.

Fig.36 Implantação dos núcleos de colonização no concelho de Montalegre | Escala 1:30 000.

Fonte: Desenho da autora.

Fig.37 Implantação do núcleo da Aldeia Nova do Barroso e respectiva implantação dos casais com as suas diferentes orientações | Escala 1:2 000.

Fonte: Desenho da autora.

Fig.38 Projecto da JCI para a Aldeia Nova.

Fonte: RAPAZOTE, J. “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Lisboa.

Fig.39 Casal adaptado a escola primária.

Fonte: Fotografia da autora.

- Fig.40 Vista para a aldeia a partir do miradouro.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.41 Capela.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.42 Armazém.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.43 Casais adaptados à GNR.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.44 Implantação do núcleo de S. Mateus | Escala 1:2 000.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.45 Projecto inicial da JCI para o núcleo de S. Mateus.
Fonte: RPAZOTE, J. “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Lisboa.
- Fig.46 Chafariz-bebedouro.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.47 Estado actual de um dos casais.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.48 Vista actual de dois casais.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.49 Implantação do núcleo de Criande | Escala 1:2 000.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.50 Projecto inicial da JCI para o núcleo de Criande.
Fonte: RPAZOTE, J. “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Lisboa.
- Fig.51 Vista para o Centro Social do Barroso a partir do núcleo de Criande.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.52 Escola primária.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.53 Escola primária.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.54 Implantação do núcleo do Vidoeiro | Escala 1:2 000.
Fonte: Desenho da autora.

- Fig.55 Chafariz-bebedouro.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.57 Vista actual dos casais.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.56 Chafariz-bebedouro.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.58 Implantação do núcleo de Casais da Veiga | Escala 1:2 000.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.59 Vista do conjunto.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.61. Estado actual de um dos casais.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.60 Estado actual de um dos casais.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.62. Implantação do Centro Social do Barroso.
Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.
- Fig.63 Edifício do Centro Social.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.64 Habitações geminadas para as professoras.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.65 Habitações geminadas para assistentes técnicos.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.66 Edifício para escritórios e pousada.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.67 Habitação para regente agrícola.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.68 Habitação para regente agrícola.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.69 Alçado A.
Fonte: Fotografia da autora.

- Fig.70 Alçado B.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.71 Alçado C.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.72 Alçado D.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.73 Planta do piso 0 | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.74 Planta do piso 1 | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.75 Corte | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.76 Alçado A | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.77 Alçado B | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.78 Alçado C | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.79 Alçado D | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.80 “Projecto do casal-tipo para a Região do Barroso” - desenhos da JCI.
Fonte: RAPAZOTE, J. “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Lisboa.
- Fig.81 Planta do piso 0 e identificação dos espaços | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.82 Planta do piso 1 e identificação dos espaços | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.
- Fig.83 Lareira.
Fonte: Fotografia da autora.
- Fig.84 Vista da entrada; acesso à sentina e arranque da escada de acesso ao piso superior.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.86 Acesso à despensa e ao quarto.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.85 Quarto do piso 0.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.87 Quarto do piso 1.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.88 Pormenor do tecto do quarto do piso 1.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.89 Planta do piso 0 e identificação dos espaços | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.

Fig.90 Planta do piso 1 e identificação dos espaços | Escala 1:200.
Fonte: Desenho da autora.

Fig.91 Estábulo.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.92 Sótão/forragens.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.93 Pormenor da guarnição dos vãos.
Fonte: Fotografia da autora.

Fig.94 Vista do quarto do piso 1.
Fonte: Fotografia da autora.

I. Decretos-Lei

I.I.	Decreto-Lei 27.207 de 16 de Novembro de 1936	3
I.II.	Decreto-Lei 32.439 de 24 de Novembro de 1942	10
I.III.	Lei 2017 de 25 de Junho de 1946	13
I.IV.	Decreto-Lei 35.993 de 23 de Novembro de 1946	16
I.V.	Decreto-Lei 40.045 de 22 de Janeiro de 1955	20

II. As Colónias Agrícolas da JCI

II.I.	Colónia Agrícola dos Milagres	23
II.II.	Colónia Agrícola de Martim Rei	27
II.III.	Colónia Agrícola de Pegões	31
II.IV.	Colónia Agrícola da Gafanha	37
II.V.	Colónia Agrícola do Alvão	43
II.VI.	Colónia Agrícola da Boalhosa	49
II.VII.	Colónia Agrícola do Barroso	55
a.	Relatório do Reconhecimento dos Baldios no Concelho de Montalegre, 1939	58
b.	Projecto-tipo	
1.	Levantamento métrico	60
2.	Tectos	61

Lista de imagens	62
------------------	----

provisória, com as mesmas remunerações e categorias que actualmente estão consignadas no orçamento.

V. — Junta de Colonização Interna

a) Da constituição e fins

Art. 171.º É criada no Ministério da Agricultura a Junta de Colonização Interna (J. C. I.), organismo com personalidade jurídica, de funcionamento e administração autónomos.

Art. 172.º A J. C. I. será composta por um presidente e dois vogais de livre escolha do Ministro da Agricultura, assistida por um representante do Tribunal de Contas e por um conselho técnico.

§ 1.º O presidente será substituído, na sua falta ou impedimento, por um dos vogais designados pelo Ministro da Agricultura.

§ 2.º Os vogais serão um agrónomo e um silvicultor, em representação da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.

Art. 173.º Compete à J. C. I.:

1.º Tomar conta dos terrenos que lhe forem entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (J. A. O. H. A.) logo que estejam realizadas as obras e concluída a adaptação ao regadio;

2.º Instalar nêles casais agrícolas, tomando para base os estudos de ordem agrológica, económica e social realizados pela J. A. O. H. A.;

3.º Promover, pela Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, a constituição das associações de regantes e a instalação de postos agrários;

4.º Efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas, tendo em atenção a natureza dos terrenos, a sua extensão e as regalias dos povos no que respeita à sua actual fruição;

5.º Efectuar, quando superiormente autorizada, a aquisição de outros terrenos postos à venda e que devam ser aproveitados para colonização, superintender e auxiliar as obras de colonização que sejam levadas a efeito por iniciativa privada;

6.º Estudar as condições gerais de instalação de casais agrícolas, planejar e executar as obras necessárias para esse fim;

7.º Estudar o regime jurídico a que devem obedecer a concessão e exploração das glebas, a instalação de casais agrícolas e a forma de reintegração dos capitais;

8.º Instalar casais agrícolas nos referidos terrenos e promover a constituição de caixas de crédito agrícola e de postos agrários por intermédio dos serviços competentes;

9.º Elaborar o plano de acção a desenvolver em cada ano e submetê-lo à apreciação do conselho técnico.

§ único. Para instalação de casais agrícolas serão escolhidos, de preferência, chefes de família moradores na área do concelho ou freguesia a que pertencerem os terrenos.

Art. 174.º Compete especialmente ao presidente da Junta:

1.º Presidir às reuniões da Junta e do conselho técnico;

2.º Dirigir superiormente os serviços técnicos e administrativos;

3.º Autorizar despesas relativas a estudos, requisição de materiais e artigos até 5.000\$;

4.º Despachar com o Ministro da Agricultura;

5.º Representar a Junta em juízo e fora dêle;

6.º Exercer a acção disciplinar que compete aos directores gerais.

b) Dos serviços

Art. 175.º Os serviços da J. C. I. serão desempenhados por uma repartição técnica, com as secções seguintes:

1.ª secção. — De instalação de casais agrícolas em terrenos de regadio;

2.ª secção. — De reconhecimento e levantamento topográfico dos terrenos de sequeiro susceptíveis de serem aproveitados;

3.ª secção. — De estudos agrológicos, económicos, demográficos e outros para a elaboração dos projectos;

4.ª secção. — De projectos de edifícios, aproveitamento de águas e outras obras, com indicação das vias de comunicação necessárias.

§ 1.º Um dos vogais da Junta será também o chefe da repartição e o outro o inspector dos serviços externos.

§ 2.º Junto da repartição técnica funcionará uma secção administrativa, para o serviço de expediente, contabilidade e arquivo.

§ 3.º As 1.ª, 2.ª e 3.ª secções ficam a cargo de agrónomos, a 4.ª de um agrónomo ou engenheiro civil e a secção administrativa de um diplomado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Art. 176.º O conselho técnico é composto:

1.º Pelo presidente e vogais da Junta;

2.º Pelo professor de agricultura geral do Instituto Superior de Agronomia;

3.º Por um representante da Junta Autónoma de Estradas e outro da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola;

4.º Por um representante da Direcção Geral de Saúde;

5.º Por um representante do Instituto Nacional do Trabalho.

Art. 177.º Compete ao conselho técnico:

1.º A apreciação do plano de acção a desenvolver anualmente pela Junta, depois de aprovado pelo Ministro da Agricultura, e do respectivo orçamento;

2.º Aprovar os processos e contratos até à importância de 200.000\$;

3.º Aprovar os contratos de quantia superior a 200.000\$ em processos aprovados pelo Ministro;

4.º Estudar as bases da legislação a promulgar e os projectos de regulamentos e instruções para o bom funcionamento dos serviços;

5.º Apreciar o relatório dos trabalhos e contas de gerência com o respectivo balanço, elaborado pela Junta no fim de cada ano económico, para ser presente ao Ministro da Agricultura;

6.º Dar parecer acerca dos assuntos da competência da Junta sobre que fôr consultado.

c) Dos fundos e da administração

Art. 178.º Constituem receita da Junta:

1.º As dotações orçamentais;

2.º O produto de empréstimos que venham a ser autorizados pelo Governo;

3.º Os subsídios que lhe forem concedidos por quaisquer entidades;

4.º Quaisquer outros rendimentos que lhe sejam atribuídos por lei.

Art. 179.º Compete especialmente à Junta:

1.º Gerir todos os fundos e receitas;

2.º Autorizar as despesas que forem necessárias para a realização de estudos e trabalhos incluídos no plano de acção aprovado pelo Ministro ou dos que, não tendo sido incluídos nesse plano, sejam superiormente autorizados, pelo seu carácter de urgência;

3.º Autorizar as despesas respeitantes a processos e

contratos aprovados nos termos dos n.ºs 2.º e 3.º do artigo 177.º

Art. 180.º A Junta requisitará mensalmente à 11.ª Repartição da Contabilidade Pública, e à medida das necessidades, as importâncias que lhe forem indispensáveis por conta das dotações orçamentais.

§ 1.º As requisições, depois de visadas pela mesma Repartição, serão expedidas com as competentes autorizações de pagamento para o Banco de Portugal, como Caixa Geral do Tesouro, sendo as importâncias correspondentes levantadas pela Junta e por ela depositadas à sua ordem na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

§ 2.º Todos os documentos relativos a recebimentos de fundos, recebimentos e pagamentos serão assinados pelo presidente da Junta e pelo chefe da secção administrativa.

Art. 181.º Os levantamentos de fundos serão efectuados por meio de cheques. Os pagamentos serão efectuados em regra por meio de cheques e estes entregues em troca de recibos devidamente selados.

Art. 182.º A Junta enviará em devido tempo, para aprovação do Tribunal de Contas, o processo de contas.

d) Do pessoal

Art. 183.º A Junta terá o pessoal contratado e assalariado que fôr indispensável à execução dos serviços.

§ 1.º Os contratos serão efectuados por período não superior a um ano e renováveis por igual período de tempo.

§ 2.º O pessoal contratado pode ser dispensado a todo o tempo, de harmonia com a lei e com as cláusulas dos contratos.

Art. 184.º O presidente da Junta terá o vencimento mensal de 4.000\$ e os vogais de 3.500\$ cada.

Art. 185.º Os vencimentos do pessoal da J. C. I. serão fixados pelos Ministros das Finanças e da Agricultura, sob proposta da Junta, de conformidade com os princípios estabelecidos no decreto n.º 26.115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 186.º Aos funcionários que fizerem parte da J. C. I. ficam assegurados os seus direitos, designadamente a contagem do tempo de serviço para a promoção e aposentação.

§ único. Os referidos funcionários abrem vaga nos quadros de que tenham provindo, mas podem a todo o tempo regressar aos mesmos quadros se assim o requererem ou por decisão ministerial. Neste último caso, se não houver vaga, devem ser-lhes abonados, por conta da Junta, os vencimentos a que tiverem direito nos aludidos quadros e até que nêles reingressarem, sendo mandados prestar serviço, conforme as suas categorias e aptidões, em outros serviços públicos, até haver vaga nos quadros a que pertencerem.

VI. — Da competência dos funcionários

Art. 187.º Compete ao secretário geral:

1.º Superintender nos serviços próprios da Secretaria Geral;

2.º Presidir aos conselhos e comissões indicados na lei ou por designação do Ministro;

3.º Informar e submeter a despacho os processos e assuntos da competência da Secretaria Geral;

4.º Dar posse aos funcionários nos casos em que esta seja tomada perante a Secretaria Geral;

5.º Coligir e coordenar os elementos de informação necessários para a publicação do relatório anual da actividade do Ministério.

Art. 188.º Compete aos directores gerais:

1.º Coordenar, dirigir e fiscalizar os serviços das respectivas direcções gerais;

2.º Executar e fazer executar pronta e fielmente as leis, regulamentos, ordens e instruções do Ministro;

3.º Manter a disciplina e assegurar a ordem nos serviços;

4.º Informar e submeter a despacho os processos e assuntos da competência das direcções gerais, cuja resolução caiba ao Ministro;

5.º Dirigir-se a todas as repartições públicas, funcionários e autoridades, excepto Ministros e Sub-Secretários de Estado, e às organizações privadas, solicitando ou dando informações, nos assuntos da sua competência, para completa instrução dos processos;

6.º Propor a distribuição e colocação dos funcionários, de conformidade com as necessidades e conveniências dos serviços;

7.º Exercer e propor a acção disciplinar, nos termos da lei, sobre os funcionários das direcções gerais ou delas dependentes;

8.º Vigiar o trabalho dos funcionários, a pontualidade na entrada e a permanência nas repartições e estabelecimentos durante as horas de expediente ou de serviço;

9.º Acompanhar os serviços externos dependentes da Direcção Geral ou em que esta tiver intervenção, de modo a assegurar o seu máximo rendimento e perfeição;

10.º Prestar informações acerca da competência e aptidão dos funcionários e da sua assiduidade ao serviço;

11.º Participar à repartição competente as faltas não justificadas e enviar mensalmente à Secretaria Geral a nota de assiduidade do pessoal, para efeitos de cadastro;

12.º Exercer as demais funções que lhes forem cometidas por lei ou por ordem do Ministro.

Art. 189.º Compete aos chefes de repartição:

1.º Dirigir e fiscalizar os trabalhos das repartições e os serviços delas dependentes, em conformidade com as leis e regulamentos e com as instruções do director geral;

2.º Distribuir o trabalho pelos funcionários, aproveitando a sua competência e aptidões;

3.º Manter a disciplina e a ordem nos serviços a seu cargo;

4.º Executar e fazer executar as leis, regulamentos, ordens e instruções superiores;

5.º Vigiar o trabalho dos funcionários, a sua pontualidade e assiduidade ao serviço;

6.º Preparar e informar os processos que tenham de ser submetidos à apreciação do Ministro ou do director geral;

7.º Informar superiormente sobre a competência, aptidão e assiduidade dos funcionários seus subordinados;

8.º Exercer e propor a acção disciplinar, nos termos da lei, sobre os funcionários da repartição ou dela dependentes;

9.º Coadjuvar o director geral no desempenho das suas funções;

10.º Exercer as demais funções que lhes forem cometidas por ordem superior.

Art. 190.º Compete aos directores dos estabelecimentos:

1.º Dirigir e administrar os serviços a seu cargo;

2.º Executar e fazer executar as leis, regulamentos e instruções superiores;

3.º Orientar e vigiar os trabalhos e serviços, de modo a obter dêles o máximo rendimento;

4.º Distribuir os serviços e trabalhos pelo pessoal, de conformidade com as prescrições legais e instruções superiores, tendo em vista o melhor aproveitamento possível da sua competência e aptidões;

5.º Elaborar um relatório anual dos serviços à seu cargo e os relatórios parciais que lhes forem superiormente determinados;

6.º Informar sobre a pontualidade e assiduidade dos funcionários seus subordinados;

7.º Manter a ordem e a disciplina nos serviços;

8.º Exercer as demais funções que lhes forem cometidas por ordem superior.

Art. 191.º Compete aos chefes de secções e de serviços executar e fazer executar as leis, regulamentos, instruções e ordens transmitidas pelos seus superiores, de modo que todo o serviço seja exercido com a maior utilidade e o menor dispêndio.

VII. — Do pessoal

Art. 192.º O pessoal de nomeação vitalícia das direcções gerais e da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas distribue-se pelos quadros seguintes:

- a) Pessoal técnico;
- b) Pessoal auxiliar;
- c) Pessoal administrativo;
- d) Pessoal menor.

§ 1.º Os quadros a que se refere este artigo, pertencentes a cada um daqueles organismos, constam dos mapas n.ºs 1, 2, 3 e 4 anexos a este decreto.

§ 2.º Os quadros especiais do pessoal da Estação Agronómica Nacional e do Laboratório Central de Patologia Veterinária constam do mapa n.º 5. O pessoal administrativo, auxiliar e menor destes estabelecimentos é tirado dos quadros das respectivas direcções gerais, podendo também ser contratado ou assalariado nos termos da lei geral e deste diploma.

Art. 193.º Até ao dia 30 de Novembro será publicada no *Diário do Governo* a relação nominal, aprovada pelo Ministro da Agricultura, dos funcionários que ficam fazendo parte dos quadros das direcções gerais e da Inspeção Geral, considerando-se providos nos respectivos lugares.

§ único. O abono de vencimentos aos funcionários constantes dessa relação tem princípio no dia 1 de Janeiro de 1937 e não depende do visto do Tribunal de Contas.

Art. 194.º As direcções gerais e a Inspeção Geral podem contratar ou assalariar pessoal para a execução dos serviços que não possam ser desempenhados pelo pessoal dos quadros dentro dos limites das verbas orçamentais inscritas para esse fim e sob autorização do Ministro da Agricultura.

§ 1.º Exceptua-se do disposto na parte final deste artigo o pessoal jornalheiro empregado em trabalhos de campo, que pode ser assalariado pelos directores dos estabelecimentos e chefes de serviço à medida das necessidades e dentro das verbas distribuídas para esse fim.

§ 2.º Os vencimentos do pessoal contratado ou assalariado serão estabelecidos de harmonia com o disposto no decreto-lei n.º 26.115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 195.º Os funcionários técnicos em serviço no Ministério da Agricultura podem ser admitidos aos concursos para ingresso nos quadros sem dependência do limite de idade desde que tenham sido contratados com o limite de idade fixado para primeira nomeação e se tenham mantido ao serviço.

Art. 196.º Os funcionários do Ministério da Agricultura são obrigados a servir nos lugares e comissões de serviço para que forem nomeados ou designados por despacho do Ministro, sob proposta do director geral ou do inspector geral, tendo em atenção a sua categoria e classe.

Art. 197.º Os cargos de director geral e de inspector geral serão providos por nomeação de entre os inspectores chefes e chefes de repartição.

Art. 198.º Os inspectores chefes serão nomeados de entre os chefes de repartição ou funcionários técnicos de 1.ª classe dos respectivos quadros.

Art. 199.º Os lugares de chefes das repartições técnicas da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas serão preenchidos por escolha de entre os agrónomos de 1.ª classe especializados nos serviços próprios das repartições ou, não os havendo, de entre os agrónomos encarregados das secções técnicas ou outros agrónomos de 2.ª classe.

§ 1.º O lugar de chefe da Repartição de Serviços Administrativos será preenchido por concurso de entre os diplomados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

§ 2.º Os chefes ou encarregados das secções técnicas serão agrónomos de 2.ª classe escolhidos pela sua aptidão e competência para os serviços de repartições.

§ 3.º Os chefes das secções técnicas que forem promovidos à 1.ª classe podem continuar no exercício desse cargo se as conveniências do serviço o aconselharem.

§ 4.º Os directores dos estabelecimentos centrais, salvo o disposto especialmente quanto à Estação Agronómica Nacional, das estações e postos especializados, serão escolhidos pela sua aptidão e competência de entre os funcionários em serviço nos referidos estabelecimentos, estações e postos ou de entre os outros funcionários de competência especializada, qualquer que seja a sua classe.

§ 5.º Os lugares de directores das estações agrárias e postos agrários fixos serão exercidos por agrónomos de 1.ª e 2.ª classes ou, não os havendo, de 3.ª escolhidos pela sua competência especial em relação às respectivas regiões.

§ 6.º Os regentes agrícolas serão colocados em postos agrários móveis que pela sua importância não sejam providos por agrónomos, tendo em atenção o disposto na parte final do parágrafo anterior.

§ 7.º O restante pessoal técnico será colocado nos serviços da Direcção Geral, de conformidade com as suas aptidões e as necessidades dos serviços.

Art. 200.º Os chefes de repartição da Direcção Geral dos Serviços Pecuários e o director da Estação Zootécnica Nacional serão escolhidos de entre os veterinários da 1.ª classe.

§ 1.º As secções técnicas ficarão a cargo de veterinários de 2.ª classe. Os referidos funcionários podem continuar no exercício das suas funções depois de promovidos à 1.ª classe, se as conveniências do serviço o aconselharem.

§ 2.º Os directores das estações de fomento pecuário serão escolhidos de entre os funcionários de competência especializada.

§ 3.º Os restantes lugares serão preenchidos por veterinários, de conformidade com as suas aptidões e as necessidades dos serviços, enquanto não forem classificadas as intendências.

Art. 201.º Os lugares de chefes de repartição da Inspeção Geral e da delegação do Porto serão exercidos por agrónomos de 1.ª classe do respectivo quadro.

§ 1.º As secções técnicas ficarão a cargo de agrónomos de 2.ª classe, excepto a 4.ª secção da Repartição dos Serviços de Fiscalização, que será dirigida por um veterinário.

§ 2.º O restante pessoal técnico será distribuído pelas delegações, enquanto não forem classificadas, conforme as conveniências do serviço.

Art. 202.º Os funcionários encarregados das secções técnicas serão retribuídos com os vencimentos correspondentes à sua classe nos quadros a que pertencem.

Art. 203.º O primeiro provimento definitivo dos directores gerais, do inspector geral, dos chefes das repar-

tições técnicas e dos chefes das secções técnicas das Direcções Gerais dos Serviços Agrícolas, dos Serviços Pecuários e da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas será feito por escolha do Ministro da Agricultura, de entre os agrónomos e veterinários do quadro e pela forma indicada no artigo 193.º

§ 1.º O primeiro chefe da Repartição dos Serviços Administrativos é escolhido livremente pelo Ministro de entre os diplomados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e nomeado pela forma prevista no mesmo artigo 193.º

§ 2.º Os lugares dos quadros técnicos que, por efeito destes provimentos, excederem o número de funcionários de 1.ª e 2.ª classes, fixado nos mapas n.ºs 1, 3 e 4 anexos a este decreto, serão extintos à medida que vagarem, cessando as promoções às referidas classes até à regular constituição dos quadros.

VIII. — Disposições gerais e transitórias

Art. 204.º Os conselhos técnicos podem ser convocados para reunir em conjunto, por determinação do Ministro, sob a sua presidência ou do secretário geral, para apreciação de assuntos de interesse comum dos respectivos serviços ou de interesse geral.

Art. 205.º Fica autorizado o Ministro da Agricultura a enviar ao estrangeiro técnicos para especialização em estabelecimentos de reconhecida autoridade científica, ou em missões de estudo, comissões de serviço e outras de interesse para os serviços do Ministério.

Art. 206.º Os organismos corporativos e de coordenação económica devem organizar os seus programas de assistência técnica aos produtores agrícolas de cooperação com os serviços do Ministério da Agricultura.

Art. 207.º Os serviços agrícolas, florestais e pecuários das Juntas Gerais Autónomas dos distritos insulares ficam subordinados à orientação técnica do Ministério da Agricultura pelos organismos competentes.

Art. 208.º São mantidos os serviços agrónomicos e a Comissão de Lacticínios do distrito da Horta, a Escola Agrícola Móvel de Alves Teixeira, de Vidago, e a Escola Agrícola Móvel de Matos Souto, da ilha do Pico.

Art. 209.º São extintos: a Direcção Geral da Acção Social Agrária, os serviços da Campanha da Produção Agrícola e os organismos e serviços não previstos neste diploma.

§ único. A Colónia Agrícola dos Milagres fica subordinada à Junta de Colonização Interna.

Art. 210.º Os funcionários adidos, em serviço, habilitados com o concurso para terceiros oficiais são providos nos lugares de aspirantes criados por este decreto pela ordem dos concursos e da classificação.

§ único. Os referidos funcionários ingressarão nos lugares de terceiros oficiais à medida que se forem abrindo as vagas.

Art. 211.º Os restantes funcionários adidos em serviço junto do quadro administrativo do Ministério podem ser providos nos outros lugares vagos de aspirantes, mediante concurso regulado em portaria e pela ordem de classificação.

Art. 212.º Os funcionários adidos, em serviço, com a categoria de agentes de fiscalização, podem ser providos nos lugares vagos de agentes fiscais de 2.ª classe da Inspeção Geral, nos termos do artigo anterior.

Art. 213.º O agente de fiscalização, adido, em serviço no Laboratório da 1.ª secção da 3.ª Divisão da Estação Agrária Central é colocado no lugar de ajudante de laboratório, com o vencimento correspondente, nos termos do artigo 12.º do decreto-lei n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935, e respectivo mapa anexo.

Art. 214.º Os funcionários a que se referem os artigos 210.º e seguintes serão colocados imediatamente ou

após os concursos, sem dependência de quaisquer formalidades, e os respectivos vencimentos abonados até ao fim do corrente ano económico pelas disponibilidades das verbas inscritas no orçamento, capítulo 2.º, artigo 8.º, n.º 2), continuando em exercício nos serviços em que actualmente se encontram até à sua distribuição pelos quadros a que ficarem pertencendo.

Art. 215.º Serão providos nos lugares de sub-inspectores da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas os primeiros oficiais que têm exercido a fiscalização das associações agrícolas da Direcção Geral da Acção Social Agrária.

Art. 216.º É colocado como primeiro oficial do quadro administrativo da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, ao abrigo do disposto no artigo 23.º do decreto n.º 25:166, de 30 de Dezembro de 1935, o antigo sub-inspector da extinta Direcção Geral do Crédito Agrícola, actualmente em regime de licença ilimitada.

Art. 217.º As funções de representação do Ministério da Agricultura nos conselhos, juntas e outros organismos oficiais serão exercidas pelos funcionários designados pelo Ministro e consideram-se inerentes às suas funções próprias.

Art. 218.º Continuam a ser abonados os actuais vencimentos aos funcionários adidos em serviço no Ministério da Agricultura desde o dia 1 do corrente mês até ao seu provimento ou até à publicação no *Diário do Governo* da classificação dos concursos a que se referem os artigos 211.º e 212.º

§ único. Os que não obtiverem provimento consideram-se dispensados do serviço a contar da data da referida publicação e aposentados ou demitidos, nos termos do artigo 9.º do decreto n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 219.º Os antigos agentes de fiscalização principais e de 1.ª classe que, por efeito do decreto-lei n.º 26:115, foram providos nos lugares de agentes fiscais de 1.ª e 2.ª classes do quadro auxiliar do Ministério podem concorrer respectivamente aos lugares de segundos e terceiros oficiais dos quadros administrativos do Ministério desde que possuam as habilitações mínimas exigidas pelo referido decreto.

Art. 220.º Os directores da Estação Agronómica Nacional e do Laboratório Central de Patologia Veterinária têm direito à gratificação mensal de 400\$ pela responsabilidade de funções.

Art. 221.º As disposições respeitantes aos funcionários adidos dos artigos 210.º e seguintes e a do artigo 194.º entram imediatamente em vigor. As restantes disposições começarão a vigorar no dia 1 de Janeiro de 1937.

Art. 222.º As admissões, promoções, regime de licenças e situação dos funcionários continuam a regular-se pelas disposições em vigor até à publicação de novo diploma sobre essas matérias.

Art. 223.º Os funcionários técnicos e auxiliares que exerçam funções de inspecção ou de fiscalização têm entrada livre nos locais onde hajam de exercer essas funções, podendo, em caso de urgente necessidade, requisitar o auxílio das autoridades e utilizar para isso a correspondência telegráfica oficial.

Art. 224.º É anulado o concurso aberto para a promoção à 2.ª classe no quadro dos agrónomos do Ministério da Agricultura, conforme o aviso publicado no *Diário do Governo* n.º 90, 2.ª série, de 18 de Abril de 1936.

Art. 225.º Os lugares de escriturários e de enotécnico da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas consideram-se extintos à medida que vagarem.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Novembro de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — An-

tónio de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MAPA N.º 1

Direcção Geral dos Serviços Agrícolas

Pessoal técnico

Quadro de agrónomos:

- 1 director geral.
- 1 inspector chefe.
- 11 agrónomos de 1.ª classe (5 chefes de repartição).
- 22 agrónomos de 2.ª classe.
- 36 agrónomos de 3.ª classe.

Quadro de regentes agrícolas:

- 4 regentes agrícolas de 1.ª classe.
- 8 regentes agrícolas de 2.ª classe.
- 18 regentes agrícolas de 3.ª classe.

Pessoal auxiliar

- 4 analistas.
- 5 preparadores.
- 1 ajudante de laboratório.
- 1 desenhador de 2.ª classe.
- 1 desenhador de 3.ª classe.
- 1 prático agrícola.
- 4 capatazes de 1.ª classe.
- 7 capatazes de 2.ª classe.
- 17 guardas agrícolas.

Pessoal administrativo

- 1 chefe de repartição.
- 3 chefes de secção.
- 1 inspector.
- 2 sub-inspectores.
- 1 guarda-livros.
- 1 bibliotecário-arquivista.
- 3 primeiros oficiais.
- 12 segundos oficiais.
- 16 terceiros oficiais.
- 23 aspirantes.
- 2 escripturários.

Pessoal menor

- 1 chefe.
- 1 condutor de automóvel.
- 1 correio.
- 6 contínuos de 1.ª classe.
- 11 contínuos de 2.ª classe.
- 1 telefonista.

MAPA N.º 2

Direcção Geral dos Serviços Pecuários

Pessoal técnico

- 1 director geral.
- 1 veterinário inspector chefe.
- 3 chefes de repartição.
- 8 veterinários de 1.ª classe.
- 16 veterinários de 2.ª classe.
- 26 veterinários de 3.ª classe.
- 1 regente agrícola de 1.ª classe.
- 2 regentes agrícolas de 2.ª classe.
- 3 regentes agrícolas de 3.ª classe.

Pessoal auxiliar

- 3 químicos analistas.
- 2 analistas.
- 3 preparadores.
- 1 fiel de armazém.
- 1 picador.
- 32 ajudantes de pecuária.
- 1 maior chefe.

- 2 maiores.
- 1 mestre ferrador.
- 5 tratadores.
- 4 guardas agrícolas.
- 1 serralheiro.

Pessoal administrativo

- 2 chefes de secção.
- 1 guarda-livros.
- 2 primeiros oficiais.
- 8 segundos oficiais.
- 12 terceiros oficiais.
- 19 aspirantes.

Pessoal menor:

- 4 contínuos de 1.ª classe.
- 10 contínuos de 2.ª classe.

MAPA N.º 3

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Pessoal técnico

Quadro de silvicultores:

- 1 director geral.
- 1 inspector chefe.
- 5 silvicultores de 1.ª classe.
- 10 silvicultores de 2.ª classe.
- 17 silvicultores de 3.ª classe.

Quadro de regentes florestais:

- 5 regentes florestais de 1.ª classe.
- 10 regentes florestais de 2.ª classe.
- 15 regentes florestais de 3.ª classe.

Pessoal auxiliar

- 1 desenhador de 1.ª classe.
- 1 desenhador de 2.ª classe.
- 1 desenhador de 3.ª classe.
- 2 agentes técnicos de engenharia.
- 10 mestres florestais de 1.ª classe.
- 20 mestres florestais de 2.ª classe.
- 42 guardas florestais de 1.ª classe.
- 84 guardas florestais de 2.ª classe.
- 124 guardas florestais de 3.ª classe.

Pessoal administrativo

- 1 chefe de secção.
- 2 primeiros oficiais.
- 8 segundos oficiais.
- 12 terceiros oficiais.
- 1 tesoureiro.
- 8 aspirantes.

Pessoal menor

- 3 contínuos de 1.ª classe.
- 9 contínuos de 2.ª classe.

MAPA N.º 4

Inspecção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas

Pessoal técnico

Quadro de agrónomos:

- 1 inspector geral.
- 3 agrónomos de 1.ª classe (2 chefes de repartição).
- 6 agrónomos de 2.ª classe.
- 8 agrónomos de 3.ª classe.

Quadro de regentes agrícolas:

- 1 regente agrícola de 1.ª classe.
- 2 regentes agrícolas de 2.ª classe.
- 3 regentes agrícolas de 3.ª classe.

Pessoal auxiliar

- 5 químicos analistas.
- 2 analistas.
- 4 preparadores.
- 1 enotécnico.
- 13 agentes fiscais de 1.ª classe.
- 37 agentes fiscais de 2.ª classe.
- 1 chefe de armazém.
- 1 fiel de armazém.
- 3 guardas agrícolas.

Pessoal administrativo

- 1 chefe da secção de contencioso.
- 1 chefe de secção.
- 1 guarda-livros.
- 1 tesoureiro.
- 3 primeiros oficiais.
- 12 segundos oficiais.
- 15 terceiros oficiais.
- 18 aspirantes.

Pessoal menor

- 1 chefe.
- 3 contínuos de 1.ª classe.
- 9 contínuos de 2.ª classe.

MAPA N.º 5

Pessoal técnico da Estação Agronómica Nacional

- 6 investigadores.
- 4 estagiários de 1.ª classe.
- 5 estagiários de 2.ª classe.
- 6 estagiários de 3.ª classe.

Pessoal técnico do Laboratório Central de Patologia Veterinária

- 3 investigadores.
- 3 estagiários de 1.ª classe.
- 4 estagiários de 2.ª classe.

Ministério da Agricultura, 16 de Novembro de 1936. — O Ministro da Agricultura, *Rafael da Silva Neves Duque*.

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:208

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Agricultura, um crédito especial da quantia de 180.000\$, destinado a ocorrer ao pagamento das despesas com a execução da lei n.º 1:891, de 23 de Março de 1935, que condiciona o plantio da vinha, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita no n.º 5) do artigo 50.º, «Outros encargos», capítulo 4.º, «Direcção Geral dos Serviços Agrícolas», do orçamento respeitante ao corrente ano económico de 1936, do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º É anulada a importância de 180.000\$ nas disponibilidades do n.º 1), «Pessoal dos quadros aprovados por lei», do artigo 39.º, «Remunerações certas ao pessoal em exercício», capítulo 4.º, do orçamento do referido Ministério da Agricultura aprovado para o mesmo ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto com força de lei n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Novembro de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

§ único. O vencimento será fixado no despacho de admissão, segundo as regras estabelecidas no decreto n.º 26:115, de 23 de Novembro de 1935.

Art. 2.º Se as conveniências do serviço o exigirem, pode ser admitido pessoal técnico em regime de tirocínio, com a remuneração correspondente fixada por despacho.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto-lei n.º 32:439

Criada a Junta de Colonização Interna pelo decreto-lei n.º 27:207, de 16 de Novembro de 1936, iniciou esta uma série de trabalhos, de harmonia com as suas atribuições.

Verifica-se que a sua organização se não adapta já ao desenvolvimento que têm alcançado aqueles trabalhos e às novas realizações cada vez mais numerosas e vastas.

Assim, julga-se conveniente introduzir algumas modificações na sua orgânica, de maneira a tornar mais eficientes os respectivos serviços.

Aproveita-se a oportunidade para precisar melhor os fins deste organismo, ajustando-os de resto à sua própria actividade e ao que nesta emergência importa realizar, com largo sentido económico e social.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 172.º, 173.º, 175.º, 176.º e 184.º do decreto-lei n.º 27:207, de 16 de Novembro de 1936, passam a ter a redacção seguinte:

Artigo 172.º A Junta de Colonização Interna (J. C. I.) será composta de um presidente e um vice-presidente, agrónomos, de livre escolha do Ministro da Economia, assistida por um representante do Tribunal de Contas e por um conselho técnico.

§ único. Compete ao vice-presidente coadjuvar e substituir o presidente em todos os seus impedimentos.

Art. 173.º São fins essenciais da Junta de Colonização Interna:

1.º Promover e orientar a melhor distribuição da população rural;

2.º Estudar e propor as providências necessárias ao melhor arranjo da propriedade rústica, tendo em conta, ao mesmo tempo, o aspecto económico e social;

3.º Empreender obras fundiárias de que resulte aumento de produção ou melhoria das instalações rurais não adstritas a outros serviços públicos.

§ único. Para a consecução dos seus fins compete à Junta:

1.º Tomar conta dos terrenos baldios reservados ou a reservar e dos que lhe forem entregues pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (J. A. O. H. A.) logo que estejam realizadas as obras e concluída a adaptação ao regadio;

2.º Efectuar, quando superiormente autorizada; a aquisição de outros terrenos que devam ser aproveitados para colonização;

3.º Superintender e auxiliar as obras de colonização que sejam levadas a efeito por iniciativa privada;

4.º Estudar os meios de melhor aproveitamento de terrenos baldios e particulares e as condições de vida das populações rurais;

5.º Elaborar os planos de usufruição das terras que lhe forem entregues ou adquirir, propor as normas jurídicas da concessão e realizar todas as obras necessárias;

6.º Instalar casais agrícolas, de acôrdo com os respectivos planos;

7.º Promover, por intermédio dos serviços competentes e nas zonas de povoamento, a constituição de associações de regantes, caixas de crédito agrícola e outras formas de cooperação;

8.º Prestar aos colonos a indispensável assistência;

9.º Elaborar o regulamento necessário para o aproveitamento dos baldios não reservados, de harmonia com o preceituado no artigo 394.º e § 1.º do artigo 397.º do Código Administrativo;

10.º Elaborar o plano de acção a desenvolver em cada ano e submetê-lo à apreciação do conselho técnico.

Artigo 175.º Os serviços da Junta de Colonização Interna serão desempenhados por duas repartições técnicas e uma secção administrativa.

§ 1.º A primeira repartição técnica, denominada *De estudos e projectos*, compete a realização de estudos agrónomicos e económico-sociais e a elaboração de projectos; à segunda repartição técnica, denominada *De obras e assistência*, compete a execução dos projectos e a assistência aos colonos; à secção administrativa compete todo o serviço de expediente, contabilidade e arquivo.

§ 2.º As repartições técnicas serão chefiadas por agrónomos e a secção administrativa por um diplomado de ciências económicas e financeiras.

§ 3.º Para efeito de distribuição do trabalho as repartições subdividem-se em secções, pela forma que fôr estabelecida por despacho do Ministro da Economia, sob proposta do presidente da Junta.

Art. 176.º O conselho técnico é composto por:

1.º Presidente e vice-presidente da Junta;

2.º Professor de agricultura geral do Instituto Superior de Agronomia;

3.º Um representante da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas e outro da Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas, do Ministério da Economia;

4.º Um representante da Junta Autónoma de Estradas e outro da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, do Ministério das Obras Públicas e Comunicações;

5.º Um representante da Direcção Geral de Saúde;

6.º Um representante do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Artigo 184.º O presidente da Junta terá o vencimento mensal de 4.000\$ e o vice-presidente o de 3.500\$.

Art. 2.º O actual vogal representante da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas considera-se provido no cargo de vice-presidente e empossado do mesmo, sem necessidade de outras formalidades.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa —

Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto-lei n.º 32:440

A acuidade da crise de carburantes e combustíveis de consumo normal torna indispensável o emprêgo de produtos de substituição que atenuem dentro da medida do possível os inconvenientes causados pela escassez dos primeiros.

Este emprêgo não deve, porém, ser feito arbitrariamente, e daí a necessidade da sua prévia aprovação, embora com um período de adaptação às normas fixadas no presente decreto-lei.

Prevê-se desde já a proibição do uso, como combustível, de certos produtos, designadamente o azeite, por ser indispensável à alimentação pública.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O emprêgo de qualquer produto líquido ou gasoso ou suas misturas como «carburante ou combustível de substituição» depende da aprovação prévia do Ministro da Economia, mediante parecer fundamentado do Instituto Português de Combustíveis.

Art. 2.º Ao Instituto Português de Combustíveis, por intermédio dos seus serviços técnicos, compete estudar e definir os «carburantes ou combustíveis de substituição» a utilizar e o seu emprêgo.

§ 1.º Os particulares poderão também requerer a aprovação de qualquer produto como carburante ou combustível de substituição.

§ 2.º Os requerimentos, devidamente fundamentados e acompanhados de uma amostra, serão dirigidos ao Instituto Português de Combustíveis, que deverá pronunciar-se dentro do prazo de trinta dias.

§ 3.º Os carburantes e combustíveis de substituição devem ser desnatados, sempre que fôr julgado possível ou necessário, com substância que facilite a sua identificação e serão definidos e designados em portaria.

§ 4.º A distribuição dos referidos produtos será efectuada nas condições determinadas pelo Serviço de Racionamento do Instituto Português de Combustíveis.

Art. 3.º Consideram-se carburantes e combustíveis normais, e como tal não sujeitos a aprovação, os seguintes produtos para as aplicações referidas:

- a) Os super-carburantes especiais, para aviação;
- b) A gasolina e o petróleo para os motores de explosão, aparelhos e fornos domésticos e da pequena indústria, maçaricos e semelhantes;
- c) O petróleo para luz e aplicação domésticas;
- d) O gasóleo e o *Diesel-oil* para os motores *Diesel*, semi-*Diesel* e semelhantes;
- e) O gasóleo, o *Diesel-oil* e o *fuel-oil* para caldeiras, aparelhos e fornos;
- f) Os gases de petróleo liquefeitos para aparelhos e fornos industriais e domésticos;
- g) O acetileno para soldadura autogénea e para iluminação;
- h) O hidrogénio para soldadura autogénea;
- i) O gás pobre nos motores de explosão móveis das viaturas, em conformidade com a legislação em vigor;
- j) O gás pobre em quaisquer motores de explosão fixos, semi-fixos, amovíveis ou locomóveis, terrestres ou marítimos, em fornos e outras aplicações industriais, sem limitações, até resolução em contrário.

§ único. O Ministro da Economia poderá admitir outros combustíveis ou carburantes como normais ou limitar a aplicação dos indicados neste artigo.

Art. 4.º Durante o prazo de três meses, a contar da data da entrada em vigor deste decreto, poderão ser utilizados, independentemente de aprovação, os carburantes ou combustíveis cuja utilização não seja expressamente proibida, sendo da exclusiva responsabilidade dos utentes quaisquer efeitos prejudiciais ou perigosos que da mesma possam advir.

§ único. O prazo previsto neste artigo pode ser prorrogado por despacho do Ministro da Economia.

Art. 5.º O Ministro da Economia poderá proibir expressamente, por portaria, o emprêgo de qualquer produto como carburante ou combustível.

§ único. Fica desde já proibido o emprêgo do azeite como combustível, simples ou misturado com outras substâncias, nos motores de explosão, nos *Diesel*, semi-*Diesel* e outros semelhantes.

Art. 6.º O emprêgo como carburante ou combustível de qualquer produto cuja utilização tenha sido proibida, ou não tenha sido aprovada nos termos dos artigos 1.º e 2.º deste decreto, será punido, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º, com multa de 5.000\$ a 50.000\$, de harmonia com a gravidade da infracção.

§ 1.º Em caso de reincidência, além da multa, será apreendido o veículo ou motor.

§ 2.º Nas infracções previstas neste artigo não é permitido ao arguido não reincidente requerer o pagamento voluntário do mínimo da multa.

Art. 7.º São competentes para verificar as infracções e levantar os respectivos autos as polícias de viação e trânsito, de segurança pública e marítima e os agentes de fiscalização das capitâneas dos portos e da Direcção Geral das Indústrias, segundo a competência privativa de cada uma das entidades referidas.

§ 1.º Os autos serão remetidos, com uma amostra do combustível devidamente selada, ao Instituto Português de Combustíveis, que deverá proceder à respectiva análise no prazo de oito dias.

§ 2.º Se do boletim de análise, cujos resultados não poderão ser impugnados, resultar a verificação da infracção, será o processo remetido imediatamente, para julgamento, pelo Instituto Português de Combustíveis à entidade designada no artigo seguinte.

Art. 8.º O conhecimento das infracções a que se refere o artigo 6.º é da competência do Tribunal Militar Especial, de harmonia com o disposto no artigo 2.º do decreto-lei n.º 31:840, de 7 de Janeiro de 1942, e em conformidade com o processo constante do decreto-lei n.º 29:964, de 10 de Outubro de 1939, com as alterações havidas posteriormente.

Art. 9.º O Instituto Português de Combustíveis tomará as providências necessárias para que a recolha das amostras seja feita de harmonia com os processos técnicos aconselháveis.

Art. 10.º Os gasómetros, misturadores, carburadores, dispositivos contra retôrno de chama, refrigeradores e semelhantes que forem necessários para a utilização de qualquer carburante ou combustível de substituição não poderão ser utilizados sem aprovação prévia do Instituto Português de Combustíveis.

Art. 11.º Os casos omissos e as dúvidas que se suscitarem na execução deste decreto serão resolvidos por despacho do Ministro da Economia.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Caeiro* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque.*

servindo de contrapartida as seguintes disponibilidades :

Capítulo 1.º, artigo 10.º, n.º 1), do orçamento vigente.	55.000\$00
Excesso da cobrança sobre a previsão do orçamento de 1945.	319.360\$71
Saldo do orçamento de 1945	164.496\$85
	538.857\$56

Ministério das Colónias, 25 de Junho de 1946.— O Ministro das Colónias, *Marcello José das Neves Alves Caetano*.

Portaria n.º 11:402

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 5.º do decreto n.º 28:326, de 27 de Dezembro de 1937, conjugado com a alínea g) do § 2.º do artigo 165.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, abrir um crédito especial de 7.262\$47 para pagamento, por despesas dos anos económicos findos, da diferença do suplemento de vencimentos, relativa ao período de Janeiro de 1944 a 23, inclusive, de Setembro de 1945, que ficou em dívida ao oficial principal da Casa da Metrópole em Luanda, Eduardo da Fonseca Franco de Castro, saindo a respectiva contrapartida da verba do artigo 14.º, n.º 1) «Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal contratado», da tabela de despesa do orçamento vigente daquele organismo, aprovado pela portaria n.º 11:189, de 8 de Dezembro de 1945.

Ministério das Colónias, 25 de Junho de 1946.— O Ministro das Colónias, *Marcello José das Neves Alves Caetano*.

Portaria n.º 11:403

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do § 3.º do artigo 156.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, que sejam elaborados em regime de autorização os Orçamentos Gerais do Estado da Índia e colónia de Macau para o ano de 1947, ficando os das restantes colónias sujeitos a aprovação.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 25 de Junho de 1946.— O Ministro das Colónias, *Marcello José das Neves Alves Caetano*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Lei n.º 2:017

Em nome da Nação, a Assembleia Nacional decreta e eu promulgo a lei seguinte :

Melhoramentos agrícolas

BASE I

O Estado, pelo Ministério da Economia e por intermédio da Junta de Colonização Interna, prestará assistência técnica e financeira aos produtores agrícolas, cooperativas de produtores e grêmios da lavoura, para execução de melhoramentos fundiários que tenham por fim manter ou aumentar a capacidade produtiva da terra ou facilitar a sua exploração, designadamente nos seguintes casos:

a) Captação, elevação ou distribuição de águas destinadas a rega ou abastecimento das explorações agrícolas;

b) Ampliação ou correcção de sistemas de rega já existentes;

c) Adaptação e conversão de terrenos a regadio;

d) Enxugo, dessalgamento, despedrega de terrenos e correcção de solos;

e) Regularização de leitos e margens de cursos de água e defesa contra inundações ou erosão, sem prejuízo da comparticipação do Estado sempre que ela seja devida;

f) Construção ou melhoramento de silos, nitreiras e abrigos para gado;

g) Edificação, ampliação e melhoramento de habitações, cantinas, refeitórios e postos de socorros urgentes médico-cirúrgicos para o pessoal que viva permanente ou eventualmente nas explorações agrícolas;

h) Construção, apetrechamento e aperfeiçoamento de instalações agrícolas e de oficinas destinadas a indústrias anexas às explorações;

i) Aquisição de árvores ou terrenos encravados, constituição das servidões indispensáveis ou extinção das prejudiciais à economia das explorações agrícolas;

j) Sementeira e plantação de árvores e arbustos de reconhecido interesse económico-social;

k) Arroteamento de incultos susceptíveis de serem transformados em pastagens ou terrenos de cultura e construção de bardos para defesa e divisão das pastagens;

l) Levantamento de cartas parcelares do solo;

m) Reparação dos estragos provocados pelas intempéries nas propriedades rústicas;

n) Construção de armazéns, celeiros, adegas ou outros edifícios para serviço dos grêmios da lavoura e cooperativas referidas no artigo 16.º do decreto n.º 29:494 e aquisição de máquinas, alfaías e utensílios agrícolas destinados ao mesmo serviço.

BASE II

A assistência técnica ou financeira do Estado poderá ser requerida por um ou mais interessados, conforme o melhoramento a realizar seja de utilidade individual ou colectiva.

O lavrador ou lavradores que pretendam assistência poderão também requerê-la por intermédio de um grémio da lavoura a que pertença um, pelo menos, dos interessados, competindo ao mesmo grémio promover a organização do respectivo processo.

BASE III

A assistência técnica será gratuita.

O pedido de concessão desta especificará a localização, a área aproximada e confrontações da propriedade, seu estado actual e projectado destino, título de posse e recursos de que o requerente dispõe para a realização do melhoramento.

BASE IV

Os pedidos de assistência financeira, ressalvada a apresentação legal, só podem ser formulados:

a) Pelos titulares da propriedade perfeita;

b) Pelos enfiteutas;

c) Pelos proprietários da raiz e usufrutuários conjuntamente;

d) Pelos colonos, sem prejuízo dos direitos garantidos aos senhorios pelos usos e costumes locais;

e) Pelos possuidores com registo de mera posse;

f) Pelos grêmios da lavoura e cooperativas de produtores.

Os pedidos devem conter as indicações referidas na base III e ser acompanhados das informações e estudos adequados à apreciação do seu objecto e dos títulos de licença para as obras a realizar. A Junta de Colonização

Interna pode exigir a apresentação de esboços, organogramas ou projectos completos, assinados por técnicos responsáveis, quando a importância, a complexidade ou outro motivo ponderoso o tornarem necessário.

É obrigatória a junção da certidão do registo predial referente ao prédio ou prédios a beneficiar ou a outros oferecidos também em garantia, da qual constem a inscrição do domínio ou posse dos requerentes e os encargos sobre os mesmos prédios.

O registo da mera posse será feito perante sentença transitada em julgado que mostre haver-se cumprido o disposto no artigo 524.º do Código Civil, seguindo sempre a acção respectiva os termos de processo sumário.

BASE V

O Governo promoverá a concessão de empréstimos reembolsáveis, à taxa de juro de 2 por cento, para a execução dos melhoramentos aprovados pelo Ministro da Economia, sob proposta da Junta de Colonização Interna e segundo ordem de precedência por ela estabelecida em cada ano económico, tendo em atenção a urgência ou o maior interesse social de cada um.

A quantia emprestada não pode ser superior a 90 por cento do custo orçamentado para o melhoramento e o prazo de amortização em caso algum excederá trinta anos, ficando assegurado ao devedor o direito de antecipação do pagamento parcial ou total. Nesta hipótese, o valor actual das prestações à data do pagamento será calculado à taxa de juro de 3 por cento.

Até ao termo da amortização do empréstimo o aumento de rendimento dos prédios, resultante dos melhoramentos realizados, só poderá constituir matéria colectável na parte que exceder a importância da respectiva anuidade de amortização.

BASE VI

A anuidade de amortização dos empréstimos começará a ser cobrada dois anos após a conclusão do melhoramento, sem prejuízo do prazo máximo para amortização fixado na base v; constitui ónus real, que será, a requerimento do Ministério Público, registado sobre o prédio ou prédios referidos na base iv, sendo a respectiva importância cobrada juntamente com a contribuição predial, embora conste de documento separado.

BASE VII

Quando o empréstimo for concedido a mais de um proprietário, o encargo dele resultante será rateado pela forma indicada no despacho de concessão e atribuído aos prédios que em nome de cada um estiverem registados, nos termos das bases iv e vi, sendo solidária a responsabilidade do proprietário e usufrutuário.

BASE VIII

A Junta de Colonização Interna poderá averiguar da exactidão das declarações dos interessados, colher esclarecimentos complementares e fiscalizar a aquisição e aplicação de materiais ou o andamento dos trabalhos,

recorrendo, quando mais conveniente, aos funcionários do Estado da respectiva área, os quais terão o dever de lhe prestar pronta coadjuvação, sem prejuízo do serviço dos seus cargos.

A Junta satisfará os transportes, as ajudas de custo e os subsídios de marcha devidos.

BASE IX

São causas de distrate ou redução do empréstimo, conforme as circunstâncias:

1.º A demora no início ou na conclusão do melhoramento sem motivo justificado;

2.º A alteração, redução ou ampliação do melhoramento, quanto ao plano, natureza ou qualidade dos materiais aprovados, sem prévia autorização da Junta.

BASE X

No caso de distrate do empréstimo, são imediatamente exigíveis as importâncias entregues, e a sua cobrança coerciva far-se-á, pelos tribunais dos respectivos concelhos ou comarcas, pelo processo das execuções fiscais.

BASE XI

Os melhoramentos fundiários realizados pelo senhorio, ao abrigo desta lei, em prédios arrendados, obrigam o arrendatário a compensá-lo do encargo que assumiu, pelo tempo correspondente à duração do arrendamento, acrescido, quando for caso disso, de equitativo aumento de renda, o qual, na falta de acordo, será fixado pela Junta de Colonização Interna.

BASE XII

Não serão consideradas, para efeitos tributários, mais valias superiores às determinadas em estudo da Junta de Colonização Interna, salvo depois de aprovado o cadastro.

BASE XIII

O documento de quitação para com a Junta de Colonização Interna será suficiente para o cancelamento do respectivo registo.

BASE XIV

A assistência financeira prevista nesta lei não impedirá a concessão de participação do Estado às autarquias locais, nos casos em que as leis respectivas o permitam e o interesse público predominante o justifique.

Publique-se e cumpra-se como nela se contém.

Paços do Governo da República, 25 de Junho de 1946. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Augusto Cancelli de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Matta* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

nutrição de uma cantina nas escolas de Lalim, concelho de Lamego, à qual será dado o nome de Cantina Escolar de Santa Maria de Lalim, cujas instalações serão construídas e apetrechadas pelo Estado.

Art. 2.º A administração da Cantina será autónoma e atribuída a uma comissão nomeada pelo Ministro da Educação Nacional, da qual fará parte o benemérito ou um seu representante.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

Decreto-lei n.º 35:992

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A cargo e sob a administração da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar existirá um fundo especial destinado a promover a expansão de modalidades desportivas de pequenas disponibilidades financeiras e a auxiliar a representação portuguesa em congressos e competições internacionais, que se denominará «Fundo de auxílio a organismos desportivos nos termos do decreto-lei n.º 35:992», e será constituído:

a) Pela importância da taxa a que se refere o § 1.º do artigo 41.º do decreto n.º 32:946, de 3 de Agosto de 1943;

b) Pelo produto das multas aplicadas a desportistas e organismos desportivos pela Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar;

c) Por subsídios e donativos concedidos pelo Governo ou quaisquer outras entidades;

d) Pela importância de 5 por cento da receita líquida realizada nas competições de futebol de carácter internacional no Estádio Nacional.

§ único. Para os efeitos do disposto neste artigo será aberta na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a competente conta de depósito, à ordem da Direcção Geral.

Art. 2.º As importâncias das proveniências referidas nas alíneas do artigo anterior darão entrada naquele fundo especial nos termos seguintes:

a) As das alíneas a) e b) serão entregues, nos termos que forem estabelecidos por despacho do Ministro da Educação Nacional, nas federações desportivas, as quais, por sua vez, farão os competentes depósitos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, para crédito da conta referida no § único do artigo 1.º, mediante guias em triplicado processadas pela Direcção Geral;

b) As dos subsídios concedidos pelo Governo, mediante folhas processadas ao tesoureiro da referida Caixa, para crédito da mesma conta;

c) As demais importâncias nos termos da parte final da segunda parte da alínea a) deste artigo.

§ único. Os modelos das guias serão organizados de acordo com a Administração da referida Caixa.

Art. 3.º Para os efeitos da cobrança das importâncias a que se referem as alíneas a), b) e d) do artigo 1.º deste decreto-lei as entidades competentes fornecerão à Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar os elementos necessários para a expedição das guias de entrega das receitas do fundo especial.

§ único. A Direcção Geral, quando julgar conveniente, tomará as providências necessárias para verificar a documentação das competições desportivas a que correspondem as receitas arrecadadas.

Art. 4.º Os subsídios concedidos pelo fundo especial serão entregues aos organismos desportivos, mediante resolução da Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, homologada pelo Ministro da Educação Nacional.

§ único. A entrega far-se-á por cheque, contra recibo em duplicado, destinando-se um dos exemplares à Direcção Geral e outro ao organismo desportivo.

Art. 5.º A Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar manterá devidamente escriturada a conta corrente do fundo especial de que trata este decreto-lei.

§ 1.º Até 10 de Janeiro de cada ano, e em relação a 31 de Dezembro do ano anterior, será remetido um extracto da conta referida neste artigo à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

§ 2.º O referido extracto, com a declaração de conformidade da mesma Caixa e com o visto do Ministro da Educação Nacional, será publicado no *Diário do Governo* até 31 de Janeiro de cada ano.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Augusto Cancellata de Abreu — Marcello José das Neves Alves Caetano — José Caeiro da Matta — Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 35:993

No estudo da regulamentação da lei n.º 2:017, de 25 de Junho de 1946, que estabelece as bases a que deve obedecer a assistência a prestar pelo Estado a melhoramentos agrícolas, chegou-se à conclusão de que os créditos provenientes dos empréstimos deveriam ser transferidos da Junta de Colonização Interna para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, à medida que se fossem concluindo as obras.

Com efeito, realizados os melhoramentos, não há razão de ordem técnica, económica ou social que justifique a intervenção da Junta. Ao mesmo tempo, pelo alívio de serviços que representa a referida transferência, ficará a Junta em condições de melhor responder pela acção que lhe foi cometida.

Por outro lado, ainda no desejo de reduzir ao mínimo encargos e de acelerar a execução de melhoramentos agrícolas, é de aconselhar tornar extensiva a estes empréstimos certas facilidades quanto à celebração dos contratos e registo de ónus reais.

Aproveita-se a ocasião para dotar a Junta dos meios financeiros necessários e para tanto se cria um fundo de melhoramentos agrícolas, no montante de 200:000 contos. Este fundo, que se irá reconstituindo à medida que

os créditos forem sendo transferidos para a Caixa, permitirá a realização de uma larga e vasta obra de fomento.

Nestes termos :

Usando da faculdade conferida pela 1.^a parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte :

Artigo 1.º Os contratos de empréstimo celebrados em execução da lei n.º 2:017, de 25 de Junho de 1946, constarão de título particular. Este é, para todos os efeitos, considerado título exequível com força de escritura pública.

Art. 2.º É autorizada a Junta de Colonização Interna a contratar com a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência a transferência dos créditos constantes dos contratos a que se refere o artigo anterior.

§ 1.º A transferência dos créditos somente terá lugar depois da conclusão dos melhoramentos.

§ 2.º A Junta de Colonização Interna dará imediato conhecimento das transferências de crédito aos respectivos mutuários, em carta registada com aviso de recepção.

§ 3.º A comunicação referida no parágrafo anterior produzirá todos os efeitos da notificação prevista no artigo 789.º do Código Civil.

Art. 3.º A transferência de créditos, nos termos do artigo anterior, constará de documento particular, que, para todos os efeitos, terá força de escritura pública.

Art. 4.º O averbamento de transferência dos créditos a favor da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência será feito a requerimento dos delegados do Procurador da República da comarca onde estiverem feitos os registos de hipoteca e a simples pedido da Junta de Colonização Interna.

§ único. É aplicável ao registo do averbamento referido neste artigo o disposto no § 2.º do artigo 7.º deste decreto-lei.

Art. 5.º A cobrança das anuidades relativas aos empréstimos será realizada por intermédio das secções de finanças competentes, mas, uma vez operada a transferência dos créditos para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, poderá este estabelecimento ocupar-se dela directamente e segundo o regime que lhe é próprio.

Art. 6.º Para cobrança coerciva dos créditos poderá a entidade credora fazer seguir as suas execuções através do Tribunal das Execuções Fiscais de Lisboa.

Art. 7.º O registo do ónus real a que se refere a lei n.º 2:017 será feito a requerimento officioso do Ministério Público, que, relativamente aos prédios identificados nos contratos de empréstimo, deverá também requerer o certificado de registo e a certidão de encargos.

§ 1.º Para efeitos do disposto neste artigo, a Junta de Colonização Interna enviará os elementos necessários aos delegados do Procurador da República nas comarcas da situação dos prédios onde se hão-de executar os melhoramentos.

§ 2.º A todos os actos que o Ministério Público requer nos termos deste artigo é aplicável o disposto no § 1.º do artigo 281.º do Código de Registo Predial.

Art. 8.º Tanto o requerimento do registo como a remessa dos certificados e certidões à Junta de Colonização Interna constitui serviço urgente para os agentes do Ministério Público.

Art. 9.º A Junta de Colonização Interna não entregará qualquer parcela do capital se à data do registo do ónus do empréstimo tiverem de qualquer maneira diminuído as garantias constantes do contrato.

§ único. Neste caso o contrato do empréstimo será declarado nulo e de nenhuns efeitos por despacho do Ministro da Economia.

Art. 10.º Os documentos de quitação da Junta de Colonização Interna, ou da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, e ainda o da declaração de nulidade do contrato serão suficientes para o cancelamento, nas conservatórias do registo predial, dos encargos resultantes dos empréstimos.

Art. 11.º Os subsídios de marcha e de transporte por via ordinária a que teriam direito os funcionários da Junta de Colonização Interna quando no desempenho de funções que resultem da execução da lei n.º 2:017 serão substituídos pelo subsídio diário de campo que for fixado por despacho do Ministro da Economia, com o acordo do Ministro das Finanças.

§ único. Se a Junta de Colonização Interna fornecer os meios de transporte necessários, não haverá lugar ao subsídio referido no corpo deste artigo.

Art. 12.º É criado um fundo de melhoramentos agrícolas, no montante de 200:000 contos, constituído por força de dotações orçamentais, que, a partir de 1947 e até sua integral realização, serão anualmente inscritas no orçamento do Ministério da Economia, sob a rubrica «Dotação para constituir o Fundo de melhoramentos agrícolas».

Art. 13.º O Fundo de melhoramentos agrícolas gozará de autonomia administrativa e financeira, terá escrita própria das suas receitas e despesas e será gerido pelo conselho administrativo da Junta de Colonização Interna, que o destinará, exclusivamente, à concessão dos créditos previstos na lei n.º 2:017. A todas as sessões do conselho administrativo será presente um representante da Direcção Geral da Contabilidade Pública, de nomeação do Ministro das Finanças sob proposta da mesma Direcção Geral, que terá direito a 60\$ por cada sessão a que assistir.

Art. 14.º Constituem receita do Fundo de melhoramentos agrícolas:

a) As dotações orçamentais a ele consignadas;

b) As importâncias pagas à Junta de Colonização Interna pela Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, em consequência das transferências de crédito a que se refere o artigo 2.º;

c) As importâncias que a Junta de Colonização Interna arrecadar, provenientes de cobrança de créditos não transferidos para a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência.

§ único. As dotações inscritas em orçamento para constituir o Fundo de melhoramentos agrícolas são aplicáveis as disposições contidas nos artigos 26.º e 27.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Art. 15.º Além da dotação consignada ao fim especial que ficou concretizado na alínea a) do artigo anterior, será inscrita anualmente no orçamento de despesa do Ministério da Economia, sob a rubrica «Para pagamento de todos os encargos com a concessão de créditos pelo Fundo de melhoramentos Agrícolas, nos termos do artigo 15.º do decreto-lei n.º 35:993», a verba necessária para indemnizar a Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência por diferença de juro, prémio de pagamento antecipado de créditos, prejuízos resultantes da insolvência dos mutuários e para satisfazer as restantes despesas que resultarem da execução deste diploma e da lei n.º 2:017 e seus regulamentos.

Art. 16.º O levantamento das dotações orçamentais referidas nos artigos 8.º e 11.º não ficará sujeito ao regime de duodécimos, devendo, para sua movimentação, observar-se o disposto nos artigos 180.º e 181.º do decreto-lei n.º 27:207, de 16 de Novembro de 1936.

Art. 17.º Aos Ministros das Finanças e da Economia será trimestralmente, dentro do mês seguinte ao do respectivo trimestre, enviado pela Junta de Colonização In-

terna um balancete de onde conste todo o movimento do Fundo de melhoramentos agrícolas, acompanhado de um relatório do delegado da Direcção Geral da Contabilidade Pública a que se refere a parte final do artigo 13.º

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Novembro de 1946. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Américo Deus Rodrigues Thomas* — *Augusto Cancellia de Abreu* — *Marcello José das Neves Alves Caetano* — *José Caeiro da Matta* — *Clotário Luiz Supico Ribeiro Pinto*.

Decreto n.º 35:994

Sendo necessário regulamentar o disposto na lei n.º 2:017, de 25 de Junho de 1946, e no decreto-lei n.º 35:993, de 23 de Novembro de 1946;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A assistência técnica e financeira a prestar pelo Estado nos termos da lei n.º 2:017, de 25 de Junho de 1946, visa a execução em propriedades rústicas de melhoramentos fundiários de reconhecido interesse económico e social que tenham por fim manter ou aumentar a capacidade produtiva da terra, facilitar a sua exploração ou valorizar os produtos agrícolas.

Art. 2.º São especialmente considerados melhoramentos de reconhecido interesse económico e social os seguintes:

- a) Captação, elevação ou distribuição de águas destinadas a rega ou abastecimento das explorações agrícolas;
 - b) Ampliação ou correcção de sistemas de rega já existentes;
 - c) Adaptação e conversão de terrenos a regadio;
 - d) Enxugo, des-salgamento, despedrega de terrenos e correcção de solos;
 - e) Regularização de leitos e margens de cursos de água e defesa contra inundações ou erosão;
 - f) Construção ou melhoramento de silos, nitreiras e abrigos para gado;
 - g) Edificação, ampliação e melhoramento de habitações, cantinas, refeitórios e postos de socorros urgentes médico-cirúrgicos para o pessoal que viva permanente ou eventualmente nas explorações agrícolas;
 - h) Construção, apetrechamento e aperfeiçoamento de instalações agrícolas e de oficinas destinadas a indústrias anexas às explorações;
 - i) Aquisição de árvores ou terrenos encravados, constituição das servidões indispensáveis ou extinção das prejudiciais à economia das explorações agrícolas;
 - j) Sementeira e plantação de árvores e arbustos de reconhecido interesse económico-social;
 - k) Arroteamento de incultos susceptíveis de serem transformados em pastagens ou terrenos de cultura e construção de bardos para defesa e divisão das pastagens;
 - l) Levantamento de cartas parcelares do solo;
 - m) Reparação dos estragos provocados pelas intempéries nas propriedades rústicas;
 - n) Construção de armazéns, celeiros, adegas ou outros edifícios para serviço dos grémios da lavoura e cooperativas referidas no artigo 16.º do decreto n.º 29:494 e aquisição de máquinas, alfaias e utensílios agrícolas destinados ao mesmo serviço.
- Art. 3.º A assistência técnica e financeira do Estado a que se refere o artigo 1.º deste decreto será exercida

pelo Ministério da Economia, por intermédio da Junta de Colonização Interna, sem prejuízo da competência, quanto a assistência daquela natureza, que pertence ou vem sendo executada por outros serviços do Estado ou pelos organismos corporativos e de coordenação económica.

Art. 4.º À Junta de Colonização Interna compete ainda, com base nos elementos que já possui e nos que venha a obter por via de inquéritos a realizar, proceder ao estudo ordenado, por zonas, dos melhoramentos fundiários manifestamente reprodutivos e que mais se imponham pelo seu carácter económico e social.

Art. 5.º A assistência técnica ou financeira do Estado para a execução de melhoramentos agrícolas deverá ser requerida ao presidente da Junta de Colonização Interna, por um ou mais interessados, conforme o melhoramento a realizar seja de interesse individual ou colectivo.

§ único. A assistência poderá, igualmente, ser requerida por intermédio do grémio da lavoura a que pertença um, pelo menos, dos interessados.

Art. 6.º Os pedidos de assistência técnica ou financeira serão feitos em impressos fornecidos pela Junta de Colonização Interna e podem ser entregues ao delegado da Junta na região agrícola da situação do prédio a beneficiar ou nas sedes dos grémios da lavoura.

Art. 7.º No caso previsto no § único do artigo 5.º, deve o grémio da lavoura elaborar os pedidos de assistência técnica e financeira em nome dos interessados, observando-se o disposto nos artigos 9.º e 12.º deste decreto, bem como promover a instrução dos pedidos de harmonia com o preceituado no artigo 13.º

Art. 8.º A assistência técnica será prestada gratuitamente aos produtores agrícolas, cooperativas de produtores e grémios da lavoura e consistirá, essencialmente, na orientação dos interessados quanto à concepção e execução dos melhoramentos a que se refere o artigo 2.º e no fornecimento dos respectivos projectos-tipo.

Art. 9.º Os pedidos de assistência técnica serão assinados pelos interessados, ou a seu rogo, ou ainda pelos seus representantes legais, ou a rogo destes, e neles deve indicar-se:

- a) A natureza do melhoramento a realizar;
- b) A localização, área aproximada e confrontações da propriedade em que se pretende introduzir o melhoramento;
- c) O título pelo qual o interessado exerce a posse da propriedade a beneficiar;
- d) Os recursos em dinheiro, materiais e mão-de-obra de que o peticionário dispõe para a realização do melhoramento;
- e) Outros quaisquer elementos ou informações convenientes à apreciação do pedido.

Art. 10.º A assistência financeira consistirá na concessão de empréstimos amortizáveis, com hipoteca sobre o prédio ou prédios aceites em garantia, e destinar-se-á exclusivamente à execução das obras e melhoramentos aprovados pelo Ministro da Economia, sob proposta da Junta de Colonização Interna.

Art. 11.º Os empréstimos só podem ser concedidos:

- a) Aos titulares da propriedade perfeita;
- b) Aos enfiteutas;
- c) No caso de usufruto, solidariamente ao proprietário da raiz e ao usufrutuário;
- d) Aos colonos, nos contratos da colónia, sem prejuízo dos direitos garantidos aos senhorios pelos usos e costumes locais;
- e) Aos possuidores com registo de mera posse;
- f) Aos grémios da lavoura e cooperativas de produtores.



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebiam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano	360\$	
A 1.ª série . . .	"	140\$	Semestre 200\$
A 2.ª série . . .	"	120\$	" 80\$
A 3.ª série . . .	"	120\$	" 70\$
			" 70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37.701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério das Finanças:

Decreto-Lei n.º 40 045 — Abre um crédito no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Economia, destinado a habilitar a Junta de Colonização Interna com os meios financeiros necessários à aquisição das propriedades existentes na Primeira e Segunda Lombadas, da freguesia de Ponta Delgada, concelho de S. Vicente, distrito do Funchal.

Ministérios da Marinha e do Ultramar:

Portaria n.º 15 223 — Manda retirar do serviço da missão hidrográfica de Angola e S. Tomé o navio oceanográfico *Salvador Correia*.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 40 046 — Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar escritura com a Junta de Província da Beira Litoral para a venda por esta ao Estado das actuais instalações (terrenos e edificações) do Ninho dos Pequeninhas, em Coimbra.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 15 224 — Inclui na classe XII da tabela anexa ao Decreto n.º 20 260 (abono, concessão de licenças e passagens) a categoria de desenhador de 1.ª classe dos serviços de agricultura da província ultramarina de Angola.

Orçamento de receita e despesa para 1955 da missão geográfica de Angola.

Orçamento de receita e despesa para 1955 da missão geográfica de Moçambique.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral da Contabilidade Pública

Decreto-Lei n.º 40 045

É já secular o regime de contrato de colónia em que vive actualmente mais de uma centena de indivíduos na Primeira e Segunda Lombadas, da freguesia de Ponta Delgada, concelho de S. Vicente, distrito do Funchal.

Acontece que os senhorios desejam vender as propriedades.

Considera o Governo que, nestas circunstâncias, é seu dever facilitar à numerosa massa de colonos o acesso à propriedade das terras que cultivam, fazendo, através da Junta de Colonização Interna, a aquisição dos respectivos imóveis, cujas parcelas serão depois transferidas para aqueles, em regime análogo ao estabelecido para os casais agrícolas. Para isso, pelo presente diploma, habilita-se a Junta de Colonização Interna com meios financeiros necessários à aquisição de que se trata.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Economia, um crédito especial da quantia de 1:712.729\$90, que constituirá no capítulo 20.º do orçamento vigente do segundo dos aludidos Ministérios o n.º 5) do artigo 278.º, com subordinação à seguinte rubrica: «Aquisição, ao abrigo do artigo 4.º, n.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 36 053, de 19 de Dezembro de 1946, das propriedades existentes na Primeira e Segunda Lombadas, da freguesia de Ponta Delgada, do distrito do Funchal».

§ único. As propriedades adquiridas pela Junta de Colonização Interna nos termos deste diploma serão por esta vendidas, na parte por cada um explorada, aos actuais cultivadores por preço correspondente à justa repartição da importância paga aos proprietários e com observância das disposições legais relativas aos casais agrícolas.

Art. 2.º É adicionada a importância de 1:712.729\$90 à verba inscrita no capítulo 9.º, artigo 306.º, e rubrica «Importância de parte dos saldos de contas de anos económicos findos a aplicar a: . . .», do orçamento das receitas do Estado para o actual ano económico.

Art. 3.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Janeiro de 1955. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *João de Matos Antunes Varela* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Américo Deus Rodrigues Thomaz* — *Paulo Arsénio Viríssimo Cunha* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Manuel Maria Sarmento Rodrigues* — *Fernando Andrade Pires de Lima* — *Ulisses Cruz de Aguiar Cortês* — *Manuel Gomes de Araújo* — *José Soares da Fonseca*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

MINISTÉRIOS DA MARINHA E DO ULTRAMAR

Portaria n.º 15 223

Considerando que se não torna necessário que continue ao serviço da missão hidrográfica de Angola e S. Tomé o navio oceanográfico *Salvador Correia*; manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros da Marinha e do Ultramar, que o referido navio seja retirado do serviço da mesma missão.

Ministérios da Marinha e do Ultramar, 22 de Janeiro de 1955. — O Ministro da Marinha, *Américo Deus Rodrigues Thomaz*. — O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmento Rodrigues*.

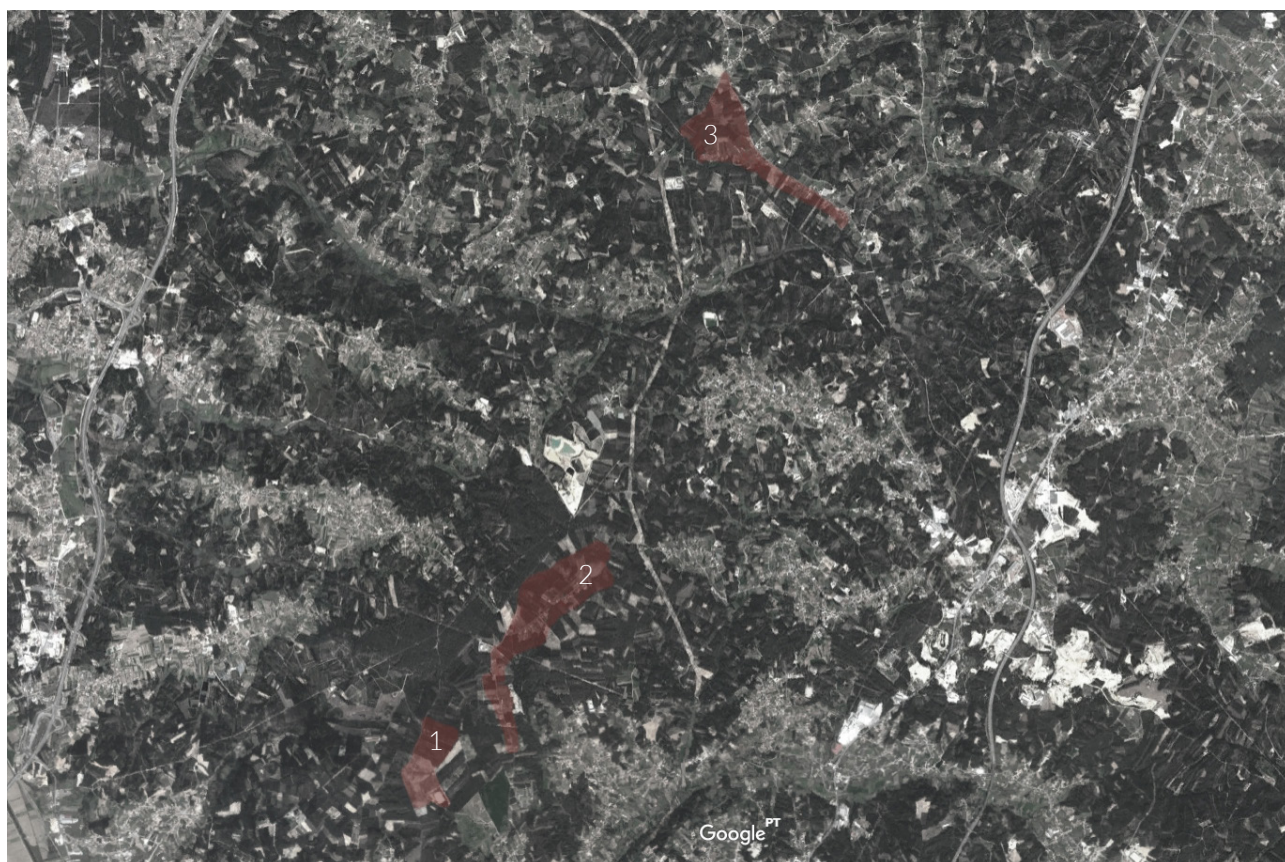


Fig.1 Implantação dos núcleos de colonização de Triste e Feia (1); Milagres (2) e Bidoeira (3).

1926/1937-1950

Localizada em Leiria, a Colónia Agrícola dos Milagres é constituída por três núcleos: Triste e Feia; Milagres; e Bidoeira.

No seu projecto inicial, que data de 1926, estava prevista a instalação de 44 casais, cada um com cerca de cinco hectares, mas acabaram por ser construídos apenas 15. Os casais implantam-se junto da via, criando um povoamento do tipo disperso.

A Colónia Agrícola dos Milagres, no que aos equipamentos diz respeito, usufruía de um campo e posto de demonstração, com um armazém, estábulo e palheiro, e a “casa da moagem”, estes localizados no núcleo de Milagres. Posteriormente, o posto de demonstração transformou-se num centro de assistência e os terrenos do campo de demonstração foram integrados nos terrenos dos casais. Em cada um dos núcleos existiam ainda chafarizes e um forno colectivo.¹

Os casais, cujo projecto é da autoria do arquitecto Norberto Corrêa e do agente técnico de engenharia Dâmaso Constantino, seriam construídos em madeira, apresentando um prolongamento em tijolo e areia. As suas áreas dividiam-se entre quartos, cozinha e um estábulo. Cada uma destas habitações estava circundada por dois hectares e meio de terreno, onde foram plantadas à data da construção, dezenas de árvores de fruto e vinhas.

1 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.

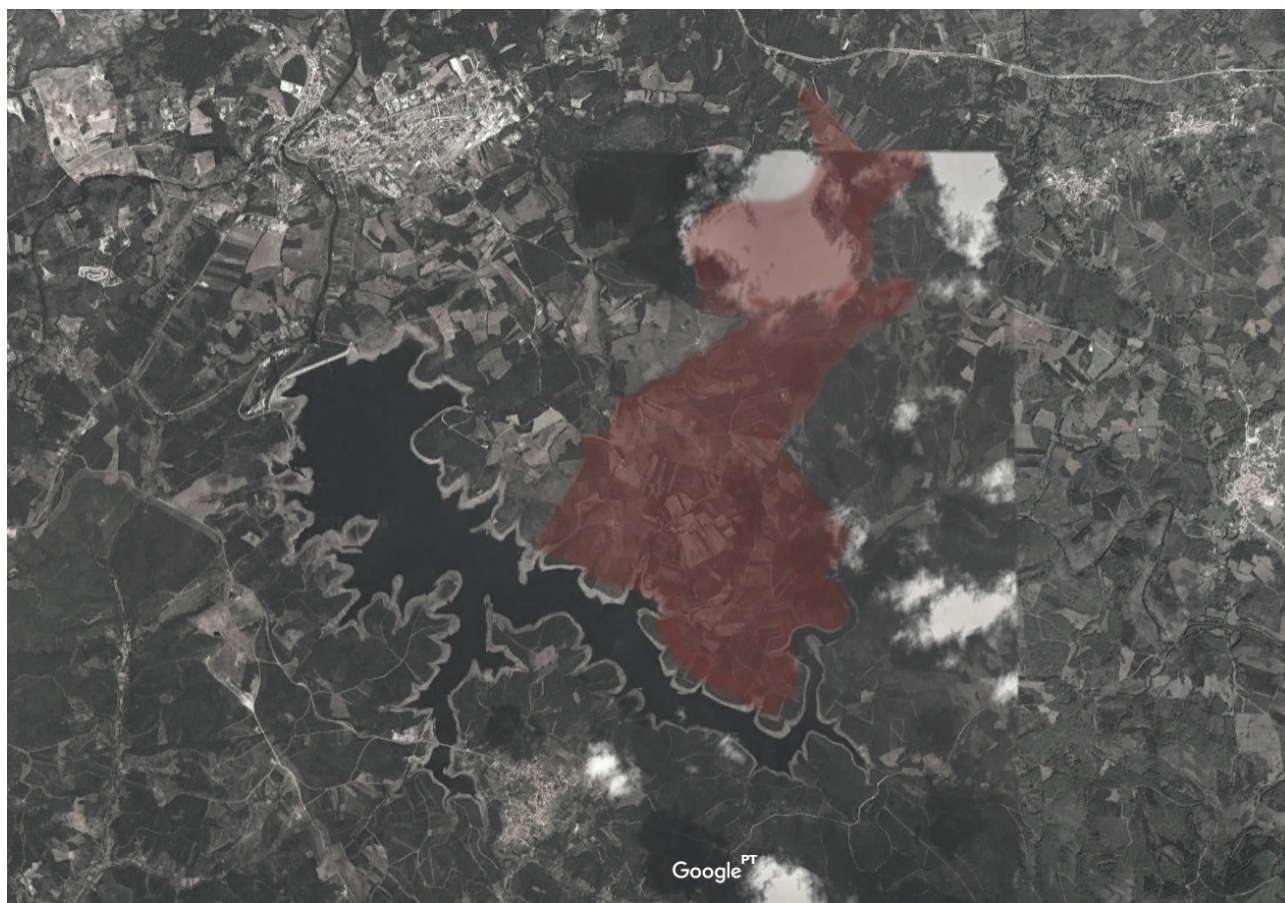


Fig.2 Implantação da Colónia Agrícola de Martim Rei.

1937-1952

Localizada no concelho do Sabugal, junto à Serra da Malcata, distrito da Guarda, a Colónia Agrícola de Martim Rei, com cerca de 640 hectares, é constituída por 39 casais, de seis a dezasseis hectares.² Construída de raíz, esta foi a primeira colónia do projecto a entrar em funcionamento.³

Como equipamentos de apoios, este assentamento integrava as instalações para a assistência técnica e os fornos colectivos. Posteriormente, foram construídos: a capela, a escola primária, o chafariz, um cruzeiro, a adega e o ovil.

Assim como na CA dos Milagres, o projecto para o casal é da autoria do Agente Técnico de Engenharia Dâmaso Constantino, pelo que ambos apresentavam semelhanças. As principais diferenças residem na organização do conjunto – manteve-se o somatório de volumes desconexos que se voltam para um pátio, mas neste caso foi proposto um espaço coberto, um telheiro que relaciona o pátio de lavoura com o portão de acesso.⁴



Fig.3 Vista da colónia à data da construção.



Fig.4 Vista da colónia à data da construção.

2 COSTA, Igor de Sousa. *Uma nova vida para Martim Rei*. In <http://www.ointerior.pt/>

3 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.

4 Idem.



Fig.5 Escola Primária e Capela.

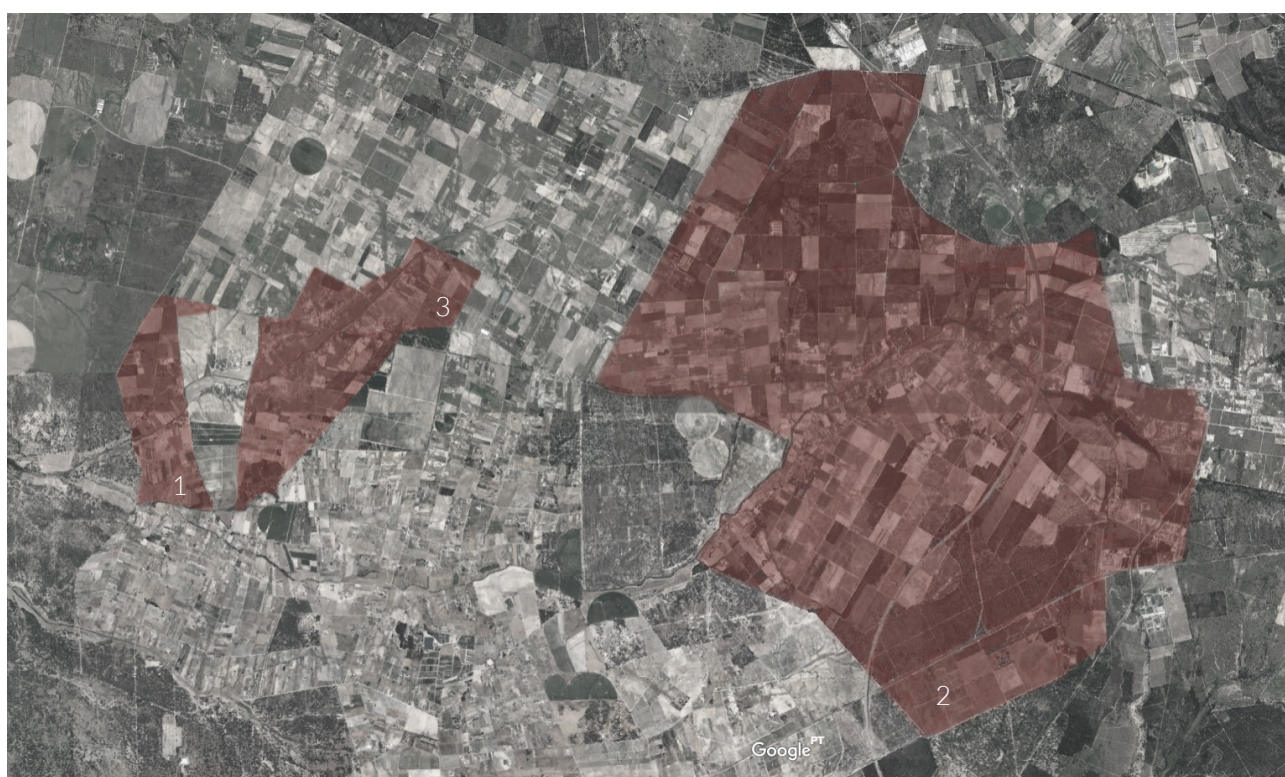


Fig.6 Implantação dos núcleos de colonização de Faias (1); Pegões Velhos (2) e Figueiras (3).

1938-1967

Localizada no concelho do Montijo, distrito de Setúbal, a Colónia Agrícola de Pegões⁵ é formada por 207 casais, constituindo uma das experiências de maior dimensão no projecto da JCI. É a única colónia realizada a sul do rio Tejo e, ao contrário das restantes, esta está implantada em terrenos que eram propriedade do Estado, mais concretamente nos terrenos da Herdade de Pegões Velhos.⁶

Esta colónia divide-se em três núcleos: Faias e Pegões Velhos, onde a implantação das habitações se fez em dispersão orientada pelo percurso natural das ribeiras existentes; o das Figueiras, onde o povoamento se desenvolveu de forma concentrada, em propriedades servidas por uma malha ortogonal de arruamentos e divisões da propriedade rural. O seu povoamento do tipo concentrado, pode ajudar a explicar o sucesso desta colónia, uma vez que propiciou o estabelecimento de relações sociais e espírito de entreaajuda.

Os principais equipamentos de apoio encontram-se nas Faias e Pegões Velhos, os maiores núcleos desta colónia. O “Centro Social das Faias”, criado na década de 1950, é constituído pela capela, a escola primária, o posto médico, o hangar de máquinas e a casa para o assistente técnico. O conjunto de Santo Isidro de Pegões, integra uma igreja; duas escolas primárias, segregadas por géneros; a casa do padre e as habitações para as professoras e o edifício das cooperativas.

5 MESTRE, Victor. *Faias e Pegões – De Terra de Acções de Bandoleiros, Guerrilheiros e Assaltantes à colonização dos anos 40 deste século*. Revista da Câmara Municipal do Montijo. Agosto de 2009.

6 LIMA, Paulo. *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões (Montijo)*. Edição da Câmara Municipal do Montijo, 2013.



Fig.7 Escola Primária.



Fig.8 Igreja de Santo Isidro de Pegões.



Fig.9 Casal agrícola do núcleo de Faias.



Fig.10 Casal agrícola do núcleo de Pegões.

Existem três projectos diferentes para os casais da colónia. O primeiro, construído nas Faias, acredita-se ser da autoria do arquitecto Eugénio Corrêa. Apresenta algumas semelhanças com o projecto dos casais da CA do Barroso, quer pela concentração da habitação e suas dependências agrícolas num só volume, quer pela afirmação como “projecto-tipo regionalizado”.

O segundo, construído em Pegões Velhos, é da autoria do arquitecto António Trigo e corresponde ao redesenho do projecto nas Faias, sofrendo apenas uma redução das áreas. Já o terceiro projecto, construído em Figueiras, corresponde a uma adaptação do casal desenvolvido na CA da Gafanha, esse desenvolvido pelo arquitecto Maurício Trindade Chagas.⁷

A colónia de Pegões é intrigante pelas divergentes linguagens presentes nos seus edifícios. Por um lado, com uma linguagem que segue o modernismo, apresenta-se a Igreja; três habitações em redor desta (destinadas ao padre e às professoras); e ainda duas escolas primárias, segregadas por géneros – conjunto este da autoria do arquitecto Eugénio Corrêa. Por outro, as habitações que compõem os núcleos individuais, da autoria dos arquitectos Henrique Albino e António José Oliveira Trigo, que se aproximam de uma linguagem mais conservadora, de carácter ruralista, à imagem da vontade do Estado, revelando a influência do movimento da “Casa Portuguesa”.

7 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.



Fig.11 Implantação da Colônia Agrícola da Gafanha.

1942-1961

Localizada no concelho de Ílhavo, distrito de Aveiro, a Colónia Agrícola da Gafanha⁸, está intimamente relacionada com o projecto de desenvolvimento da Mata Nacional das Dunas da Gafanha. Na década de 40, toda a parte norte da mesma foi cedida à Junta de Colonização Interna para que ali se instalasse a Colónia Agrícola.

O “Plano Geral de Colonização da Gafanha” foi dividido em dois momentos – o primeiro, em 1942, criou um primeiro núcleo de colonização com 77 casais agrícolas, dimensionados com quatro hectares; o segundo, em 1954, corresponde a uma série de beneficiações diversas e obras de preparação para a implantação dos casais.

Esta colónia apresenta como equipamentos de apoio uma capela, duas escolas primárias, duas residências para professoras, um posto médico-social, escritórios e casa do guarda e a assistência técnica e a casa do seu assistente, estes últimos albergados em edifícios pré-existentes que foram transformados para o efeito. Posteriormente, um dos casais foi transformado em posto da GNR. À excepção da capela, que segue o projecto da Capela para a CA do Barroso, os restantes equipamentos foram projectados pelo arquitecto António Trigo.⁹

8 A Mata Nacional das Dunas da Gafanha e a Colónia Agrícola. In <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/1939>

9 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.



Fig.12 Habitação na CA da Gafanha.

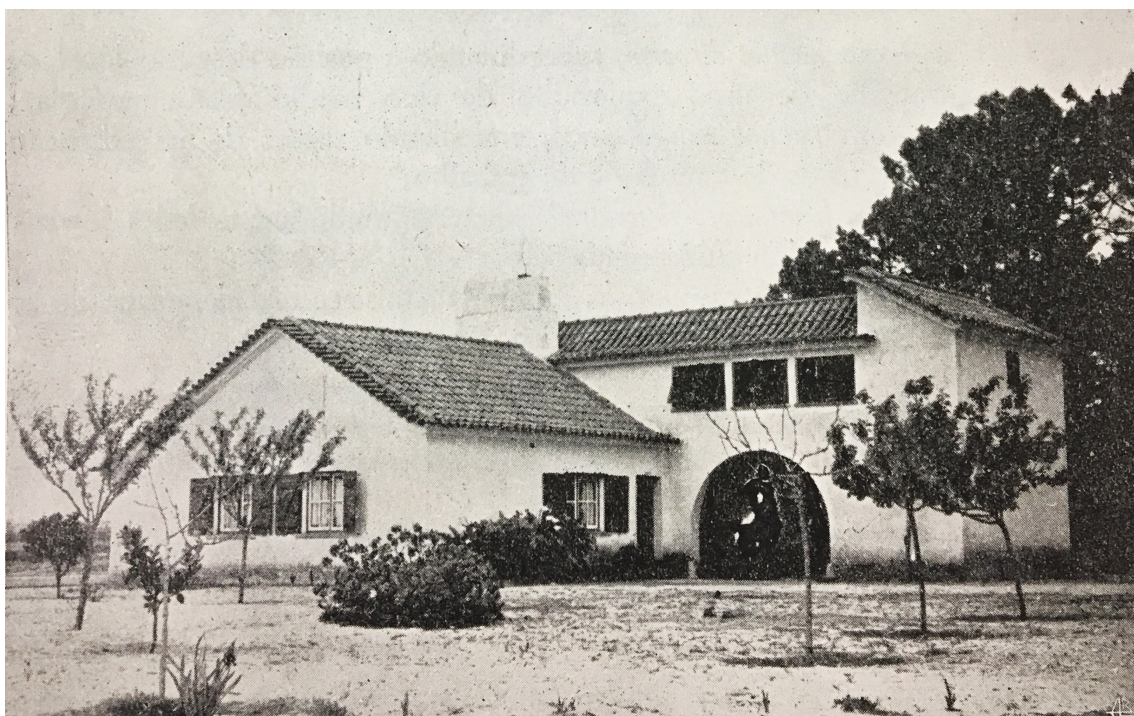


Fig.13 Habitação na CA da Gafanha,

O assentamento é organizado através de quatro “aceiros” implantados no sentido Nascente-Poente, duas diagonais que partem dos edifícios existentes nos topos Norte e se cruzam sensivelmente no centro da Colónia, no seu ponto mais elevado, onde está implantado o Centro Social, e uma “Alameda” que parte do Centro Social em direcção a Sul.¹⁰

O projecto dos casais é da autoria do arquitecto Maurício Trindade Chagas, e desenvolve-se em dois volumes – um para habitação e outro para dependências agrícolas, articulados em “L”. O programa prevê a existência de três quartos, uma cozinha e uma retrete, e as dependências agrícolas, tais como: alpendre, estábulo, silos, palheiro e armazém. Apesar de os dois programas não terem uma ligação interna directa, os seus volumes são concebidos como um todo, sem que as diferenças de programa se manifestem. A cobertura utilizada é em telha, com duas águas, e a alvenaria de blocos.

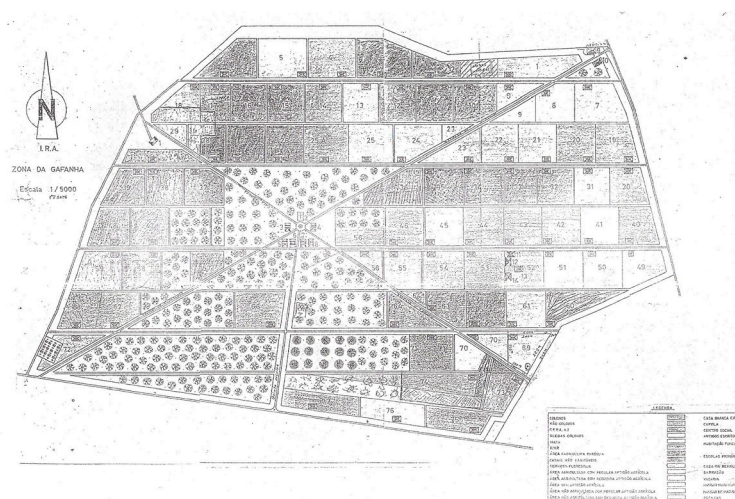


Fig.14 Projecto para a CA da Gafanha.

10 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.



Fig.15 Implantação do núcleo de Colonos de Cima.



Fig.16 Implantação do núcleo de Colonos de Baixo.



Fig.17 Implantação do núcleo de Colonos da Parede.

1942-1953

Localizada na Serra do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real, esta colónia é constituída por sete núcleos, cujos terrenos, na generalidade, acompanham o percurso do Rio Torno. Foi proposta a constituição de 24 casais agrícolas, com cerca de 25 hectares, dos quais apenas três tinham aptidão agrícola.

A implantação dos núcleos é bastante disseminada, contudo, em cada um deles, o assentamento dos casais faz-se de modo concentrado, permitindo que se reduzisse a distância entre os terrenos agrícolas, que se estendem de forma dispersa, e a casa. A aglomeração era também a forma mais recorrente de assentamentos nesta zona do país, pelo que esta opção se enquadra perfeitamente no território.

Para além dos casais, cada núcleo apresentava um chafariz, um tanque e um forno colectivo. Em 1967 foi construída uma pequena capela, desenhada pelo arquitecto J. Neves Oliveira.

O projecto dos casais, da autoria do arquitecto Maurício Trindade Chagas, é um redesenho dos casais da CA do Barroso – tal como nesta, no Alvão, a organização do conjunto desenvolve-se em torno do alpendre, e a cozinha é entendida como elemento central e de distribuição de toda a habitação. A maior diferença estará nas suas dimensões, uma vez que estas foram reduzidas, e a habitação cinge-se a um piso único.



Fig.18 Implantação do núcleo de Colonos de Soutelo.



Fig.19 Implantação do núcleo de Colonos do Alvão.



Fig.20 Implantação do núcleo de Colonos de Campo de Viação.



Fig.21 Implantação do núcleo de Colonos de Carrazedo.



Fig.22 Vista actual de um casal da CA do Alvão.



Fig.23 Implantação do núcleo de Vascões.

1946-1966

Localizada na serra da Boalhosa, distrito de Viana do Castelo, a Colónia Agrícola da Boalhosa estende-se pelos concelhos de Paredes de Coura, Monção e Arcos de Valdevez. Divide-se em quatro núcleos distintos: Vascões, Concessão, Lameira do Real e Chã das Pipas, num total de 83 casais.¹¹ O assentamento dos casais desenvolve-se de modo concentrado. Quanto aos seus equipamentos, apresenta as seguintes infra-estruturas colectivas: a escola primária, a residência do(a) professor(a) e o forno comunitário.

O projecto dos casais é da autoria do arquitecto Maurício Trindade Chagas, e desenvolve-se a partir da análise da casa rural da região. Nesta colónia, o modelo dos casais apresenta uma característica inédita, pelo que as habitações são do tipo geminadas. Aqui se propôs a utilização de alvenaria de pedra nas paredes, “rebocadas e caiadas, quer interiormente, quer exteriormente” e nas dependências agrícolas ficam sem qualquer acabamento, atribuindo um carácter mais rústico. Os pavimentos são de madeira nos pisos superiores e lajeados nos pisos térreos. Quanto à cobertura, segundo o projecto, seria de madeira, colmo e giasta para as dependências agrícolas e de telha na habitação e celeiro, contudo nas imagens da época a cobertura surge totalmente em telha, sem distinção das diferentes áreas.

11 GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.

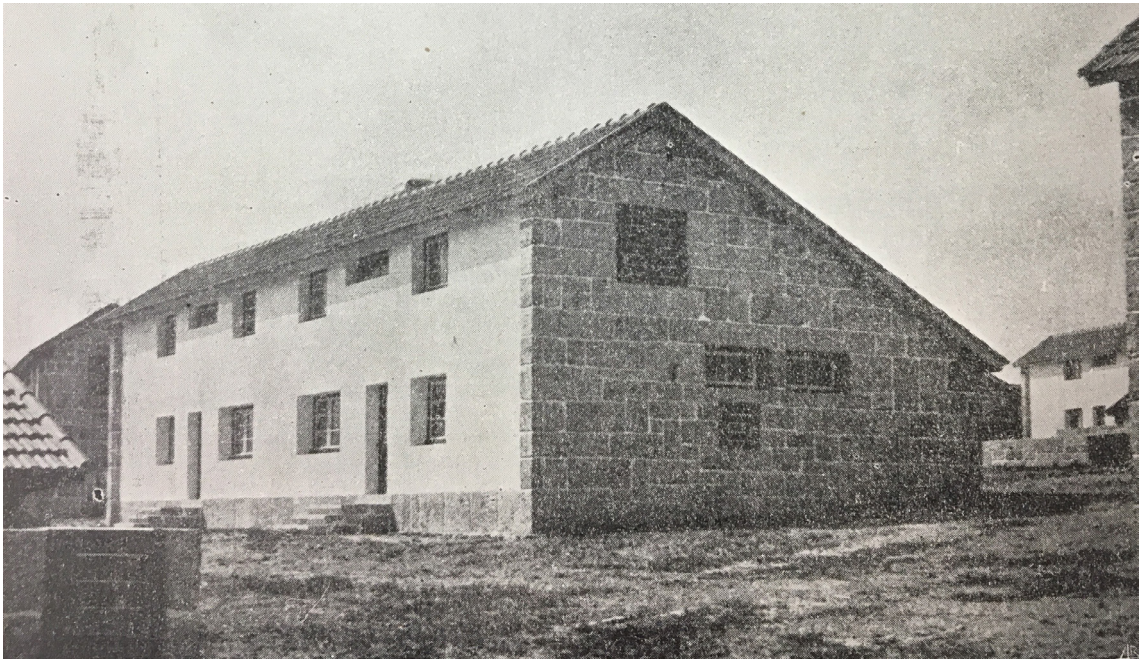


Fig.24 Habitação na CA da Boalhosa à data da construção.



Fig.25 Habitação na CA da Boalhosa à data da construção.

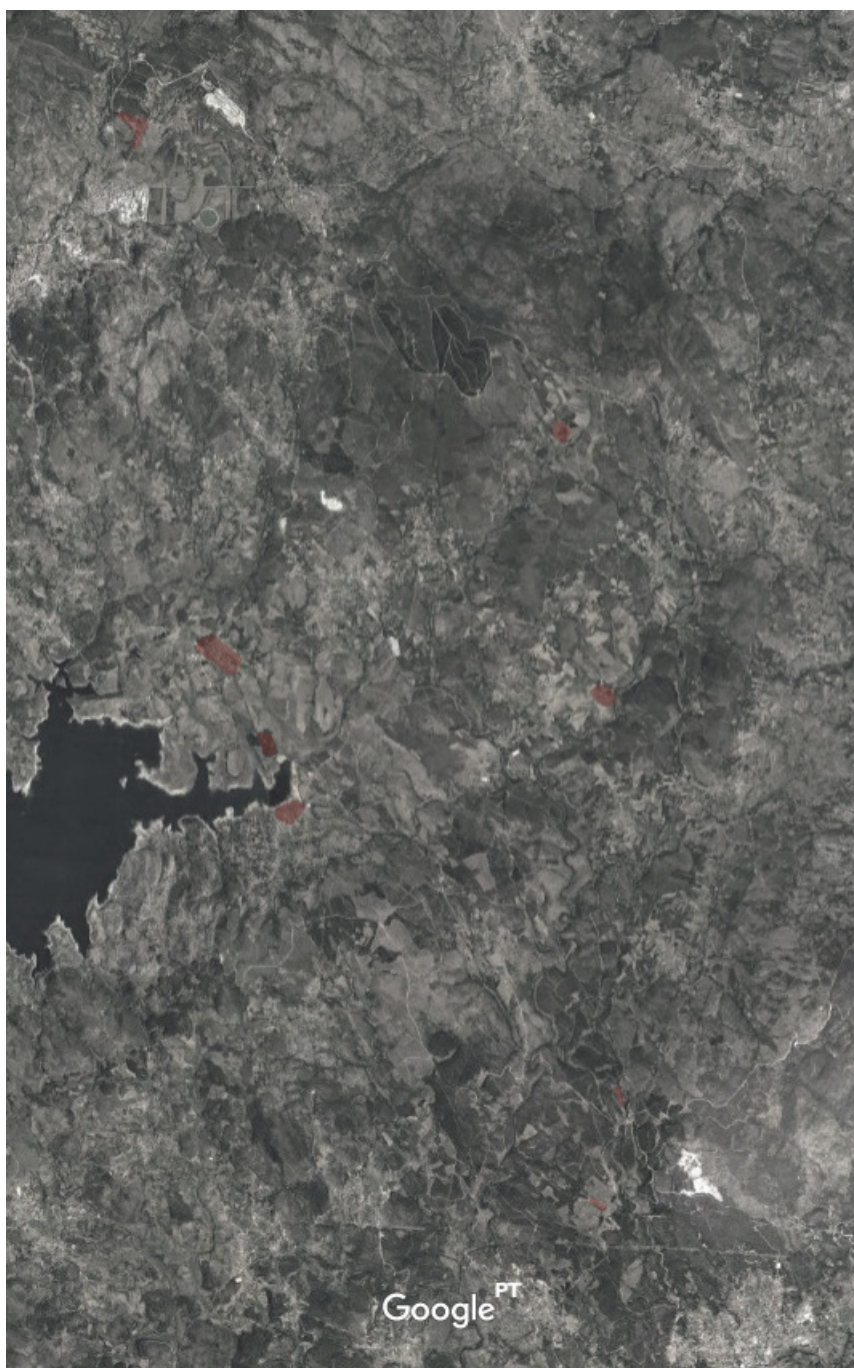


Fig.26 Implantação dos núcleos de colonização da CA do Barroso.

1942-1962

Localizada no concelho de Montalegre e de Boticas, distrito de Vila Real, a Colónia Agrícola do Barroso divide-se em sete núcleos de colonização, de dimensão variável. Cinco destes núcleos encontram-se no concelho de Montalegre - Aldeia Nova do Barroso, Lugar de S. Mateus, Casais da Veiga, Criande e Vidoeiro – e dois no concelho de Boticas – Fontão e Pinhal Novo – que seguem as mesmas lógicas de implantação e o mesmo projecto-tipo, mas são núcleos de menor dimensão e relevo. Além destes núcleos, é de ressaltar a existência do chamado Centro Social do Barroso, que consiste num aglomerado de vários equipamentos de apoio à colonização e onde se encontravam serviços de assistência, implantado fora dos núcleos, mas perto destes.

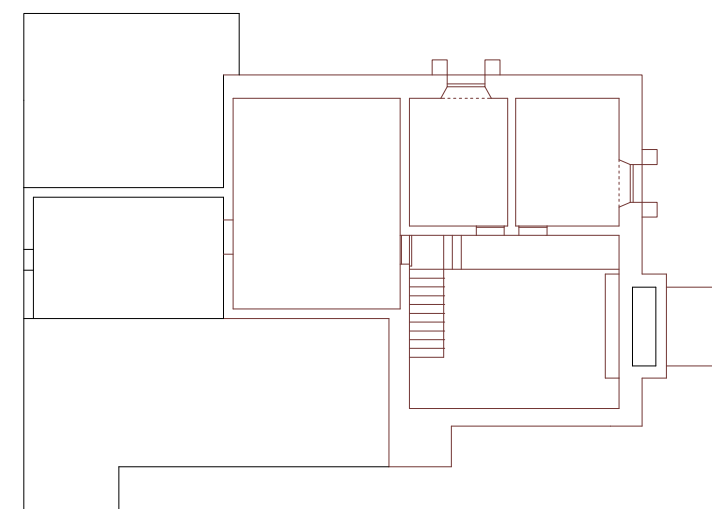
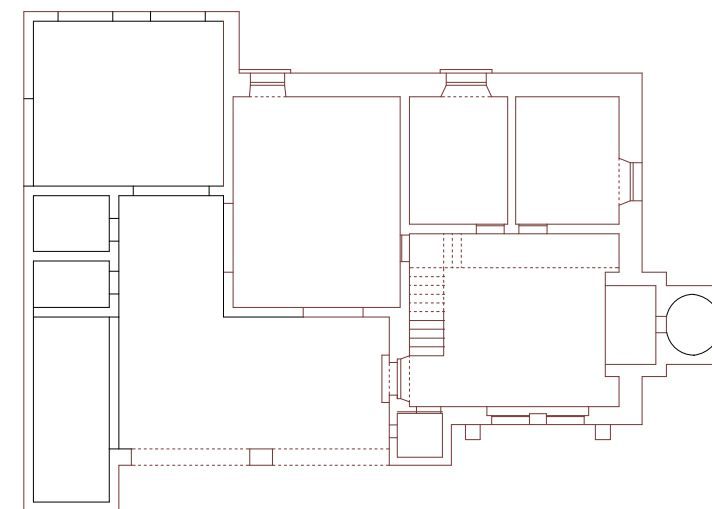
a. **Relatório do Reconhecimento dos Baldios no Concelho de Montalegre, 1939**

Fonte: JCI. *Reconhecimento dos baldios do continente – volume I*. Ministério da Agricultura, Lisboa, 1939.

Freguesia	Nome do baldio	Área aproximada (hectares)	Corpo administrativo	Características geológicas	Características agrológicas	Características orográficas e hidrográficas	Características económico-sociais	Aproveitamento actual	Área agrícola colonizável (hectares)	Área agrícola não colonizável (hectares)	Área florestal (hectares)	Observação
Cervos	Monte da Freguesia de Cervos (Serra de Leiranea, Pereiros, Ribeira, Castelares, Vasco, Marrocos, Outeiro, Gordo, Agueiras, Senhora de Galegos, Aversó, Rabaça, Costa e Pindo)	1200		Xisto do período arcaico e precâmbrico, alguns afloramentos, fácil desagregação	Areno-argiloso e argiloso, por vezes com humos	Muito inclinado, inclinado, planáltico e várzea. Atravessado pelo Rio Beça e alguns ribeiros	Parte desnecessário; logradouro comum. Cortado pela estrada	Mato e pastagens	60	-	940	A Junta de Freguesia dividiu em glebas e arrendou parte do baldio na várzea
Chã	Monte da Freguesia de Chã (S. Mateus, Vale de Firvidas, Chã do Moínho, Lama Grande, Abessó, Carvalhas, Lama de Firvidas, Lama da Veiga de Gralhós, Rodelhe, Sezeda, Criando, Rêgo, Baldio de Medeiros, Baldio de Peireses, Baldio de Torgueda e S. Vicente)	1200		Xistos do arcaico e precâmbrico e granito, difícil desagregação, alguns afloramentos	Argilo-arenoso, solto e esboroadoço, algum humos no xisto. Areno-argiloso, algum humos no granito. Profundidade muito variável, na Lama da Veiga de Gralhós e S. Mateus é profundo e argilo-humífero, noutros a camada arável é pouco espessa	Semi-plano e inclinado. Um ribeiro, vários regatos e nascentes	Parte desnecessário; logradouro comum. Atravessado pela estrada Montalegre-Chaves	Mato e pastagens	150	20	1030	Próximo das povoações da freguesia
Montalegre	Crujeira e Penedo de Santa Catarina	50		Granito	Areno-argiloso, em geral pouco fundo	Levemente inclinado; seco	Útil; logradouro comum. Estrada Chaves a Montalegre	Mato e pastagens	-	-	-	-
	Penedo do Corvo	30		Granito	Areno-argiloso	Inclinado; seco	Idem	-	-	30	-	-
	Fraldos	10		Granito, afloramentos	Idem	Idem	Útil; logradouro comum. Apenas caminhos	Pastagens	-	-	10	-
	Valdoso	12	Paróquia	Granito	Areno-argiloso, pouco fundo	Inclinado; seco	Útil; logradouro comum. Estrada Chaves a Montalegre	Mato e pastagens	-	-	12	-
	Raposeira, Poços. Lamas, Mistas, Barrosinhos, Corgo dos Moços, Saltadouro, Crasto, Lamas da Várzea, Corgo do Vale dos Cais e Feixa.	500		Idem	Humo-arenoso, bastante profundo	Plano. Alguma água	Muito importante; logradouro comum. Estrada de Montalegre a Padronelos	Idem	500	-	-	-

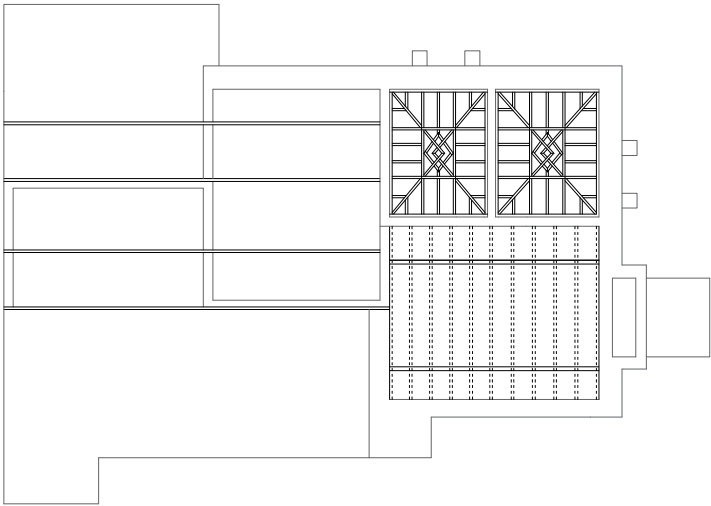
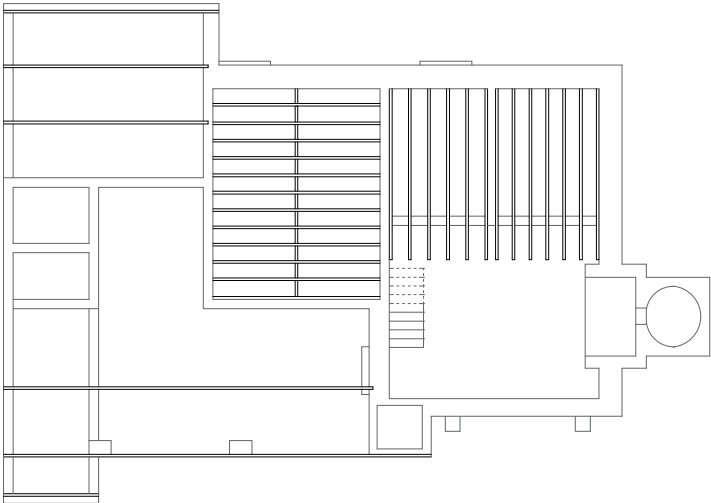
Freguesia	Nome do baldio	Área aproximada (hectares)	Corpo administrativo	Características geológicas	Características agrológicas	Características orográficas e hidrográficas	Características económico-sociais	Aproveitamento actual	Área agrícola colonizável (hectares)	Área agrícola não colonizável (hectares)	Área florestal (hectares)	Observação
	Serra de Santo Adrião	500		Granito, muitos afloramentos	Alguns lameiros com solo fundo	Serra	Útil, logradouro comum	Mato e pastagens	-	-	500	-
	Rôlo	50		Granito	Humo-arenoso, bastante fundo	Pouco inclinado; seco	Muito importante; logradouro comum. Estrada de Lezelhe	Idem	50	-	-	-
Morgade	Monte da Freguesia de Morgade, (Alto de S. Domingos; Corgo das Poldras, Figueira do Rebordelo, Barro Branco, Tejosas, Salgueiro, Carvalho, Redondo, Laranjeira, Lombo de Osso, Tabadinha e Veiga de Morgade)	1300		A sul e poente é granito; nas partes altas muitos afloramentos. A norte e nascente, xistos do arcaico e precâmbrico	Argiloso, argilo-humífero e areno-argilo-humífero, na veiga terra funda	Muito inclinado, semi-plano e várzea. Vários ribeiros e regatos	Em parte desnecessário; logradouro comum. Atravessado pela estrada de Chaves para Braga	Idem	350	-	950	Próximo das povoações
Sarraquinhos	Monte da freguesia de Sarraquinhos (Veiga de Sepeda, Rouxinol, Seixo, Serra do Pinheiro, Salgueirão, Lama d'Além, Ribeira do Grelo, Queirogais, Serra dos Vales, Crasto, Vale de Sapião, Lama da Veiga do Antigo, Leijais. Veiga de Sarraquinhos, Lama de Asna, Lama de Gralheira, Outeiro das Campainhas e Crasto de Pedrário	1000	Paróquia	Granito, em alguns locais muitos afloramentos	Areno-argiloso, algum humos, nalgumas veigasde superfície apreciável, terra funda, seca, argilo-areno-humífero	Muito inclinado, inclinado e várzea. Alguns regatos e ribeiros de regime permanente, algumas nascentes e no local denominado Lama de Asna, bastante húmido. – Possibilidades de rija	Em parte desnecessário; logradouro comum. Sem vias de comunicação, só servido por maus caminhos	Mato e Pastagens	90	-	910	Próximo das povoações
Venda Nova	Monte da Freguesia de Venda Nova (Monte do Arco, Mesa do Galo, Toiral, Plandos, Covas, Merouço da Chã, Penedo do Capador, Pombais, Alto do Mel e Baraças)	1100		Xistos do arcaico e precâmbrico e granito; alguns afloramentos	Areno-argiloso e argiloso, algum humos, profundidade muito variável	Muito inclinado e pequenos pedaços planálticos. Atravessado pelo rio Rabagão, algumas nascentes	Mato, pastagens e 7ha de pinhal	-	7	1093	Em volta da povoação	-

b. Projecto-tipo
1. Levantamento métrico



- Medidas aferidas
- Medidas por aproximação

2. Tectos



- Fig. 1 Implantação dos núcleos de colonização de Triste e Feia (1); Milagres (2) e Bidoeira (3).
Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.
- Fig. 2 Implantação da Colónia Agrícola de Martim Rei.
Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.
- Fig. 3 Vista da colónia à data da construção.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegões.html>
- Fig. 4 Vista da colónia à data da construção.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegões.html>
- Fig. 5 Escola Primária e Capela.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegões.html>
- Fig. 6 Implantação dos núcleos de colonização de Faias (1); Pegões Velhos (2) e Figueiras (3).
Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.
- Fig. 7 Escola Primária.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegões.html>
- Fig. 8 Igreja de Santo Isidro de Pegões.
Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegões.html>
- Fig. 9 Casal agrícola do núcleo de Faias.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.
- Fig. 10 Casal agrícola do núcleo de Pegões.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.
- Fig. 11 Implantação da Colónia Agrícola da Gafanha.
Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.
- Fig. 12 Habitação na CA da Gafanha.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.
- Fig. 13 Habitação na CA da Gafanha.
Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig. 14 Projecto para a CA da Gafanha.

Fonte: ALMEIDA, Mário Manuel Ferreira de. *A Colónia Agrícola da Gafanha: as relações entre as imagens e a política*. [Tese de Mestrado] FBAUP, 2012.

Fig. 15 Implantação do núcleo de Colonos de Cima.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 16 Implantação do núcleo de Colonos de Baixo.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 17 Implantação do núcleo de Colonos da Parede.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 18 Implantação do núcleo de Colonos de Soutelo.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 19 Implantação do núcleo de Colonos do Alvão.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 20 Implantação do núcleo dos Colonos de Campo de Viação.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 21 Implantação do núcleo de Colonos de Carrazedo.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 22 Vista actual de um casal da CA do Alvão.

Fonte: Vista de rua do Google Maps.

Fig. 23 Implantação do núcleo de Vascões.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

Fig. 24 Habitação na CA da Boalhosa à data da construção.

Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig. 25 Habitação na CA da Boalhosa à data da construção.

Fonte: LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

Fig. 26 Implantação dos núcleos de colonização da CA do Barroso.

Fonte: Desenho da autora com base numa imagem do Google Maps.

ALMEIDA, Mário Manuel Ferreira de. *A Colónia Agrícola da Gafanha: as relações entre as imagens e a política*. [Tese de Mestrado] FBAUP, 2012.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada – Volume 4*. Edições Afrontamento, 1991.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. *História da vida privada – Volume 5*. Edições Afrontamento, 1991.

AFONSO, João; MARTINS, Fernando; MENESES, Cristina. *Arquitectura Popular em Portugal – Volume I*. Edição Centro Editor Livreiro da Ordem dos Arquitectos, Lisboa, 2004.

ALMEIDA, Mário Manuel Ferreira de. *A Colónia Agrícola da Gafanha: as relações entre as imagens e a política*. [Tese de Mestrado] FBAUP, 2012.

BAPTISTA, Fernando Oliveira. *Dos Projectos de Colonização Interna ao Capitalismo Agrário (Anos Trinta – 1974)*. Gráfica Coimbra, Coimbra, 1978.

BASTO, E. A. Lima; BARROS, Henrique de. *Inquérito à Habitação Rural. Vol. 1: A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os Montes e Alto Douro)*. Lisboa, UTL, 1943.

CUNHA, Luís. *A Nação nas Malhas da sua Identidade – O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Edições Afrontamento, Porto, 2001.

DOMINGUES, Álvaro. *Vida no Campo*. Edição Dafne Editora, Porto, 2011.

ELEB, Monique; DEBARRE, Anne. *Architectures de la vie privée – XVIIIe – XIXe siècles*. Edição Hazan, 1999.

FREIRE, Dulce; FONSECA, Inês; GODINHO, Paula. *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Edições Colibri – Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Lisboa, 2004.

GUERREIRO, Filipa Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: A casa, o assentamento, o território*. [Tese de Doutoramento] FAUP, 2015.

JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume 1 – Freguesia da Chã*. Ministério da Economia, 1944.

JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume II – Freguesia de Morgade, Cervos e Beça*. Ministério da Economia, 1945.

JCI. *Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas – Volume III – Freguesia de Montalegre, Padornelos e Meixedo*. Ministério da Economia, 1946.

JCI. *Reconhecimento dos baldios do continente – volume I*. Ministério da Agricultura, Lisboa, 1939.

LAUWE, Paul-Henry Chombart de. *Famille et Habitation - 1. Sciences Humaines et Conceptions de l'habitation*. Centre National de la Recherche Scientifique, 1967.

LEAL, João. *Etnografias Portuguesas (1870-1970) – Cultura Popular e Identidade Nacional*. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 2000.

LIMA, Paulo. *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões (Montijo)*. Edição da Câmara Municipal do Montijo, 2013.

LINO, Raul. *Arquitectura, Paisagem e a Vida*. Edição Sociedade da Geografia, Lisboa, 1957.

LINO, Raul. *A Nossa Casa - Apontamentos sobre o Bom Gôsto na construção das casas simples*. Editora Atlantida, Lisboa, 1918.

LINO, Raul. *Casas Portuguesas – Alguns Apontamentos sobre o Architectar das Casas Simples*. Editora Cotovia, Lisboa, 1992.

LOBO, Vasco e ANTUNES, Alfredo da Mata (Arquitectos da JCI). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Edição do Ministério das Obras Públicas – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização – Centro de Estudos de Urbanismo, Coimbra, 1960.

MACHADO, Arquitecto José Luís Pinto. *Alguns problemas do mundo rural português*. Edição Ministério das Obras Públicas, Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, Lisboa, 1965.

MATTOSO, José. *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*. Edição Círculo de Leitores, 2011.

MATTOSO, José. *História de Portugal – Volume VII – O Estado Novo (1926-1974)*. Coordenação de Fernando Rosas. Editorial Estampa.

MELO, Daniel. *A Cultura Popular no Estado Novo*. Editora Angelus Novus, Coimbra, 2010.

MONIZ, Gonçalo Canto. *Arquitectos e Políticos – A arquitectura em Portugal nos anos 30*. V Congresso docomono – arquitectos e políticos. 2005.

PORTUGAL. *Colonização Interna (Cadernos do Ressurgimento Nacional)*. Edições SNI, Lisboa, 1948.

RAMOS, Rui Jorge Garcia. *A CASA – Arquitectura e Projecto Doméstico na primeira metade do Século XX Português*. FAUP Publicações, Porto, 2010.

RAMOS, Rui Jorge Garcia. *Modernidade Inquieta - Arquitectura e identidades em construção: desdobramento de um debate em português*. Edições Afrontamento, Porto, 2015.

RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos – IV Volume – O Mundo Rural*. Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991.

RIBEIRO, Orlando. *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*. Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1993.

ROMÓN, María Castrillo. *Reformismo, Vivienda y Ciudad – Orígenes y Desarrollo del debate en España 1850-1920*. Edição Instituto Universitario de Urbanística, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones, Valladolid, 2011.

ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de. *Dicionário de História do Estado Novo – Volume I*. Edição Bertrand Editora, Venda Nova, 1996.

ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos 30, 1928-1939: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*. Edição Estampa, Lisboa, 1996.

SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas – Volume VI – 1959-1966*. Coimbra Editora, Limitada.

SANTOS, Luís Reis; QUEIROZ, Carlos. *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Ed. da Secção de Propaganda e Recepção da Comissão Nacional dos Centenários, Lisboa, 1940.

SAMPAIO, Joaquim. *Mitificação e paisagem simbólica: o caso do Estado Novo*. Cadernos do Curso de Doutoramento em Geografia. FLUP, Porto, 2012.

SILVA, Maria Elisa Oliveira da Silva Lopes da. *Apropriedade e os seus sujeitos – colonização interna e colónias agrícolas durante o Estado Novo*. [Tese de Mestrado] Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2011.

SILVA, Sérgio Dias; RAMOS, Rui Jorge Garcia. *Housing, Nationalism and Social Control: The first years of the portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme*. In LEAL, Joana Cunha; MAIA, Maria Helena; TORRAS, Begoña Farré. *Southern Modernisms: from A to Z and back again*. Edição Centro de Estudos Arnaldo Araújo, CESAP/ESAP; Instituto de História da Arte, FCSH-UNL, Porto, 2015

TÁVORA, Fernando. *O problema da Casa Portuguesa*. Cadernos de Arquitectura. Editorial Organizações, Lisboa, 1947.

VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia Portuguesa – Volume II*. Edição Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

VASCONCELOS, José Leite de. *Etnografia Portuguesa – Volume III*. Edição Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

Artigos

LEAL, João. *Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre Arquitectura Popular no Século XX Português*. Conferência Arquitecto Marques da Silva, 2008.

LEEDS, Anthony. *Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal*.

RAMOS, Rui Jorge Garcia. *Casa Portuguesa*. Dicionário de História da I República e do Republicanismo, 2011.

RAPAZOTE, J. “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Lisboa.

Periódicos

JOELHO #2. Artigo de LEAL, João. *Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*.

LIMA, Paulo. *A Colónia Agrícola de Santo Isidro de Pegões (Montijo)*. Edição da Câmara Municipal do Montijo, 2013.

MESTRE, Victor. *Faias e Pegões – De Terra de Acções de Bandoleiros, Guerrilheiros e Assaltantes à colonização dos anos 40 deste século*. Revista da Câmara Municipal do Montijo. Agosto de 2009.

RAMOS, Rui Jorge Garcia; GONÇALVES, Eliseu; SILVA, Sérgio Dias. *From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal*. Revista Docomomo “Modern Housing – Património Vivo” Journal 51 – 2014/02

Sites

<https://jpn.up.pt/2014/05/28/28-de-maio-de-1926-o-dia-em-que-portugal-entrou-no-caminho-do-estado-novo/> Consultado a 03/05/2017

COSTA, Igor de Sousa. Uma nova vida para Martim Rei. In <http://www.ointerior.pt/noticia.asp?idEdicao=480&id=22428&idSeccao=5673&Action=noticia> consultado a 15/11/17

LEITE, José. Colónia Agrícola de Pegões. In <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2014/09/colonia-agricola-de-pegoes.html> consultado a 15/11/2017

A Mata Nacional das Dunas da Gafanha e a Colónia Agrícola. In <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/1939> consultado a 15/11/2017

<http://colipoleiria.blogspot.pt/2013/07/a-colonia-agricola-dos-milagres.html> consultado a 04/12/2017

<https://www.yorokobu.es/vegaviana/> consultado a 29/12/2017